



pelos mares da  
**língua**  
**portuguesa 1**

EDS. CARLOS MORAIS · ROSA LÍDIA COIMBRA





pelos mares da  
**língua**  
**portuguesa 1**

EDS. CARLOS MORAIS · ROSA LÍDIA COIMBRA



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

**Pelos mares da língua portuguesa I**

EDITORES

**Carlos Morais & Rosa Lúcia Coimbra**

CONCEÇÃO GRÁFICA

**Clássica**

CAPA

**Capa desenhada a partir de imagem criada por Álvaro Sousa**

IMPRESSÃO / ACABAMENTO

**Clássica**

EDIÇÃO

**Universidade de Aveiro**

**Campus Universitário de Santiago**

**3810-193 Aveiro**

EDIÇÃO

**Dezembro de 2013**

TIRAGEM

**250 Exemplares**

DEPÓSITO LEGAL

ISBN

**978-972-789-393-5**

APOIOS



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN

FEST  
LATINO

# ÍNDICE

---

- 7 **In memoriam**
- 9 **Preâmbulo**  
Carlos Morais e Rosa Lúdia Coimbra
- 13 **O Movimento Internacional Festlatino**  
Humberto França

## LÍNGUA E LITERATURA

- 19 **Percorrer caminhos na língua portuguesa: do passado ao futuro**  
Fernanda Cavacas
- 27 **A língua portuguesa como factor de desenvolvimento nacional e afirmação internacional – que desafios?**  
Lourenço do Rosário
- 39 **O Atlântico Sul e a CPLP**  
Amândio Silva
- 47 **Carlos Heitor Cony: o teatro do mundo**  
Isabel Cristina Rodrigues
- 55 **Literatura angolana e língua portuguesa: casamento de amor ou de interesse?**  
Lola Geraldes Xavier
- 63 **Jorge Barbosa e a Claridade.**  
Sua herança na literatura cabo-verdiana  
Elsa Rodrigues
- 73 **Subsídios para um estudo sobre a normativa gramatical das línguas crioulas de base portuguesa, na sua relação com a identidade cultural crioula**  
Andrés José Pociña López

- 83 **Macau**  
a língua portuguesa e o legado luso  
Jorge A. H. Rangel

## PROJETOS

- 97 **A Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste.**  
Um caso de cooperação da Universidade de Aveiro no domínio da educação  
Isabel P. Martins e Ângelo Ferreira
- 111 **O Projeto ForLingu@Moz:**  
ensino e investigação do Português em Moçambique  
António Moreno
- 123 **Projeto ForLInGOA**  
Formação em Língua Portuguesa - Goa  
Maria Eugénia Pereira e Rosa Maria Faneca

## APRESENTAÇÃO DE LIVRO

- 149 **Mário Soares**  
Um político assume-se  
Luís Machado de Abreu

# In memoriam

ELSA RODRIGUES  
HUMBERTO FRANÇA



# Preâmbulo

---

CARLOS MORAIS  
ROSA LÍDIA COIMBRA  
Universidade de Aveiro

Línguas, literaturas e culturas não são entidades fixas nem no tempo nem no espaço. Indissociáveis, elas viajam e alteram-se, misturam-se e enriquecem-se, constroem identidades e estabelecem pontes entre os povos. Observando o atlas dos países de expressão portuguesa, encontramos um denominador comum: todos os países têm costa marítima. De facto, a aventura da língua portuguesa, propiciada por fatores geopolíticos, desenrola-se ao mesmo tempo que o português se torna «culturalmente mestiço – lusoafricano, lusoamericano, lusoasiático» (Caracciolo, 2010: 10), processo naturalmente ligado à rota dos mares:

*A partir da primeira metade do séc. XV e na sequência dos Descobrimentos e da expansão portuguesa no mundo, a língua portuguesa estendeu-se aos vários continentes, permanecendo até à atualidade nuns casos, tendo-se perdido noutros, adquirindo o estatuto de língua materna ou de língua segunda, impondo-se nalguns casos como língua oficial (independentemente de ser língua materna ou não), dando origem a pidgins e a novas línguas (crioulos) ou deixando apenas vestígios lexicais nas línguas com que entrou em contacto (Segura, 2013: 71).*

Foi sobre os enriquecedores encontros resultantes dessa viagem pelos mares da língua, literatura e cultura, que se procurou refletir no Colóquio que aqui se recorda. O presente volume reúne, nesse propósito, grande parte das apresentações do *Colóquio Internacional FestLatino «Pelos mares da língua portuguesa»*, que decorreu na Universidade de Aveiro, em 21 de março de 2012. O evento foi promovido pelo Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de



Aveiro, pelo Movimento Internacional FestLatino e teve o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Reitoria da Universidade de Aveiro.

As dezasseis apresentações orais, bem como a sessão de pósteres e exposição, tocaram temáticas e domínios de investigação sempre relacionados com a língua, literatura e cultura portuguesas e de expressão portuguesa. Os painéis foram dedicados à internacionalização e valor económico da língua portuguesa, às literaturas e culturas dos países de língua oficial portuguesa, bem como à divulgação de alguns projetos em curso na Universidade de Aveiro, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento.

Não queremos deixar de agradecer a todos os que tornaram possível esta realização. Da comissão organizadora fizeram parte António Manuel Ferreira, Carlos Manuel Morais, Humberto França, Maria Fernanda Brasete e Rosa Lúcia Coimbra. A comissão de honra foi constituída por Domingos Simões Pereira, Fernanda Cavacas, Isabel Pires de Lima, Manuel António Assunção e Mário Soares. A comissão científica foi composta por Ana Bela Martins, António Barreira Moreno, António Batel Anjo, António Manuel Ferreira, Carlos Fragateiro, Carlos Manuel Morais, Carlos Sangreman, Fernanda Cavacas, Isabel Cristina Rodrigues, João Manuel Torrão, Luís Serrano, Madalena Pinheiro, Maria Eugénia Pereira, Otilia Pires Martins e Paulo Alexandre Pereira.

A primeira parte da presente obra, constituída por oito capítulos, reúne contribuições no âmbito da língua e da literatura em todo o espaço de língua portuguesa.

Fernanda Cavacas, em «Percorrer caminhos na língua portuguesa: do passado ao futuro» começa por sublinhar as mudanças originadas pelo progresso tecnológico e as diversas formas de comunicação e de linguagens por ele condicionadas; e aborda ainda a questão da(s) norma(s) do português falado nas diversas partes do mundo, do português em diglossia, do português língua internacional e do português «vagamundo» moldado aos diversos ambientes.

Subordinada ao tema «A Língua Portuguesa como fator e desenvolvimento nacional e afirmação internacional – que desafios?», a reflexão de Lourenço do Rosário versa a problemática da língua portuguesa em Moçambique, desde os tempos coloniais até às perspetivas para o seu futuro e o papel que nele podem desempenhar as universidades e outras instituições.

Inspirado pelo pensamento de Agostinho da Silva, Amândio Silva, em «O Atlântico Sul e a CPLP», defende uma política que vise retomar uma identidade perdida, estreitando os laços à América Latina, e consolidando a CPLP, num ato de refundação civilizacional, em que a posição de relevo que o Brasil assume no mundo da língua portuguesa não pode ser ignorada.

Uma reflexão sobre a palavra literária brasileira é proposta por Isabel Cristina Rodrigues em «Carlos Heitor Cony: o teatro do mundo», estudo em que dá conta do poder da escrita como construtora de caminhos que o leitor é convidado a percorrer, rumo ao coração das coisas.

A questão da angolanização do português em contacto com as línguas banto é colocada por Lola Geraldine Xavier no seu estudo «Literatura angolana e língua portuguesa: casamento de amor ou de interesse?», no qual aponta essa transformação como geradora de uma nova personalidade linguística.

Já a cabo-verdianidade é abordada por Elsa Rodrigues em «Jorge Barbosa e a Claridade. Sua herança na literatura cabo-verdiana», estudo que se centra na obra do poeta *claridoso*, cuja estética é fundada no conceito de insularidade, na idiosincrasia de um povo e de um contexto geopolítico.

Andrés José Pociña López, em «Subsídios para um estudo sobre a normativa gramatical das línguas crioulas de base portuguesa, na sua relação com a identidade cultural crioula», aborda a problemática das normas linguísticas dos crioulos, idiomas que se apresentam como bens culturais que fazem parte integrante da identidade cultural dos povos que os falam.

Por último, Jorge A. H. Rangel, em «Macau, A língua portuguesa e o legado luso», sublinha que a língua portuguesa permanece como idioma oficial em Macau, ao lado da chinesa, e que tem havido um renovado esforço na sua promoção e difusão, pelo que esta Região Administrativa se tem vindo a assumir como plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa.

A segunda parte deste volume reúne três apresentações de projetos sediados na Universidade de Aveiro envolvendo, de algum modo, o tema que aqui nos ocupa.

Isabel P. Martins e Ângelo Ferreira, em «A Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste – Um caso de cooperação da Universidade de Aveiro no domínio da educação», apresentam a educação e formação como fatores-chave para o desenvolvimento de qualquer país e salientam que a jovem nação de Timor-Leste tem contado com a cooperação internacional em diversos setores, tendo a Universidade de Aveiro sido convidada pela Fundação Calouste Gulbenkian para conceber o plano curricular do ensino secundário, os respetivos programas, os manuais para alunos e os guias para professores.

No que respeita ao processo de ensino-aprendizagem em Moçambique, António Moreno apresenta «O Projeto ForLingu@Moz: ensino e investigação do Português em Moçambique», destacando que o projeto ForLingu@Moz foi criado e desenvolvido no âmbito do projeto Pensas@Moz (Plataforma de Ensino Assistido de Moçambique), projeto de cooperação criado na Universidade de Aveiro, com o apoio do anterior IPAD em colaboração com o Ministério

da Educação de Moçambique, e que levou à criação de uma rede de núcleos, designados como centros Pensas, em escolas ou institutos de formação de professores em diversas províncias daquele país africano.

Direcionado para uma região da Índia onde se falou e fala ainda a língua portuguesa, o «Projeto ForLínGOA – Formação em Língua Portuguesa – Goa» é-nos apresentado por Maria Eugénia Pereira e Rosa Maria Faneca, que expõem resultados relativos à qualificação de agentes educativos no Estado de Goa, potenciando o sistema de ensino e formação em Língua Portuguesa e o aprofundamento de conhecimentos científicos, pedagógicos e culturais.

A terceira parte encerra com a apresentação, por Luís Machado de Abreu, do livro «Mário Soares - Um político assume-se», sublinhando o testemunho de paixão política, a coerência de uma luta convicta pelo socialismo democrático e uma afirmação de confiança no futuro do país, não obstante as dificuldades apresentadas pela atual crise. Refira-se que Mário Soares, autor do livro e Presidente de Honra do Festlatino, esteve presente na sessão de encerramento do congresso, tendo feito uma intervenção oral subordinado ao tema «Portugal e a Europa».

O leitor deste volume sairá certamente enriquecido pela leitura e reflexão proporcionadas por todos estes textos, que são unos na defesa de uma língua que liga continentes e gerações e diversos na pluralidade de manifestações linguístico-culturais subjacentes a cada um dos estudos neles apresentados. É no respeito por essa diversidade que, por opção editorial, cada um dos textos é apresentado na norma ortográfica com que o respetivo autor o redigiu.

## Referências bibliográficas

- Caracciolo, L. (2010). «Dalla Torre di Belém». *Limes. Rivista Italiana de Geopolítica. Il Portogallo é Grande*. 5, 7-17.
- Segura, L. (2013). «Geografia da Língua Portuguesa». In: Paiva Raposo, E. B. et al. *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 71-81.

## O Movimento Internacional Festlatino

---

HUMBERTO FRANÇA

Fundador e Presidente do Festlatino

O Colóquio Internacional do Festlatino, *Pelos Mares da Língua Portuguesa*, realizado pelo Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, a 21 de março de 2012, garantiu as presenças do Presidente de Honra do Festlatino, Dr. Mário Soares, do reitor da Universidade de Aveiro, Doutor Manuel Assunção, do Secretário do Conselho do Festlatino, Dr. Domício Coutinho, e do fundador do Festlatino. Igualmente, prestigiou o evento um notável grupo de professores, escritores, diplomatas, investigadores e líderes culturais dos países de línguas neolatinas. O colóquio do Festlatino, organizado pelo professor Carlos Manuel Morais e por uma equipa de ilustres professores da Universidade de Aveiro, se constituiu num dos mais importantes feitos do Movimento Festlatino na Europa, ensejando a realização futura de seminários temáticos naquela e noutras universidades de Portugal e da Europa latina.

Assim sendo, na tentativa de apresentar o Movimento Festlatino, adiantando que nos meados da primeira década do século XXI, surgiu no Recife, Brasil, um movimento cultural para promover as línguas, culturas e literaturas neolatinas, a partir da constatação de que o Brasil é um país que concentra a maior população de neolatinos no mundo, quase duzentos milhões de habitantes e, por isso, poderia oferecer novas idéias e estímulos para fortalecer e ampliar os laços culturais, lingüísticos e literários com países limítrofes da América do Sul, América Latina e, notadamente, com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP e Europa latina, África latina e as regiões asiáticas onde remanesce a língua portuguesa, Macau e Goa. Na senda de edificar uma maior aproximação com as nações e as regiões de línguas neolatinas, nasceu o Festlatino em 2006, no primeiro congresso reunido na cidade do Recife.

Com esta visão, foi apresentada a proposta para desencadear o Movimento Festlatino, mediante a realização de um evento internacional anual, um congresso, e seminários preparatórios a serem realizados em cidades de países de línguas neolatinas, com a finalidade de animar as instituições culturais, diplomáticas, governamentais, educacionais e artísticas no que se constitui como um verdadeiro movimento cultural, baseado principalmente na ligação linguística, na produção cultural e literária dos países e regiões autônomas participantes. Acentua-se que o Festlatino ultrapassa o conceito de festivais literários porque mantém um programa cultural muito diverso e se tornou num movimento intercontinental, cujo centro definidor é a promoção, a divulgação das línguas neolatinas e o fomento de um diálogo cultural para aproximar a África, as Américas, a Europa e a Ásia onde perpassa a herança da Latinidade, envolvendo personalidades do mundo da cultura, artistas, diplomatas, autoridades governamentais, escritores, professores, estudantes e público em geral.

É improvável que um movimento cultural literário neolatino, formado por voluntários, tenha alcançado tão grande expansão em tão pouco tempo, se disseminando em quatro continentes. Em apenas cinco anos, contando com poucos recursos e escassa divulgação, o Festlatino, entretanto, atraiu a atenção de inúmeros escritores, professores, filólogos, artistas e personalidades do mundo da cultura do Brasil e de países de quatro continentes. Com isso, a cultura, as línguas e as literaturas dos países e regiões neolatinas passaram a ser objeto de atenção permanente das personalidades engajadas no Movimento, que tem como seu Presidente de Honra o Dr. Mário Soares, ex-chefe de Estado da República Portuguesa, que preside ao Conselho Consultivo, e como seu presidente e fundador o escritor Humberto França. O Conselho é formado por personalidades do mundo da cultura e línguas de doze países: do Sr. Domício Coutinho, presidente da Fundação Biblioteca Brasileira de Nova York – EUA e secretário do Conselho Consultivo do Festlatino; Prof.<sup>a</sup> Isabel Pires de Lima, catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e ex-ministra da Cultura de Portugal e secretária-geral do Festlatino; Eng<sup>o</sup> Domingos Simões Pereira, Secretário Executivo da comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Francisco Seixas da Costa, embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Portuguesa em Paris; Ramon Villares, presidente do Conselho da Cultura Galega; Ana Paula Laborinho, presidente do Instituto Camões; Néida Piñon, da Academia Brasileira de Letras; Jorge Rangel, Presidente do Instituto Internacional de Macau (China); Henrique Monteagudo, membro da Real Academia Galega; Luis Felipe de Seixas Correa, cônsul-geral do Brasil em Nova York, EUA; Isnard Penha Brasil Junior, embaixador, chefe da Representação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no Nordeste; Saulo Neiva, professor

da Université Blaise-Pascal Clermont-Ferrand, França; Francisco Piñon, reitor da Universidad de Congreso, Mendoza, Argentina; Mahai Zamfir, embaixador da República da Romênia no Brasil; Andreu Bosch i Rodoreda, diretor de Língua e Literatura da Universidade do Instituto Ramon LLull, Barcelona (Espanha); José Manuel Esteves, diretor da Cátedra Lindley Cintra do Instituto Camões / Universidade Paris - Ouest Nanterre La Défense; Antonio Carlos Secchin, acadêmico da Academia Brasileira de Letras; Dolores Alvarez, diretora de Promoção de Ensino de Línguas da União Latina – Paris; Lourival Holanda, professor do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco; Maurice Bandaman, professor e escritor da Costa do Marfim; Camilla do Vale, escritora, poeta e professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; José Kameniecki, editor da revista Francachela (Argentina); e Raul Calane da Silva, presidente do Centro Brasil – Moçambique – Maputo.

De 2006 a 2010, foram realizados seminários preparatórios do Movimento Festlatino em Maputo (Moçambique), Lisboa (Portugal) e Buenos Aires (Argentina), o que colaborou para a divulgação do movimento nos três continentes. Em 2011, o Movimento Festlatino realizou também seminários preparatórios no Porto (Portugal), em Macau (China) e em Bucareste e Constança (Romênia). Igualmente, foram promovidos seminários no ano de 2012, em Mendonza (Argentina), em Paris, em Aveiro (Portugal), em Santiago de Compostela (Espanha) e em Montevideú. Em 2013, serão realizados seminários em Nova York (Estados Unidos), Dakar (Senegal), Goa (Índia), Bogotá (Colômbia) e Caracas (Venezuela). E, no Recife, o VII Congresso do Movimento Festlatino.

Com o objetivo de fomentar a discussão entre os diversos países participantes do Congresso, esses seminários preparatórios são realizados por iniciativa dos membros do Movimento Festlatino espalhados pelo mundo, sempre com a presença do fundador do movimento, e reúnem escritores, filólogos, professores, artistas, estudantes, diplomatas, jornalistas, líderes culturais e promotores culturais. Os vários eventos dos seminários preparatórios têm também como meta social incentivar os estudos de línguas e literaturas neolatinas, em especial, a Língua Portuguesa, e, também favorecer o intercâmbio de informações sobre as manifestações literárias e culturais dos países participantes, ao promover a capacitação de professores para o ensino das línguas neolatinas. Com os resultados positivos alcançados nas edições anteriores e constatado o alcance e a abrangência a que o Movimento Festlatino chegou em tão pouco tempo — com apenas cinco edições brasileiras —, os organizadores do evento têm buscado empreendê-lo como uma ação cultural permanente para a promoção da literatura das Línguas e Culturas Neolatinas, posto que atrai personalidades de notável representação internacional e nacional, assim como formadores de opinião.

Um dos focos da ação do Festaltino é a promoção da intercompreensão. Devido à semelhança entre o Espanhol, o Francês e o Português e na tentativa de promover e assegurar o plurilinguismo e o multiculturalismo da Europa, foram desenvolvidos, com o apoio da União Europeia, vários projetos interuniversitários. O conceito contido na base desses projetos é o da intercompreensão, o que vem ao encontro da posição do Movimento Festlatino, cuja finalidade é promover e disseminar a essência comum das línguas românicas, especialmente o Espanhol, o Francês e o Português. Dessa forma, os eventos realizados pelo Festival Internacional de Culturas, Literatura, Línguas e Literaturas Neolatinas – FESTLATINO – se tornaram num grande encontro sobre essas culturas, línguas e literaturas. A iniciativa única no mundo da neolatinidade fomenta um diálogo intercultural, notadamente de línguas e literaturas, mas também de cinema, teatro, música e artes plásticas, com o intuito de aproximar os países da América Latina, África latina e lusófona e a Europa latina, mediante a realização de discussões literárias, linguísticas e também da promoção de eventos culturais, para que se consolidem as expressões culturais dos países que têm em comum as línguas neolatinas.

Saliente-se que o Movimento Festlatino procura demonstrar as diversas formas de manifestações culturais, linguísticas e literárias neolatinas, sublinhando os valores do patrimônio latino, fomentando o diálogo entre os povos de línguas neolatinas e proporcionando a difusão de suas culturas por meio da realização de um grande encontro cultural internacional de estudos, cursos, seminários, palestras, eventos literários, musicais e cinema. Trata-se de um movimento cultural que aproxima e fomenta o diálogo entre os países e regiões de expressão neolatina: Portugal, França, Itália, Romênia, Espanha (Catalunha e Galícia), Canadá (Québec), Argentina, Chile, México, Colômbia, Peru, Uruguai, Cuba, Paraguai, Venezuela, Timor Leste, China (Macau), Índia(Goa) e ainda Países Africanos de língua oficial portuguesa, como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. E futuramente, Uruguai e Guiné Equatorial. A idéia básica do Festlatino não se restringe a ser mais uma feira literária ou um congresso de literatura, constituindo-se como um movimento cultural internacional, com forte viés educativo-cultural. Na certeza de fomentar sempre a expansão, a divulgação das Línguas e das Literaturas de Língua Portuguesa e das Línguas e Literaturas Neolatinas, o Movimento Festaltino prosseguirá a sua caminhada para um mundo mais Latino.

The background of the page consists of several horizontal, wavy bands of light grey and white, creating a fluid, organic pattern. The bands vary in width and curvature, giving the overall appearance of stylized waves or flowing liquid.

# Língua e Literatura





# Percorrer caminhos na língua portuguesa: do passado ao futuro

FERNANDA CAVACAS

Para início de conversa, relembro palavras do escritor moçambicano Mia Couto:

*Uma das primeiras armadilhas interiores é aquilo que chamamos de «realidade». Falo, é claro, da ideia de realidade que actua como a grande fiscalizadora do nosso pensamento. O maior desafio é sermos capazes de não ficar aprisionados nesse recinto que uns chamam de «razão», outros de «bom senso». [...]*

*Quando Ho Chi Minh saiu da prisão e lhe perguntaram como conseguiu escrever versos tão cheios de ternura numa prisão tão desumana ele respondeu: «Eu desvalorizei as paredes.» Essa lição se converteu num lema da minha conduta.<sup>1</sup>*

Ora, também eu me proponho *desarmadilhar o mundo para que ele seja mais nosso e mais solidário*, quebrando a armadilha da realidade; manter a habilidade da transcendência, recusando ficar pelo que é imediatamente perceptível: para isso é fundamental aplicar continuamente a inquietação crítica.

No entanto, este lema – *desvalorizar as paredes* – não me faz, em momento algum, ignorar a realidade ou estar desatenta aos constrangimentos que, tantas vezes, impõem decisões ao arrepio do óptimo nas fronteiras do bom – como é/ como foi o caso recente do acordo ortográfico.

Mas comecemos pelo princípio...

A língua é um produto social – um produto que só a própria sociedade controla e em todos os aspectos: maltrata, amputa ou deturpa, menospreza ou esquece, recria e estereotipa, funcionaliza. Em rigor, a língua vai-se ressocializando, em autogoverno.

---

<sup>1</sup> Palavras de uma intervenção de Mia Couto num Congresso de Leitura no Brasil em 2007, publicadas no livro *E se Obama Fosse Africano? E Outras Interintervensões*.

E isso é sensível numa época em que os valores mudaram. A tecnologia e a economia sitiaram-nos. O gosto e a vivência das humanidades correm o risco de entrar no passado. A apetência pela expressão literária vive menos nos indivíduos ou não se impõe à estandardização da língua – com Saramago ou sem ele e independentemente de fogachos acidentais.

Encontramos na escola o reflexo da linguagem televisiva, mais ainda da linguagem dos grandes concursos televisivos – criativa, agramatical, híbrida fonologicamente, em que a grosseria encaixa em todos os níveis de língua. É evidente que os estudantes têm de aprender a escrever e a falar correctamente a sua língua – mas tudo ou quase tudo aponta para um empobrecimento da oralidade e para a produção de um discurso escrito estereotipado.

Aliás, outra ofensiva avança com a impulsividade dos jovens: todos conhecemos a história pouco edificante da Maria, de 12 anos, que estava mesmo zangada com a mãe e cheia de vontade de lhe chamar «parva». Em vez disso, olhou-a com desdém, semicerrrou os olhos e atirou: «És mesmo tecla 3». Luísa, a mãe, não percebeu, mas comentou a frase com várias pessoas, até que uma amiga a esclareceu: «A tecla 3 do telemóvel diz DEF. A miúda chamou-te deficiente.»

Ou ainda o poema «Vida Moderna» de 2004 em que Luís Fernando Veríssimo, sempre atento, nos ensina a viver uma relação amorosa do século XXI. Diz ele:

*Se você me ama, digite um.  
Se só quer um programa, digite dois.  
Se pretende casar, digite três.  
Se quer desabafar, digite quatro.  
Se quer pedir perdão, digite cinco.  
Se quer uma explicação, digite seis.  
Se não sabe o que quer, desligue agora.  
Desculpe, bem, mas tenho hora!*

Agora é grave: alfabeto para quê? Fala alegre, comunicante, solidária – já não interessa... Escrita saudável, pensada, emocional – devaneios do passado. Que regresse o tantã!

Dir-se-á que é afinal um caso de sinónimos... numa nova linguagem, a linguagem das teclas, absorvida incondicionalmente pelos jovens – que nela só vêem virtudes: menos trabalho, mais resguardo, mais liberdade, mais criatividade – até maior poder expressivo!

De uma coisa não há dúvida: no século XXI estamos na era da comunicação electrónica, ou na era digital ou na era da comunicação silenciosa...

É a espiral da comunicação humana: do tantã (ainda hoje não totalmente abandonado) aos sinais de fogo (que muitos viram nos filmes do oeste americano),

da comunicação com bandeiras (que ainda foi brincadeira infantil no século XX), das gravações nas árvores ou dos grafitos-mensagem, ainda dos sinais combinados ou dos bilhetinhos.

Entretanto, a par dessas vias de expressão espontâneas ou fáceis, lúdicas ou estudadas, sempre o homem sentiu necessidade de comunicar pela palavra falada.

Importava a rapidez do contacto com o interlocutor, de preferência cara-a-cara, e o sentir na sua voz, na dinâmica da sua fala (entoações, expressão facial, gestos, rigidez, emoções), grande parte do significado. A vista e o sentir corporal falam.

Agora... o tantã regressou. Sem barulho: A mensagem chega quase em silêncio. Sem rasto de presença, de contacto físico, de interacção directa. E numa escrita diferente – assente num outro alfabeto, reflectindo outro mundo.

A Internet, o correio electrónico e as mensagens escritas (com ou sem imagens) pretendem ser um sinal de liberdade, de libertação das normas. E também da libertação das normas da língua portuguesa...

Afinal, todas essas vias de comunicação podem ser, também, marginalizadores culturais e criadores de uma literacia paralela. Evidenciam, com o tempo, um cariz classista. Com algum risco de paradoxo. Os que vão defender a fala humana, os que vão acabar por a saber usar no seu múltiplo alcance, serão aqueles que ficam marginalizados pela revolução digital. Talvez fossem eles que de há milénios vinham tocando o tantã.

A verdade é que os estudantes do ensino secundário evidenciam deficiências comunicacionais gritantes ao nível oral e escrito que se encontram na origem de inúmeros casos de insucesso e abandono e muitos estudantes universitários – e até licenciados – têm dificuldade em expor as suas ideias de forma articulada, em sustentar as suas opiniões ou apresentar os seus argumentos e mais ainda em submeter as suas convicções a uma discussão ou em desmontar uma argumentação alheia – oralmente ou por escrito.

Para criar um espaço de livre expressão, de confronto intelectual, de exercício de cidadania, é imprescindível e urgente o desenvolvimento de competências da ordem do discurso.

De facto, existe entre a organização do discurso e a faculdade de pensar uma relação estreita que não permite estruturar uma sem desenvolver a outra.

ISTO É:

Quem fala mal, pensa mal e vive mal.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Nanni Moretti. Pertence aos solilóquios agrídoces do comunista amnésico Michelle Apicella no filme *Palombella rossa* (1989).

A língua permite, portanto, a construção de uma visão do mundo, mas não fica presa a ela. E, se se descobre novas vivências e se instala em novas culturas, aceita e por vezes absorve novas visões do mundo ou novos cambiantes.

No caso da língua portuguesa, ocorre a imagem do passado: certa repetição da história. O latim barbarizou-se pelo Império. O sistema casual perdeu-se, mas encontrara-se a flexibilidade sintáctica das línguas novi-latinas. Roma ficava longe. E perdera o fôlego. Na história contemporânea também o português se vem «barbarizando».

Ora, se em certas culturas africanas, por exemplo em Moçambique, o futuro não é nomeável, tanto que é palavra inexistente na maior parte das línguas nacionais, porque é parte integrante do sagrado e, como tal, não o devemos visitar, uma coisa é certa: a língua portuguesa, quase sem dar por isso, vem evidenciando um revigoramento e uma juventude extraordinários, em Angola e Moçambique, onde é língua veicular e política. Isso quer dizer: ajustamentos do léxico e de pronúncia, variações de morfologia e sintaxe. E sobretudo uma oralidade mais solar, mais instintiva, mais cantada.

Em Angola, mais do que em qualquer outra região africana, o português é também uma língua afectiva, até porque se desenvolveu como grande língua materna. Em São Tomé e Príncipe, vai-se mantendo na perspectiva de uma vivida diglossia.

História diferente a de Cabo Verde. Aí o português manteve-se como língua internacional e empurrou o crioulo para se impor como língua cabo-verdiana. Depois, no complexo mosaico da Guiné-Bissau, a que Portugal ainda no século XX dava pouca atenção (já os estudantes liceais de Cabo Verde tinham crescido e eram os intelectuais da *Claridade*, quando foi incipientemente criado um liceu em Bolama!) o português mantém-se modestamente, como língua-passaporte.

Objectivamente poder-se-á falar em duas jovens e grandes variedades do português, o português angolano e o português moçambicano.

Será a repetição da história? É que já temos o português do Brasil, língua madura e personalizada – «o português com açúcar».

Qual é o futuro destas variedades da língua portuguesa? Serão daqui a um século línguas «novi-portuguesas»?

Guimarães Rosa afirmava: «A minha língua brasileira é a língua do homem de amanhã depois da sua purificação».

Sob o grande abraço da fraternidade da fala, às variedades angolana e moçambicana e à norma brasileira vale desde logo juntar a variedade que ficou na Europa: o galego. Porque se ambos entroncam no galaico-português, enquanto o português se consolidou e arrancou mundo além, o galego atrofiou-se.

O século XIX revela o renascimento do orgulho linguístico e cultural galego. E um conjunto de esforços para que esse «Rexurdimento» leve à construção do galego literário moderno e de um esforço pelo uso oral da língua, sempre numa perspectiva de afinidade com o português, de sua variedade, com norma própria.

Entretanto, seja a descobrir o desconhecido, seja a procurar o conhecido, os Portugueses levaram a sua língua à África, à Ásia, à América, à Oceânia. Nuns casos, ela naturalizou-se (quem sabe se algures um dia se nacionalizará?), noutros vem florescendo, até noutros (Timor) reflorescendo.

Afirma Luís Filipe Thomaz:

*O português é, desde há quase meio milénio, o veículo de uma presença cultural que condicionou profundamente tanto as relações externas do espaço timorense como a sua própria individualidade étnica.*

Claro que se a língua portuguesa se oferecia por toda a parte, por toda a parte ia aprendendo com outras línguas e recolhendo vocábulos atraentes ou significativos das novidades.

É verdade que a língua portuguesa por vezes desfaleceu e esmaeceu, umas vezes após fecundo convívio cultural (Goa), outras após contactos não continuados (Costa de África, Ásia). Mas mesmo aí deixou uma lembrança respeitada.

José Eduardo Agualusa narra o que lhe aconteceu em Goa:

*... e então um dos homens irrompeu a cantar, numa poderosa voz de tenor, arrastando o coral. Levei alguns minutos para compreender, em sobressalto, que cantavam em português, ou melhor, num idioma em ruínas que, séculos antes, havia sido o nosso. Levei bastante mais tempo, quatro a cinco dias, para compreender que aquilo que eles cantavam eram fragmentos de um diário – o testemunho de um marinheiro que Vasco da Gama deixou em Melinde, um lançado, e que por ali ficou fazendo filhos.*

Ainda na procura de uma vida melhor em países de futuro os Portugueses, emigrantes, foram-se organizando pelo Mundo em «comunidades», em grandes grupos humanos, à volta da sua língua: pelas Américas todas, pela Ásia ou pela África do Sul e Central, pela Austrália e Nova Zelândia – mas também pela Europa.

Frequentemente essas comunidades não conseguiram o enraizamento da língua (talvez nem delas próprias), não obstante o seu entusiasmo. Os descendentes passaram de imigrantes a luso- (luso-americanos, luso-australianos, luso-luxemburgueses, ...).

Embora ainda seja cedo, acredito que os novos emigrantes portugueses do século XXI não farão parte destas comunidades. No entanto, continua a ser o Mundo todo abrangido pela fraternidade da língua: os oito, em que o português é

língua oficial (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor), a Galiza, as Comunidades.

Mas afinal: entendemo-nos todos em português?

Deixando de lado a ironia de Juca Chaves que afirmava que *a língua portuguesa é tão complicada que foi usada, na 2.ª Grande Guerra, como código militar*, retomemos o exemplo das línguas novi-latinas. Identificam-se, e sentem-se afins entre si, pela semelhança dos processos de flexão morfológica e de organização sintáctica, eles também afins de processos do latim vulgar e até do indo-europeu. Isto é, identificam-se porque é comum um núcleo central da norma.

Depois claro, na visão de Agostinho da Silva, as línguas afeiçoam-se às geografias que colonizam. Afeiçoam-se num ajustamento do léxico às novas realidades e culturas, entrando mesmo em fragmentações dialectais – *mas ainda a falar a gente se entende*.

Sentem o peso ou a leveza dos horizontes a reflectir-se na pronúncia, na alegria do sotaque que canta (Brasil, África continental) ou que se contrai, quase emudece (países ou regiões insulares, à semelhança do interior de Portugal) – *mas ainda a falar a gente se entende*.

Aliás, as línguas nacionais nunca são faladas de forma homogénea em todo o território correspondente – *mas ainda a falar a gente se entende*.

Seja em Portugal seja pelo mundo, ainda nos entendemos, a falar ou a escrever, com alguns obstáculos é verdade – de que a ortografia é o menor.

Mas a «fraternidade da língua» que tanto gostamos de apregoar não nos deve fazer esquecer que, quando falamos da língua portuguesa, falamos da grande língua matriz, modelo e suporte, que talvez ainda mantenha *o odor a sal e a maresia* (que Manuel Alegre considera perdido pelo envelhecimento);

mas falamos também do português europeu, assente em pólos normativos, de cariz economicista e tecnológico;

falamos do português brasileiro, aberto, com personalidade própria, de norma crescentemente diversificada do português europeu, em perspectiva de simplificação;

falamos do português de Angola e de Moçambique, um português em *vivida construção da angolidade ou da moçambicanidade*, grandes línguas veiculares e nacionais, em sentido amplo, em que a simplificação é dominante, a convivialidade com as línguas fraternas e vizinhas é notória e a sua vivência é empenhada. Nas palavras do escritor moçambicano Armando Artur: *a língua portuguesa é um destino, não há alternativa*;

falamos também do português em diglossia e do português língua internacional;

e falamos do português *vagamundo*, o português que se vai moldando aos vários ambientes.

E mesmo deixando para já o sonho galego, falamos de muitas variedades, mas ainda de uma só língua.

Nas palavras de Eugénio de Andrade:

*Língua;  
língua da fala;  
língua recebida lábio  
a lábio; beijo  
ou sílaba;  
clara, leve, limpa;  
língua  
da água, da terra, da cal;  
materna casa da alegria  
e da mágoa;  
dança do sol e do sal;  
língua em que escrevo;  
ou antes: falo.*





# A língua portuguesa como factor de desenvolvimento nacional e afirmação internacional – que desafios?

LOURENÇO DO ROSÁRIO

Universidade A Politécnica – (Moçambique)

O tema proposto pode levar a diversos prismas de abordagem, por isso mesmo, presta-se a variáveis discursos que vão do plano estritamente da língua portuguesa a uma leitura sociológica, ideológica e até política sobre a mesma questão.

No que se refere à problemática da língua portuguesa em Moçambique, o debate está no ar desde os tempos coloniais e presumimos que não se vai esgotar nem encontrar soluções definitivas nos próximos tempos, porque elas não existem. O objectivo deste artigo é de contribuir para espaços de reflexão e equação dos problemas que esta questão levanta, sem pretensões de qualquer fechamento nem juízos dogmáticos.

## I. Estigmatização

### 1.1. Conflito linguístico e social entre o Português e as línguas africanas

No tempo colonial, os pais assimilados castigavam, algumas vezes, severamente, os filhos, quando estes aprendiam as línguas africanas com as avós ou com os empregados domésticos. E as razões que apresentavam eram que, ao aprenderem as línguas africanas, contaminavam o seu português e, com isto, envergonhavam os seus pais, em momentos de convívio social, por causa da «horrrível pronúncia» cafrealizada, ou então porque dificultava a aprendizagem e a aquisição do saber na escola e também o desempenho no trabalho. Assim, os jovens da minha geração, aprendendo embora as línguas maternas africanas, quer através das suas próprias mães, quer através das avós, ou no caso das famílias mais abastadas, através dos empregados domésticos, mantinham esta competência linguística mais ou menos adormecida, embora lhes fosse útil em momentos apropriados. Grande parte

dos cidadãos desta geração, sobretudo os grupos das maiores cidades, criaram a ilusão de que os seus filhos não dominavam senão a língua portuguesa.

## 1.2. Uma certa estratégia portuguesa

Mesmo no estertor do estado colonial, em que a acção psico-social levou o governo português a recuperar os valores africanos como sendo componentes da diversidade da portugalidade, a questão da língua permaneceu sempre em espaços muito claros, em que o português era a língua dos moçambicanos e as outras línguas eram línguas tribais, isto é, o que identificava a entidade Moçambique, para além do território, para além da administração colonial era a língua portuguesa. As restantes eram consideradas línguas gentílicas, indígenas ou tribais. Por isso mesmo, o prestígio que a língua portuguesa trazia ao cidadão falante desta língua não tinha competidor no espaço nacional. Foi por isso que, em alguns grupos de onde surgiu o Movimento Nacionalista, um dos sinais indicadores do afastamento da ordem colonial era a recuperação da fala das línguas nacionais. Por outro lado, a língua inglesa e a língua francesa eram, nessa época, línguas segundas no sistema educacional e constituíam adornos na competência linguística dos aprendentes. Por isso mesmo, a língua portuguesa era efectivamente a única língua que, na vida social dos moçambicanos do período colonial, constituía instrumento de prestígio, sendo que as línguas africanas eram verdadeiros estigmas para quem teimasse em utilizá-las em espaços que não fossem aqueles considerados estritamente tribais ou étnicos.

Desde que Moçambique ascendeu à independência já se passaram mais de 35 anos e, durante este período todo, muitas movimentações ocorreram, de natureza política, social e académica à volta da língua portuguesa. Em primeiro lugar, Portugal, com o fim do império, sentiu que devia encontrar uma estratégia que lhe permitisse manter a sua presença nesse mesmo espaço e encontrou na língua portuguesa o melhor instrumento para forçar essa presença, criando todo um discurso que tornava imperioso cuidar da língua portuguesa, para que não houvesse o desmoronamento do ex-império.

Nas décadas de 70 e 80, praticamente todos os encontros sobre a língua portuguesa no mundo aconteciam sob o signo do perigo permanente e imanente de que a língua portuguesa era um instrumento sedimentar para a manutenção do espaço dos povos que constituíam o ex-império.

Mesmo a literatura de língua portuguesa era vista como uma unidade unívoca de um espaço que já foi único, era literatura e não literaturas de expressão portuguesa. No mundo jurídico e legislativo, por exemplo, a obsolescência do pacote legislativo colonial, já caduco em Portugal, era mantido no ex-império, inamovível, conhecida que era a incapacidade imediata de o renovar com a

adoção de novos pacotes legislativos mais adequados com os nossos próprios meios. A língua portuguesa, nestas circunstâncias, serviu como instrumento de construção de um espaço linguístico que não correspondia à realidade, senão no discurso daqueles que pretendiam manter a ideia da permanência desse mesmo espaço. Do ponto de vista ideológico, esse espaço tem vindo a ser designado como espaço lusófono. Todo o discurso construído à volta da política de cooperação e toda a estratégia que levou à criação das instituições multilaterais, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa-[IILP] e a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa [CPLP], tinham como substrato esse desiderato. A modificação dos objectivos do IILP e a introdução do reconhecimento da diversidade linguística nos países da CPLP foi fruto da insistência dos cidadãos de Moçambique, Angola e Guiné Bissau que integram as estruturas desta mesma organização.

### 1.3. A estratégia da Frelimo

Durante a Luta Armada, a Frente de Libertação de Moçambique adoptou com naturalidade a língua portuguesa como instrumento de luta e de unidade. Pegando no aspecto que era também o argumento do estado colonial de que só o português podia permitir aos vários grupos étnicos moçambicanos um pensamento comum na luta contra o inimigo comum, o português impôs-se naturalmente no seio dos nacionalistas como sua língua e, salvo raros questionamentos, a aceitação foi tranquila, embora seja dado adquirido que, numa forma generalizada, os nacionalistas e sobretudo os guerrilheiros e os camponeses, não comunicassem entre si em português no seu dia-a-dia.

Após a independência, assistimos a um posicionamento mais radical da Frelimo e do seu governo na defesa da língua portuguesa como instrumento de unidade nacional. «E o português tinha que ser o português de Portugal», disse-o claramente Graça Machel, na altura Ministra da Educação e Cultura, no 1º Seminário sobre o Ensino da Língua Portuguesa, realizado em 1979, logo a seguir à independência, numa resposta clara às dúvidas levantadas, face à norma do português de Moçambique.

Alguns anos depois da independência, aquando do lançamento da campanha nacional de alfabetização, perante o espanto geral dos entendidos, pelo facto de a mesma ter sido concebida para ser dada em língua portuguesa, contra todas as metodologias de alfabetização de adultos ou mesmo de crianças, Samora Machel reafirmou que alfabetizar em língua portuguesa não visava apenas o domínio da escrita por parte das populações, visava igualmente a interiorização de que a língua portuguesa era o sedimento da unidade nacional. Durante estes tempos, o enfoque não era o de se pensar que a língua portuguesa podia ser um

instrumento ou um factor de desenvolvimento. A língua portuguesa era nossa, foi um troféu politicamente conquistado aos portugueses e estava ao serviço do povo. Esta era a sua função prioritária. Alguns linguistas chegaram mesmo a apresentar os seus temores sobre um eventual processo glotofágico que a língua portuguesa poderia estar a desenvolver face às restantes línguas que vinham sendo estigmatizadas desde o período colonial, embora por razões diferentes.

Porém, em Moçambique, por exemplo, desde logo, num movimento disjuntivo do da política oficial, alguns académicos se preocuparam em acompanhar o processo de adaptação e evolução da língua portuguesa no novo contexto de país independente. Os linguistas, desde os primórdios da independência, iniciaram um trabalho científico que se debruçava sobre a língua portuguesa e a fala dos moçambicanos, tentando determinar as peculiaridades que a dinâmica do uso do português num novo contexto poderia apresentar.

Em Moçambique, a língua portuguesa já não é aquele instrumento dominante que trazia os dirigentes políticos deste país preocupados sobre a unidade nacional. A língua portuguesa em Moçambique é a língua veicular, utilizada com naturalidade nas diversas instâncias e também a língua que serve como marca distintiva face à nossa relação com o exterior.

Internamente, a língua portuguesa está consagrada como língua oficial, e, sendo Moçambique país subscritor da CPLP, deve procurar alinhar as suas políticas sobre a língua em consonância com os seus parceiros também falantes da língua portuguesa, como por exemplo, a problemática do Acordo Ortográfico, que, acima de tudo, visa esta preocupação de unicidade ortográfica na diversidade linguística. Assim, Moçambique deve procurar capitalizar a posse dessa língua para beneficiar o seu próprio povo, no que toca aos objectivos que qualquer nação persegue, nomeadamente o desenvolvimento e o bem estar do seu povo. Assim, compete à academia determinar os contornos da língua que falamos e elucidar os poderes diversos sobre de que forma é que uma língua pode ganhar ou não importância para a vida nacional.

#### 1.4. Uma percepção de alguma elite africana

O que foi descrito atrás, relativamente ao uso social da língua portuguesa, demonstra nitidamente que, no dia a dia, numa certa camada da população, sobretudo a classe média e média alta, a língua portuguesa está em perda e, curiosamente, verificamos aqui um tipo de relação cuja natureza não é muito diferente daquela que a burguesia colonial e alguns grupos sociais que emergiram no pós-independência tratava as línguas africanas de Moçambique face à língua portuguesa, embora não de uma forma tão aguda como este último caso, por exemplo.

Sendo Moçambique subscritor de vários pactos internacionais com outros espaços linguísticos como a Commonwealth, a SADCC, a Comunidade Francófona e a Liga Árabe, apesar de a língua portuguesa estar consagrada na Constituição como língua oficial do País, muitas entidades oficiais recebem tranquilamente correspondência em outras línguas, que não o português, mesmo em tratando-se de documentação oficial, para não falar de documentação empresarial e de negócio. Esta prática não só é aceite com complacência, como encontra aplauso nos mais radicais, que acham que se torna oneroso e perda de tempo montar um aparato para traduzir documentos de e para português, visto que as outras línguas estão ao alcance dos mais capazes.

### 1.5. No plano académico e sócio-económico

No plano académico, não são poucos aqueles que, considerando-se prestigiados professores, acham que a verdadeira dimensão académica de um Doutor passa por ter sido formado em academias anglo-saxónicas ou outras, que não de língua portuguesa, e que o seu trabalho académico para ter prestígio nacional e internacional, deve ter sido publicado em revistas internacionais e, de preferência, em língua inglesa.

No mundo empresarial, nas instâncias das parcerias de cooperação, os inúmeros encontros, seminários e congressos que são realizados semanalmente no nosso país, basta que neles se encontre um único não falante de língua portuguesa, é o inglês a língua desse mesmo encontro.

Muitos pais, hoje, já não acham prestigiante que seus filhos frequentem a pré-escola em língua portuguesa. Em muitos convívios sociais, os pais fazem questão de dirigir-se em inglês aos seus filhos e as crianças brincam entre si em língua inglesa e muitos dos pais não se importam de fazer verdadeiros sacrifícios, abrindo os cordões à bolsa, para proporcionar aos seus rebentos uma formação secundária ou superior num país anglo-saxão.

### 1.6. Nas organizações internacionais

Quando Moçambique aderiu à Commonwealth, muitos acharam que era oportuno que se aproveitasse a ocasião para que o governo começasse a afirmar-se cada vez mais, a par do português, a favor da língua inglesa como segunda língua oficial. Nas organizações internacionais, onde a língua portuguesa é língua de trabalho, nomeadamente na União Africana (UA) e na SADCC, para citar apenas estas duas, nota-se uma total falta de agressividade dos nossos representantes nestes *fora*, de modo a colocar a língua portuguesa a par das outras línguas de trabalho destas mesmas organizações. Há situações caricatas de, por exemplo, o grupo de português para tradução e interpretação na UA não beneficiar de

formação e actualização por longos anos e, como consequência, todo o trabalho de tradução e interpretação ser de má qualidade, levando a que as delegações falantes da língua portuguesa nestes encontros prefiram usar outros canais de outras línguas, nomeadamente o inglês e o francês que, a par do árabe e do português, constituem as línguas de trabalho da UA.

### 1.7. Uma certa visão de cooperação no espaço da língua portuguesa

No espaço de língua portuguesa existem inúmeras instituições que supostamente cuidam de algum segmento sobre política de cooperação e desenvolvimento da língua portuguesa, no âmbito nacional ou internacional. Só para citar algumas instituições: o IILP, o Instituto Camões, a Fundação Biblioteca Nacional, a Associação das Universidades de Língua Portuguesa [AULP], a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Asiáticas- [UCCLA], o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), a Fundação Calouste Gulbenkian, o Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, o Instituto do Livro e das Bibliotecas, dentre outros. Isto nos mostra que sujeitos não faltam para actuarem de modo a que políticas sobre a língua sejam melhor cuidadas. Porém, é notória a falta de definição clara de objectivos, planificação e articulação das actividades dos diversos intervenientes. Assim, inúmeros recursos que poderiam ser melhor aproveitados são ingloriamente drenados para levar a efeito acções que não passam de meros exercícios, sugerindo, muitas vezes, estratégias contraditórias que se anulam mutuamente.

### 1.8. A nossa leitura

A questão de fundo não é falta de vontade política, nem sequer de má vontade dos que estão encarregados de conduzir estes processos, mas sim, quer as instituições meramente nacionais, quer aquelas que foram constituídas para a intervenção transversal, não têm sabido encontrar o reconhecimento devido para a missão que receberam das mãos dos seus próprios governos. Portugal, por exemplo, durante muito tempo após o fim do império, definiu a questão da língua portuguesa como sendo uma cruzada, como foi dito atrás. Assim, via mais perigos do que na realidade existiam, e, em nome da defesa da língua portuguesa no mundo, criou uma série de premissas que, à força de serem repetidas, passaram a constituir-se como chavões do discurso político.

Neste momento, os académicos, aqueles que verdadeiramente se empenham para colocar esta questão no lugar devido, sentem pudor em repetir alguns destes chavões. Ainda dentro desta saga, Portugal não curou em reconhecer que as antigas colónias já não constituíam uma unidade, mas sim países diferentes com problemas diferentes e que procuravam soluções diferentes. Ao perseguir

o problema procurando construir uma unidade de pensamento, não conseguiu criar um sentimento de unidade.

Um dos chavões que mais reserva tem provocado nas academias é o conceito de lusofonia para definir o espaço da língua portuguesa, sobretudo o de África. Se no discurso político este chavão pode ser tolerado, no plano académico e científico cria algum incómodo quando se pretende trabalhar sobre a questão da valorização de uma língua para o povo que a fala. Para Portugal, existem os brasileiros, os portugueses e os lusófonos, sendo que os lusófonos são os africanos. Este chavão tem sido inclusivamente contestado, não só pelos académicos, mas também pelos homens da cultura e, naturalmente, se ligarmos o conceito de lusofonia à língua portuguesa, teremos muita dificuldade em encontrar linhas convergentes no que toca à programação de políticas concernentes à própria língua comum.

O Brasil, que chega tarde à questão da lusofonia e começa a interessar-se pela questão da língua portuguesa fora das suas fronteiras depois que a ideia da constituição da CPLP foi uma realidade, assumiu determinados conceitos como sendo legítimos, sem cuidar do sentimento de legitimidade de outrem. Também o Brasil, quando fala de lusofonia e espaço lusófono, raramente pensa em si próprio. Assim, grande parte das instituições de definição e defesa da língua portuguesa no Brasil ou em Portugal, nomeadamente o Instituto Camões, a Fundação Biblioteca Nacional, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento [IPAD], o Instituto do Livro e das Bibliotecas, a Fundação Calouste Gulbenkian, dentre outras, não têm conseguido articular as suas ações com as instituições internacionais, criadas no âmbito da CPLP para o mesmo fim, nomeadamente o IILP, a UCCLA, o Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, dentre outras.

Resta às universidades, que, quanto a nós, constituem o último reduto de esperança para um trabalho sério, sólido e eficaz, a seu tempo, possam vir a impôr-se para a definição de melhores políticas sobre a língua portuguesa. É preciso partir do pressuposto de que a língua portuguesa é um dado adquirido na estruturação das nossas nacionalidades, incluindo nesse concerto de nacionalidades a cidadania, o substrato cultural, a visão de mundo, o acesso ao saber e a distintividade internacional.

No entanto, o que foi dito aqui sobre a desarticulação das instituições de natureza pública que curam da língua portuguesa a nível nacional e internacional pode contaminar igualmente as relações entre as instituições de ensino superior que igualmente tenham a vocação de trabalhar sobre a língua portuguesa e no produto do saber em língua portuguesa.



Um dos grandes problemas que existe no nosso espaço, no que toca ao relacionamento institucional, é a dificuldade de reconhecer as vantagens da supremacia do multilateral sobre o bilateral. Outro problema é o facto de nas relações entre instituições haver a presunção de que quem tem mais poder pode sobrepor-se a quem tem menos poder, o que cria tentações de tutoria que podem produzir discursos demagógicos e laços equivocados e distorcidos.

Indo por partes, não devia haver preconceitos no relacionamento entre universidades portuguesas e brasileiras, moçambicanas, angolanas no nosso espaço. Porém, no ambiente dos encontros internacionais, em que se tratam matérias do conhecimento comum de língua, literatura, ciência, novas tecnologias e outras áreas do saber, paira no ar, quase sempre, que alguns são mais iguais que outros. Como consequência, os produtos de conhecimento de alguns são supostamente mais iguais que os outros. Assim, embora se reafirme que a única esperança para romper esse círculo que dificulta que o nosso espaço linguístico possa esgrimir argumentos que imponham o nosso país no panorama internacional reside nas universidades, muito há ainda por fazer para que este pressuposto se realize.

Temos esperança que, através da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, se possam abrir algumas janelas que nos permitam ultrapassar os pressupostos inibidores que aqui foram listados. “Temos esperança de que, através da Associação das Universidades de Língua Portuguesa ou de outras instituições académicas, se produzam ideias que possam abrir algumas janelas que permitam ultrapassar os pressupostos inibidores que aqui foram listados.

## II. Janela 1

### 2.1. O equívoco e a saída

Postas as coisas desta maneira e compulsando toda a problemática das relações que a língua portuguesa mantém com as outras línguas nacionais no nosso País, falar da «língua portuguesa como factor de desenvolvimento nacional e como afirmação internacional» é tentar abrir janelas em plena bruma.

Em primeiro lugar, é preciso que se neutralize o debate de eventual conflitualidade entre a língua portuguesa e as outras línguas no espaço nacional.

Há quem considere que a língua portuguesa era uma verdadeira barreira para a maioria das mulheres deste País, porque o não domínio desta língua não lhes permitia ter acesso ao desenvolvimento. Vista desta maneira, esta questão sugere de imediato a ideia de que o espaço de desenvolvimento no nosso País se faz exclusivamente em língua portuguesa e que, sendo a maioria do povo moçambicano não falante do português, a eles está vedado este mesmo espaço de desenvolvimento.

Chegados a este ponto, aparentemente estamos perante leituras equivocadas, porque é a língua portuguesa aquela que está presente em todos os espaços da gestão do Estado, da economia, da educação, da informação, do sistema judiciário, das relações internacionais, etc. Por um lado, as actividades económicas familiares, nomeadamente a pequena agricultura, o pequeno comércio, as políticas culturais da grande maioria do nosso povo não é feita em língua portuguesa. O dilema dicotómico do Estado dual é que traz para os poderes em Moçambique um verdadeiro desafio de se encontrar soluções governativas para duas realidades políticas, económicas, sociais e geográficas distintas, que não coincidem necessariamente com o campo e a cidade, mas que nos coloca perante um discurso recorrente sobre a problemática de inclusão e exclusão.

Por outro lado, temos a herança do modelo do Estado de matriz ocidental, herdeiro do Estado colonial e integrado no sistema de governação global e, ainda, a matriz de governação africana e tradicional. Este sentimento que já invadiu o plano de muitos discursos que têm sido produzidos em Moçambique, acaba por ser transposto para o plano político e muitas vezes alguns fracassos de governação decorrem da má interpretação de como atacar a problemática do entendimento do que é inclusão ou exclusão. Se entendermos que uma língua oficial de um estado é um factor de desenvolvimento para as populações desse mesmo estado, a língua portuguesa cumpre parcialmente esta função, na medida em que, uma grande maioria da população pode estar excluída do processo de desenvolvimento por não falar português.

Mas, se, por outro lado, entendermos que as políticas públicas de desenvolvimento e de incentivo ao tecido empresarial e dos negócios se estruturam em língua portuguesa, não podemos deixar de pensar que os seus resultados recaem e são repassados a todos, em conformidade com as políticas de redistribuição que a governação define. Quer isto dizer que a maior ou menor possibilidade de acesso à riqueza e ao desenvolvimento não depende apenas de estarmos ou não no espaço da língua oficial, mas sobretudo, no facto de estarmos ou não na linha de mira da política de redistribuição da renda. Os sinais de crescimento económico no País não se medem com o aumento do número de pessoas que falam português, mas sim, a partir de infraestruturas, comercialização, habitação, energia, água potável, alimentação, renda e sustentabilidade familiar. O aparente conflito entre a língua portuguesa e as línguas africanas é mais de natureza ideológica ou política do que real, porque exemplos temos de experiências multilingues em que populações linguisticamente distintas, mas no mesmo espaço geográfico, partilham as riquezas do País com equidade. Na Europa, por exemplo, os belgas francófonos e valões criaram regras estritas sobre políticas públicas e de governação, que lhes permitem o equilíbrio no desenvolvimento.

O mesmo se passa na Suíça com o italiano, o alemão e o francês. Em África, há tentativa de busca desse mesmo equilíbrio, após os sangrentos conflitos entre tutsis e hutus no Ruanda e no Burundi. Provavelmente a África do Sul, considerada um país arco-íris, com algum desenvolvimento visível, tentará soluções semelhantes de políticas de inclusão entre africanos, descendentes de ingleses e diversos grupos de falantes de línguas africanas. Em Moçambique, quando, de uma forma tímida, se fala de equilíbrios regionais na governação, no fundo se procura soluções de equilíbrio sobre políticas de inclusão que permitam que as políticas de distribuição da renda se reflectam a partir da distribuição de agentes de governação no poder.

Em última análise, equilíbrio regional inclui o reconhecimento da nossa diversidade e procura neutralizar sintomas de exclusão detonadores de conflitos de diversa ordem. Por isso, o conflito língua portuguesa versus línguas africanas não é o factor principal do fenómeno de inclusão ou exclusão no desenvolvimento do país, embora seja um factor importante.

### III. Janela 2

#### 3.1. A desvantagem

A língua portuguesa é, de facto, uma das línguas que têm uma janela no plano internacional que, se não está ocupada em plenitude, se deve apenas à incompetência ou incapacidade dos seus usuários, dos seus gestores, que nestas arenas deviam cuidar melhor destas matérias. Não basta apregoar que somos 200 milhões de falantes e que estamos espalhados pelos quatro cantos do mundo e esperar que sejamos acolhidos de braços abertos.

Num mundo tão competitivo como o actual, mesmo na arena da afirmação linguística, o peso específico das nossas economias perante as economias dos falantes das chamadas línguas internacionalmente aceites nas instituições mostra que o português parte de uma posição muito desvantajosa.

Os gestores desta matéria são pouco agressivos, não têm argumentos financeiros e fazem-se transportar por complexos que lhes levam a paradoxalmente defenderem, sem grande convicção, o que dificilmente é defensável.

Inúmeras vezes, verificamos na arena internacional, mesmo quando se vai defender a posição da língua portuguesa, a atitude paradoxal de se curvar perante a presunção de que o outro não nos vai compreender, por isso vamos utilizar a sua língua, em vez de utilizar aquela que queremos defender. Por outro lado, a atitude miserabilista de financiar de uma forma mitigada os programas sobre a língua só serve para drenar dinheiro e perder tempo.

Senghór dizia que o tigre, para afirmar a sua tigresa, não precisava de apregoar que era tigre. O tigre afirma a sua tigresa saltando sobre a presa com todo o seu vigor. No nosso espaço linguístico, os gestores de políticas internas e externas sobre a língua usam reiteradamente o argumento de que a língua portuguesa é, de uma forma diversificada, em todos os continentes a 3.<sup>a</sup> língua mais falada do Mundo e, de forma quantitativa, a 5.<sup>a</sup> língua mais falada. Contudo, aquelas pessoas que assim apregoam não têm demonstrado capacidade para promover programas e acções de uma forma sistematizada, coerente e suficientemente robusta e visível, criando argumentos de eficácia convincente. Muitas vezes, promovemos acções internas para nos convencermos a nós próprios de que temos algum programa. Contudo, passados esses encontros, raramente acontece algo em sequência. Para quem anda há muito tempo nestas arenas, fica sempre a sensação de estar a assistir ao mesmo filme ao longo dos últimos anos. Não é preciso ir buscar o Padre António Vieira ou Eça de Queirós, Machado de Assis ou Mia Couto e muitos outros escritores e pensadores deste espaço linguístico, para verificar que aquilo que estes mesmos escritores criticavam ou têm criticado nos agentes de governação dos nossos estados permanece imutável desde o século XV.

### 3.2. O desafio

O problema não está na potencialidade ou não de a língua portuguesa prestigiar os países que a falam na arena internacional, porque a língua portuguesa já está a ser admitida como língua de trabalho e língua oficial em muitas instâncias internacionais, nomeadamente, no plano internacional, na União Europeia, na União Africana, na União dos Estados Americanos, e, por outro lado, no plano regional, na CEDEAO, na SADCC e no Mercosul. O problema encontra-se, na verdade, no facto de o peso que os nossos estados têm nestas organizações não permitir que a língua receba este mesmo peso no momento da sua utilização.

Olhemos para a Europa das línguas. O alemão é apenas uma língua com cerca de 100 milhões de falantes, o mesmo com o italiano e outros países da União Europeia que têm apenas algumas dezenas de milhões de falantes. No entanto, o peso económico que estes países têm faz com que se olhe com respeito as suas línguas. No nosso caso, tirando o Brasil, que entrou no clube dos BRICS- das baleias económicas do novo concerto das nações- os estados de língua portuguesa não representam um peso económico específico para se impôr por esta via.

### 3.3. Os caminhos

A única janela que vislumbro é uma postura diplomática que articule os resultados da política da língua portuguesa no plano internacional. Só assim

poderemos começar a sentir verdadeiro orgulho como moçambicanos, por exemplo, quando vamos para a arena internacional apresentar-nos como países falantes do português e não acontecer, como tem vindo a acontecer, sempre que algum delegado dos nossos países, em certos plenários se pronuncia em língua portuguesa, haver uma reclamação geral de que não há tradução nesta língua, porque a organização não se preparou para o efeito.

Vamos, pois, melhorar as políticas sobre a língua portuguesa, para o desenvolvimento dos nossos próprios países, para melhor defendermos a nossa língua na arena internacional, que, ao se impôr, funcionará como marca distintiva da nossa presença nestas mesmas arenas.

Este desafio custa muito dinheiro, mas é um investimento que vale a pena fazer.

## O Atlântico Sul e a CPLP

AMÂNDIO SILVA

Presidente da Associação Mares Navegados

I – Há cerca de 25 anos, na primeira Reunião de Empresários da CPLP, realizada na FIL, em Lisboa, fui surpreendido com a presença de um Professor de Sociologia da Universidade de Dakar, que não me perdôo ter extraviado o registo de seu nome. Num intervalo dos trabalhos, sentei-me a seu lado e solicitei que me matasse a curiosidade sobre a motivação de sua participação num encontro de empresários da CPLP. Ele sorriu e respondeu: «saberá quando eu falar daqui a pouco».

E, efetivamente, começou assim sua intervenção, para uma plateia também curiosa e interessada:

*Perguntarão meus caros amigos, porquê um Professor de Sociologia do Senegal veio ouvir as falas dos empresários da CPLP, onde estão portugueses, brasileiros e cidadãos de países africanos, alguns nossos vizinhos.*

*Em primeiro lugar, porque aconteceu a coincidência de estar em Lisboa e saber da realização deste evento e achar que não podia perder a oportunidade de vos dizer como é importante para o Senegal a criação da CPLP, por todas as razões históricas, de vos trazer a minha saudação e vos felicitar por estarem aqui juntos discutindo interesses comuns.*

*Depois, e principalmente, porque é meu mister estudar relações internacionais, sobretudo as estabelecidas entre os povos, as que resultam de afinidades entre as gentes e, por isso, vos afirmar como considero indispensável e da maior importância o fortalecimento da CPLP – e a economia terá por certo um papel destacado – uma organização internacional única, porque concebida na unidade linguística e, por consequência, nas interinfluências culturais, o que permitirá um desenvolvimento sólido, porque amarrado na História comum de séculos.*

E concluiu, profeticamente:

*A unidade das línguas latinas e de seus povos vai ser fundamental na encruzilhada da História que chegará num confronto com os das línguas anglo-saxónicas.*

Tudo isto, numa clara referência ao por vezes dramático e sempre desigual não diálogo Norte-Sul, que muito provavelmente não imaginaria ser tão agravado pela violenta e desumana ditadura financeira, que hoje não esmaga apenas o Sul mas já domou boa parte do Norte.

E esmiuçou mais seu pensamento, ao caracterizar a primeira fase, a da CPLP, acompanhada da integração da América Latina, realçando as relações históricas, incluindo os confrontos de guerra, como os de Portugal, Espanha e França na Europa e as lutas de libertação em África, mas que nessa encruzilhada prevaleceriam as afinidades até como auto-defesa face à supremacia anglo-saxónica.

E nessa linha de orientação, se compreende que o Senegal tenha sido o primeiro país africano de língua não portuguesa a ser admitido como Observador permanente no seio da CPLP.

E também se compreende porque o Movimento FESTLATINO ganhou a expressão que permite estarmos hoje na Universidade de Aveiro em mais uma reflexão sobre a imperiosa necessidade de valorização da língua portuguesa, inserida no mais vasto conjunto das línguas e culturas latinas.

II – Sempre que penso, falo, escrevo sobre Portugal, Brasil, CPLP – agora com Timor junto aos primeiros sete países que integram a Comunidade – é inevitável recorrer ao Professor Agostinho da Silva que, no dizer acertado do jornalista Fernando Dacosta, «foi o português mais notável da segunda metade do Séc. XX – como Fernando Pessoa foi da primeira».

Na sua folhinha de Janeiro de 91, «Autobiografia ou como as coisa sucedem», escrevia a certa altura, a propósito da posse de Jânio Quadros como Presidente do Brasil, em Janeiro de 1961 e quando já tinha criado o CEAQ-Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade da Bahia, entidade da maior importância nas relações do Brasil, especialmente com a África, ainda hoje em atividade regular:

*Tomei então a liberdade de telegrafar para o Palácio do Planalto, logo que houve a posse, e pedir audiência, que me foi concedida e em que se teve a perfeita e contínua colaboração durante os seis meses que durou a presidência e em que se estabeleceu, pela abertura de Embaixadas em África, pelo Tratado com o Senegal, que ajudei a redigir, e pela vinda, com bolsa, de estudantes africanos que frequentariam os cursos superiores que escolhessem e os completariam na Bahia, no Recife, no Rio ou em São Paulo, com, logo no primeiro ano, cinquenta bolseiros, o início da colaboração que depois se foi firmando e ajudará, um dia, a que um conjunto jurídico dos Países da Língua comum contribua para maior humanização do resto do mundo.*

Nesses seis meses anteriores à renúncia de Jânio, Agostinho delineou as linhas mestras da política externa independente do Brasil, no que respeita à África e à Ásia, - José Aparecido de Oliveira era então da Casa Civil em Brasília e desde aí nunca mais deixou de cultivar Agostinho e seguir seus ensinamentos. Jânio dava suas diretrizes com “bilhetinhos” distribuídos pelos Ministérios. Muitos foram destinados ao Itamaraty para o início de uma nova era nas relações com a África, seguindo as orientações de Agostinho.

O Embaixador Jerónimo Moscardo, em recente notável conferência na Fundação Mário Soares, reafirmou o que já lhe tinha ouvido na Universidade de Brasília e na Fundação Alexandre Gusmão, no Itamaraty:

*Agostinho da Silva foi quem traçou todo o programa da nossa política para África e Ásia. Ministros importantes como Santiago Dantas e Afonso Arinos foram excelentes executantes dessa política, mas não seus autores como nos ensinam em nossos primeiros anos de diplomacia, a autoria dessa linha independente pertence a Agostinho da Silva. Aliás, devemos salientar que, no Governo do Presidente Lula, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, discípulo de Aparecido, retomou essa linha e nenhum outro presidente fez tantas viagens a África e por duas vezes esteve em Timor. A CPLP mereceu como nunca a atenção do Brasil.*

E eu acrescento que também foi no Governo Lula que foi criada a UNILAB, em Redenção, no Ceará, Universidade que, em seus estatutos, tem como objetivo atingir os 50 por cento de alunos de outros países da CPLP. Sempre comento que se Agostinho fosse vivo, estaria lá encantando novos alunos como nos “campi” de todas as Universidades do Brasil onde soltou sua voz e deixou sua semente.

Sua convicção de que o Brasil, após a consciência e o reconhecimento de suas raízes Africanas, seria o motor da afirmação do mundo de língua portuguesa, sobretudo numa nova reconstrução civilizacional, foi reconhecida pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira quando afirmou:

*O Professor Agostinho da Silva foi importantíssimo quando chamou a atenção dos brasileiros para o que representava uma política de desenvolvimento num mundo que tendia para a globalização. Ele previu com todas as suas nuances e consequências. E também fez despertar a nossa consciência, brasileira sobretudo, mas lusófona, com relação a África. Foi ele que, pela primeira vez, naquele tempo, chamou a atenção para as nossas raízes.*

Por essas consciência e convicção, Aparecido, sob inspiração agostiniana, foi o grande obreiro da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Por isso afirmo e agora repito que Agostinho foi o Avô e Aparecido o Pai da CPLP.



Até hoje lamento que Aparecido, por razões menores que não vou agora comentar, não tenha sido o primeiro Secretário Executivo da CPLP. Sua construção teria sido bem diferente e seu patamar de hoje mais exigente e ambicioso.

III – Foi com este espírito que em 1993 nasceu a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa. Em Lisboa, como Agostinho me havia recomendado «essa Fundação tem de crescer no Brasil, mas a sede tem de ser aqui, em Lisboa, de onde tudo partiu e onde tudo vai convergir». Naquela altura não houve qualquer hesitação, até porque seu projeto foi oferecido por Oscar Niemeyer que teria grande alegria em ver uma obra sua em Lisboa. Mais tarde me interroguei se o mestre não se teria enganado.

Acompanhei com entusiasmo as figuras principais da Fundação, Pedro Rebelo de Sousa e o Embaixador Dário de Castro Alves, marco inesquecível de luso-brasileiro, numa esperança partilhada por muitos nomes ilustres de ambos os lados do Atlântico, como Jorge Amado, José Saramago, Nélida Pinõn, Natália Correia, António Alçada Baptista, David Mourão Ferreira, Maria do Céu Guerra e políticos de estirpe como Mário Soares, Fernando Henrique Cardoso e Jorge Sampaio.

Não resisto a relembrar a mensagem da minha querida e saudosa amiga, a insubstituível Natália Correia, pela lucidez e previsão, noto, escrita em 1993, vinte anos atrás:

*Nesta fase convulsiva da História em que o paradigma internacional de “comunidade” obedece ao padrão de luta pela supremacia do poder económico que ameaça conduzir-nos a uma catástrofe planetária, é urgente traduzir internacionalmente o espírito comunitário em estruturas de fraternidade cultural como a que finalmente e em boa hora está concretizada na Fundação Luso-Brasileira.*

A catástrofe planetária está a caminho, infelizmente as estruturas de fraternidade cultural não conseguiram – como a Fundação Luso-Brasileira não conseguiu – impor-se no cenário demolidor que urge combater, mas não haja dúvida que elas continuam sendo instrumento indispensável face à barbárie que está disseminada por esse mundo, muitas vezes fomentada de forma execrável.

Evidentemente que o fracasso da não construção do edifício sede de Niemeyer, a «belíssima nave digna do Tejo» como a batizou Aparecido, projeto que, consumado, daria a «dimensão que merecem as relações entre as nossas culturas» como falou Jorge Amado, foi a pedra de toque para que a Fundação, apesar de muitas boas iniciativas levadas a cabo com êxito em toda a CPLP, com ênfase natural em Portugal e no Brasil, não tivesse podido corresponder ao objetivo que deve continuar a ser perseguido de uma estreita cooperação e um superior entendimento

entre Brasil e Portugal, como indispensável a uma jornada consciente e profícua de parceria entre todos os países da CPLP.

**IV** – Timor foi a feliz razão do primeiro sentir coletivo da CPLP.

Em Portugal, a demanda da libertação de Timor do jugo da Indonésia foi a maior manifestação de unidade nacional após o 25 de Abril. A corrente foi poderosa e emocionante.

O Brasil acordou de forma definitiva para engrossar o apoio internacional quando da atribuição do prémio Nobel da Paz a Ximenes Belo e a Ramos Horta. E nos restantes países da CPLP, de uma forma ou de outra, ficou nítido o sentimento de que Timor fazia parte do mesmo mundo, o da língua portuguesa, com todo o direito à independência e soberania. Timor correspondeu a esse caloroso movimento, consagrando na primeira hora o português como sua língua oficial, como expressão de sua afirmação internacional e tal atitude o conduziu a membro pleno da CPLP, «por aclamação».

**V** – Não posso deixar de falar do Acordo Ortográfico. Emperrado há quase vinte anos, só agora, de forma plena no Brasil e ainda apesar de algumas últimas etapas a cumprir em Portugal, pode começar a cumprir seu papel de instrumento de solidariedade lusófona, com um alcance muito maior, esquecido nas quezílias intelectuais, mesmo que legítimas. Não é o primeiro AO, todos geraram resistências porque é impossível a unanimidade.

Invoco dois factos que, pela sua simplicidade e objetividade, demonstram quanto o AO é urgente e como já devia ter sido posto em prática há muito tempo.

O primeiro: no debate público da Assembleia da República, em 2009, que antecedeu a aprovação do AO, aliás por todos os partidos, um professor de Timor apelou para o «sim» deste modo singelo:

*Por favor, se entendam, já temos tão poucos monitores para ensinar a escrever o português e os brasileiros ensinam com uma ortografia, os portugueses com outra, é preciso acabar com esta situação deplorável. A alfabetização tem de ser igual para todos, se queremos de facto aumentar o conhecimento e a prática da língua portuguesa pelas crianças de Timor, que são a melhor garantia da sua continuidade.*

O segundo: em 2008, o Brasil ofereceu a Angola dez mil livros infantis, apropriados para a faixa dos 8 a 12 anos. Os responsáveis angolanos do ensino primário, com muito pesar, porque os livros eram de boa qualidade, foram obrigados a ter de os devolver, com o argumento lógico de que os alunos eram alfabetizados com a ortografia portuguesa e aqueles livros estavam naturalmente com a ortografia brasileira. A expressão que legitimou a recusa foi aliás bem brasileira: «lamentamos, mas não queremos fundir a cuca das crianças».

Milhares de crianças africanas e timorenses merecem que a ortografia seja a mesma. Em breve, espero, a sua alfabetização pode ser ministrada por monitores brasileiros do Maranhão ou do Rio Grande do Sul ou portugueses do Minho ou do Algarve, que as ensinarão diretamente ou formarão os professores locais, com a mesma ortografia. É tão somente uma reforma ortográfica.

Para além de, em outro plano, o das reuniões internacionais, se acabar com a situação ridícula de ser a única língua que tinha dois comunicados finais, um em ortografia portuguesa, outro em brasileira, aliás de longe a mais usada.

E aqui cabe referir que o Brasil foi de grande generosidade em insistir na indispensabilidade de Portugal ser signatário do AO, que aliás exigiu alterações de maior monta na anterior ortografia, dita brasileira, do que na nossa. Isto porque, com o poderio económico e maior gama de interesses suscitados nos restantes países da CPLP, creio não haver dúvidas de que, sem AO, em 15 ou 20 anos, a opção lógica seria a desses países adotarem a anterior ortografia brasileira. Arriscávamos seriamente a repetir o «orgulhosamente sós», de má memória.

A propósito, ouvi o escritor angolano José Eduardo Agualusa, no lançamento de um seu livro na Livraria Travessa, no Rio de Janeiro, afirmar alto e bom som: «Se Portugal não assinar o AO, vou fazer campanha em Angola para adotarmos a ortografia brasileira, pois temos muito mais afinidades culturais com o Brasil, além de que aqui são 190 milhões e lá são só 10». Hoje os seus livros já são editados na nova ortografia e com o mesmo sucesso em todos os países onde são distribuídos.

O AO não pode ser avaliado sob uma perspetiva nacionalista e muito menos como um atentado à língua, alegado pelos seus mais encarniçados opositores. Ao contrário, sua maior valia está na já demonstrada solidariedade lusófona, não apenas com as crianças, mas também com os escritores que vão ter maior mercado, com os leitores espalhados pelo mundo – a primazia da antiga ortografia brasileira era avassaladora –, afinal com os editores. Olhando o futuro e não o passado, contribuindo afinal para uma maior prática e conseqüente valorização da língua portuguesa a nível internacional.

Em termos de valorização da língua portuguesa a nível internacional, merece referência o excelente trabalho do atual diretor do IILP-Instituto Internacional da Língua Portuguesa, o prof. Gilvan Muller de Oliveira, que conheci em 2001, como Professor da Universidade de Santa Catarina, em Florianópolis, na qual era Diretor do Instituto de Estudos Portugueses, entidade criada por Agostinho em 1958, quando lá foi professor de literatura portuguesa. Gilvan foi o coordenador da organização do espólio de Agostinho da Silva em Santa Catarina, de grande utilidade para o estudo e memória da extraordinária presença e ação do Mestre no Brasil.

Gilvan está guindando o IILP a um nível compatível ao desejado pelos seus idealizadores, um deles o incontornável José Aparecido de Oliveira, que era Ministro da Cultura do Governo de José Sarney, quando da sua instituição em 1989, na Reunião em São Luís do Maranhão, que pela primeira vez juntou na mesma mesa, sob a égide da língua portuguesa, todos os Chefes de Estado dos países onde seus povos a falam, com exceção de Angola, que se fez representar a nível ministerial.

Permitam-me lembrar que Aparecido nessa altura tinha a assessoria do casal Hermano e Maria Helena Alves, nomes persistentes nesta saga da língua portuguesa, que, curiosa e coerentemente, mais tarde, integraram a Direção da atrás citada Fundação Luso-Brasileira.

VI – Voltemos ao Atlântico. Parece que estou ouvindo Natália Correia, na sua voz estridente, de dedo levantado, numa daquelas madrugadas do Botequim – restaurante-bar da Graça onde ia todas as noites – «Amândio, não esqueças, o nosso caminho, a nossa salvação é o Atlântico, mas o Atlântico Sul, SUL!»

Portugal está numa situação periclitante nesta Europa, tão distante da que grandes líderes de estirpe humanista ergueram e, entre eles Mário Soares, que hoje à tarde, neste Colóquio nos brindará com mais uma reflexão sobre a má Europa em que estamos vivendo.

E seja em que circunstâncias possa vir a acontecer, escorraçado ou por corajoso «motu próprio», Portugal pode ficar fora da Zona Euro e devemos preparar-nos para essa hipótese, mesmo continuando como Estado membro da União Europeia.

Há meses atrás, um jovem jurista, Jorge Gaspar, Professor de Direito da Universidade Lusófona, assinou um interessante artigo, de título muito curioso «Podem os países mudar de sítio?», no qual defende de forma vigorosa uma Aliança Estratégica com o Brasil

Depois de também admitir que tenhamos de sair do euro, propõe:

*Ora é aqui que a «concreta caracterização histórica, cultural, social e linguística» pode ajudar a potenciar estrategicamente um pensamento sobre o Plano B. O Plano Brasil. O Brasil é um país emergente? Não, é mais do que isso. O Brasil precisa de consolidar a Norte do seu hemisfério a dimensão política da sua mais que emergente economia? Sim, precisa e quer. O Brasil quer uma maior participação das (suas) empresas brasileiras no mercado europeu e, em particular, nas empresas europeias (a privatizar, por exemplo...)? Sim, quer e precisa. O Brasil fala, escreve e pensa em português? Num certo sentido, depois do Acordo Ortográfico, mais do que nunca. E Portugal? Portugal é um país atlantista e que tem em curso um projeto nas Nações Unidas para o alargamento da sua plataforma continental? Sim, é e tem. Aliás, como o Brasil, Portugal precisa de parcerias no domínio da investigação científica*

*e da exploração económica do Mar? Sim, precisa. Aliás, áreas essas nas quais o Brasil está e vai muito à frente. Portugal quer mais e melhor lusofonia económica e o Brasil tem já uma importante presença económica em África? Pois, parece que sim. O triângulo Portugal, África, Brasil pode afinal ser um triângulo Portugal, Brasil, África? Claro que pode. Para ser triângulo só precisa de três lados.*

*Enfim, se já pusémos um Rei no Brasil (ainda por cima, pelo seu próprio pé...), por que não pôr por lá o nosso Escudo através de um acordo de paridade cambial com o Real que assegurasse a estabilidade da nossa moeda e da nossa economia? Já viram? O escudo no Brasil e o real em Portugal, ainda e sempre Estado-membro da União Europeia?*

*A partir de certa altura, é também para proteger o o irmão mais velho e debilitado que serve o irmão mais novo e vigoroso. Não telefonem, vão e perguntem: “Oi, Presidente, já ouviu falar do Plano B, Plano Brasil? Vamos falar um pouco sobre isso?”*

E para se verificar que estas ideias não germinam apenas em Portugal – infelizmente por muito poucos – lembro que, recentemente, o Prof. Darc Costa, Presidente da FEDERASUR – Federação das Juntas de Comércio e Indústria da América Latina, com sede no Rio de Janeiro, assinou com várias entidades portuguesas entre as quais a ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento e Cooperação, dirigida por Murteira Nabo e Francisco Mantero, figuras experientes nas relações luso-brasileiras, um Protocolo que curiosamente visa a constituição de um Triângulo Atlântico (Darc Costa e Jorge Gaspar não se conhecem e não ouviram falar um do outro), cujo objetivo é de beneficiar o processo de integração da América Latina, com o alargamento de laços comerciais e culturais com os países atlânticos da CPLP. Darc, nas suas intervenções, quer na Biblioteca da Câmara Municipal de Lisboa, onde foi assinado o referido Protocolo, quer na Fundação Mário Soares, defendeu as linhas mestras da caracterização do Atlântico Sul como um «corredor de petróleo falado em português» tendo naturalmente como polos Brasil e Angola e assumi-lo como «um Oceano Ibérico».

**VII** – Como não lembrar do professor do Senegal? Como não lembrar de Agostinho da Silva? Como não lembrar de Natália Correia? Como não lembrar de Dário de Castro Alves? Uma Aliança Estratégica Brasil-Portugal, com estas metas amplas de Desenvolvimento, com a diretriz clara de sermos uma voz ativa de uma plataforma atlântica em vez de um país marginal numa Europa desvirtuada, seria da maior importância para Portugal mas também para o Brasil e, sem qualquer dúvida, para a CPLP e a afirmação maior da Língua Portuguesa no mundo.

# Carlos Heitor Cony: o teatro do mundo

---

ISABEL CRISTINA RODRIGUES

Departamento de Línguas e Culturas - Universidade de Aveiro

Numa das lições americanas que integram o volume *Seis propostas para o próximo milénio*, um texto tão frequentemente citado pela crítica contemporânea, Italo Calvino reflete sobre a importância do princípio da exatidão no movimento conformativo da palavra. No entender do autor, «às vezes parece-me que uma epidemia pestífera atingiu a humanidade na faculdade que mais a caracteriza, ou seja, o uso da palavra, uma peste de linguagem que se manifesta como perda de força cognitiva e de imediatismo, como um automatismo com a tendência (...) para diluir os significados (...) e para apagar toda a centelha que crepita do encontro das palavras com novas circunstâncias» (Calvino, 1990:74). Se, como aduz ainda Calvino, «a literatura (e talvez apenas a literatura) pode criar anticorpos que combatam a expansão da peste da linguagem» (*Ibidem*: 74), é inegável que esse combate não poderá travar-se à margem do esforço da palavra literária «para dar conta, com a maior precisão possível, do aspecto sensível das coisas» (*Ibidem*: 91).

Vem esta retórica calviniana a propósito do escritor brasileiro Carlos Heitor Cony, nascido em 1926 no Rio de Janeiro, e dos seus problemas de dicção sofridos na infância, os quais levaram o autor, desde muito cedo, a privilegiar o domínio da escrita sobre o domínio da oralidade e a compreender, sedimentando-a no seu espírito e no seu coração, a importância da palavra escrita no processo de instituição de uma grafia sensível do mundo. O próprio escritor confessou, aliás, a prevalência dos seus distúrbios infantis na posterior adoção da literatura como veículo preferencial da sua comunicação com os outros:

*Eu era discriminado no colégio. Os diretores chamavam meu pai e diziam: “Tire esse menino daqui, ele está sofrendo muito, é discriminado porque fala tudo errado”. E, realmente, eu falava tudo errado. Mas, quando comecei a escrever, vi que ninguém zombava de mim. Eu pedia por escrito para minha mãe fazer um bife à milanesa, para fazer isso e aquilo. Eu deixava recados e falava por escrito. E vi então que a letra, a literatura era o meu destino (In <http://rascunho.gazetadopovo.com.br/carlos-heitor-cony/>).*

O que entendo dever sublinhar nesta experiência infantil de Cony não é tanto a realidade de uma evidência precoce (a de um destino prematuramente consagrado às letras), como a realidade de uma lição que, apesar de consentânea a esse instante preambular de iluminação, veio a mostrar-se determinante no ulterior cumprimento do seu destino de escritor. Com os bilhetes redigidos na infância, que pareciam dirigir-se em linha reta ao coração das coisas, terá Carlos Heitor Cony aprendido a lição calviniana da exatidão, incutindo no seu espírito a necessidade de respeitar em cada palavra a pureza do sentido e a preservação da sua força cognitiva. O alfabeto da mais justa percepção raramente reside na complexidade ou na opacidade discursivas, mas antes no movimento de precisão com que esse mesmo alfabeto parece aderir aos objetos percebidos, atingindo aquilo que é objeto de dicção como se o atravessasse até ao osso. Recordo assim, a este propósito, as palavras com que António Lobo Antunes se refere à necessidade de exatidão na conformação discursiva do literário, brandindo Pushkin como exemplo:

*Dizem que o Pushkin, quando usa a palavra “carne”, a gente sente-lhe o gosto na boca. A palavra carne é sempre a mesma, depende das palavras que se põem antes e das palavras que se põem depois. Para que as pessoas sintam o gosto na boca eu tenho que trabalhar como um cão, até encontrar as palavras exactas antes e depois. [...] Se trabalhar muito no osso, despindo da gordura – adjetivos, advérbios de modo, preposições – acabo por chegar lá (Apud Arnaut, 2008: 436).*

Como a de Lobo Antunes, o sentido da narrativa de Carlos Heitor Cony procura aproximar-se da fidelidade semântica dos números ou das formas geométricas e é assim que no romance *Antes, o Verão* (1964) as tempestades de areia e sal de Cabo Frio (uma pequena cidade do litoral a norte do Rio de Janeiro) sabem exatamente àquilo que as compõe – sal e areia. De facto, quando Cony usa a palavra sal nós sentimos-lhe o gosto na boca, porque o seu texto é um texto despido de toda a gordura artificial do estilo, e julgo, aliás, que esta retórica minimalista se mostra responsável pelo facto de o escritor, um verdadeiro mestre da língua portuguesa, por cujos mares navegamos todos, raramente ter

dado corpo a romances extensos – a multiplicação da palavra raramente abre caminho à viagem do leitor rumo ao coração das coisas.

Carlos Heitor Cony, um dos mais importantes romancistas brasileiros da segunda metade do século XX (e grande cultivador também do registo da crónica), propõe assim ao leitor, através dessa mão de bisturi que lhe enforma a escrita, o destemor de uma viagem ao coração das coisas, sejam elas o amor e os seus enganos, a família e as suas dissimuladas verdades ou ainda o esforço da luta política contra a ditadura militar. Preso por seis vezes durante os anos da ditadura e admirador confesso de Machado de Assis, também ele cronista de relevo, são antológicas as suas crónicas contra o golpe de 64 e *A Revolução dos Caranguejos*, cuja matéria de vida sustenta ainda um ou outro romance, como *Pessach: a travessia* (de 1967) e o mais recente *Romance sem palavras*, de 1999. Todavia, mesmo nestes dois casos, sobretudo em *Romance sem palavras*, o reconhecido engajamento político de Cony acaba por resolver-se a um nível relativamente epidérmico do discurso, guardando o escritor a raiz mais densa do dizer para atingir essa obscura zona do Homem onde moram os sentimentos da agonia, da dúvida, da solidão e do banimento, os quais, como está bem de ver, decorrem mais de um questionamento metafísico do indivíduo do que de um explícito posicionamento de carácter ideológico.

Quando questionado sobre as suas influências, o escritor não hesita em referir o nome de Machado de Assis, o que me parece certíssimo, uma vez que (e a título de exemplo, como salienta Fábio Silvestre Cardoso), a visão do feminino em Cony pode ser efetivamente lida como uma espécie de tributo à obra machadiana: as personagens femininas de Carlos Heitor Cony (desde a Helena do seu primeiro romance, *O Ventre* (1958), até à Mona de *A casa do poeta trágico* (1997)) são sempre produto de uma sábia mistura de malícia e mistério, possuidoras de uma essência inapreensível pelo olhar masculino que lembra em muito o modo como a mulher machadiana «domina os corações, as mentes e os instintos mais primitivos dos homens» (Cardoso, 2008). No entanto, por mais admiração que a obra de Machado lhe suscite, a realidade da formação existencialista de Cony, para quem a literatura é sobretudo «uma categoria espiritual da humanidade» (Apud Pellanda, 2009), marcou indelevelmente a sua sensibilidade literária. Desde *O Ventre*, o seu romance de estreia e um texto de dimensão verdadeiramente uterina no conjunto da sua obra, que a prosa cosmopolita de Cony promove aquilo que poderia denominar-se a *carioquização* do existencialismo, porquanto os seus textos de ficção parecem abrir-se ao imprevisto (e imprevisível) convívio entre a demanda metafísica do sujeito e a perspetivação irónica dessa mesma demanda, como se o tormento do herói existencialista atingisse, na personagem de Cony, simultaneamente o dentro do seu irremissível malogro e o fora do seu sorriso



trocista, possibilitando assim a dupla cunhagem de uma moeda que apresenta, na matriz europeia do Existencialismo, apenas a face da tortura irremediável do Homem. Não há, nas personagens de Cony, nem comiseração pelo destino que lhes coube viver (e o José Severo de *O Ventre* poderia ter sido disso mesmo um exemplo flagrante), nem impulsos de arroubo trágico em face da inevitabilidade desse mesmo destino.<sup>1</sup> No romance de Cony, o destino humano vive-se sem mais, procurando a personagem, quando muito, aprender no confronto com a sua evidência a lição da resistência e do perdão.

Deste modo, longe da rusticidade nordestina privilegiada no romance dos anos 30, Carlos Heitor Cony desloca a burguesia carioca para o centro ativo da ficção, alargando-lhe o horizonte do espírito através da sombra tutelar de Sartre, Beckett ou Moravia, cuja pregnância literária se faz sentir nos seus textos logo desde a publicação de *O Ventre*, em 1958. Romance do desamparo metafísico por excelência, *O Ventre* inaugura, com a sucessão de equívocos em torno daquela que é certamente a substância medular do ser humano (o nascimento e a filiação), uma imensa galeria narrativa dedicada à representação ficcional da *Solidão em família*, para fazer aqui apelo ao título de um romance que Esdras do Nascimento publicou em 1963 e que tão bem descreve o perfil psicometafísico da personagem de Cony, condenada de romance em romance à experiência da solidão no seio de famílias à beira do desmoronamento.

Em 1997, quase quarenta anos depois da publicação de *O Ventre*, Carlos Heitor Cony publica aquele que constituirá talvez o seu mais belo romance. Refiro-me a *A casa do poeta trágico*, título recuperado da inscrição ainda hoje visível numa das casas de Pompeia (onde se supõe ter morado um encenador de teatro) e que se tornou famosa graças a um mosaico de grandes dimensões com a figura de um cão negro, acompanhado da competente advertência – *cave canem*. Cuidado com o cão, pois: com o cão do tempo, que a tudo devora sem remissão, e com o cão da paixão, esse animal de mandíbula feroz a braços com a evidência da impossível devoração. Com efeito, é exatamente isto que a casa guarda, a casa da ficção de Cony e a casa mais vasta do Homem: o sentido do tempo e o sentido da paixão. Augusto Richet, publicitário carioca de renome e fortuna, resgata de uma vida anónima em Nápoles a jovem Mona, uma aprendiz de Lolita em busca de um homem que lhe contasse a história do mundo: «Por que você não me conta a história do mundo?» (Cony, 2005: 93), pergunta Mona ao conhecer Augusto. Augusto faz-lhe a vontade, levando-a consigo para o Rio de Janeiro rumo a uma vida de 20 anos de amor, sabendo ele, desde o início,

<sup>1</sup> Cf Fábio Silvestre Cardoso (2008): «Grosso modo, os personagens, em vez de autocomiseração, reagem aos acontecimentos de forma irônica e, até mesmo, sarcástica. Embora não possa ter sido pensado para isso, essa característica acaba por tornar o texto mais leve, e isso sem fazer concessão ao conteúdo das afirmações».

que qualquer narrativa da história do mundo não pode senão corresponder à história do Homem no teatro do mundo, uma vez que nele o Homem nada mais é além de uma casa habitada por um poeta trágico:

*O homem – qualquer homem – é uma casa habitada por um poeta que, sabendo ou não sabendo, tem um sentido trágico. // Poeta que inventa o seu próprio poema, poeta condenado a habitar a casa que é ele próprio, e de repente as paredes se desmancham e não é mais casa, sobrando o cão à porta, uma porta que não existe mais, o cão coberto de cinzas guardando o nada (Ibidem: 144-145).*

Parece-me, pois, relativamente óbvia, nos romances de Cony, a matriz existencialista subjacente a este deslocamento de sentido (que busca revelar a essência trágico-irônica do Homem através da metáfora da casa) e de que a obra *Antes, o verão* (de 1964) se volve em perfeito exemplo. A casa de praia de Luís e Maria Clara, a estalar de nova no início do romance e descobrindo-se, mais tarde, permeável aos ventos e ao sal das tempestades atlânticas, mostra-se afinal tão frágil, na suposta robustez da sua pedra, como a incerta rede dos afetos projetada no teatro instável da família. Ao outono do desmoronamento de ambas, a casa e a família, precedeu o verão de uma construção pensada para o vigor das eternas raízes, porém a sombra da essência trágica do homem havia já gravado nelas, a regra e esquadro, a promessa indelével da ruína:

*Se, com generosidade, subisse as escadas e se abraçasse com Maria Clara – talvez nem precisasse abraçá-la, bastaria olhar e ela compreenderia – nada daquilo teria continuação e sentido, o pesadelo terminaria, como terminam os pesadelos: com lucidez e claridade. // Mas não há preguiça, submissão. É dolorosamente bom saber que bastaria um gesto seu, subir as escadas, ou chamá-la: “Maria Clara”, ela viria, sentariam juntos, como nos antigos tempos, olhar-se-iam nos olhos e se perdoariam. // Tédio em recomeçar. Está muito velho para a generosidade, muito cansado para reiniciar caminhos. [...] Ouve Maria Clara, lá em cima, fechar o janelão do quarto. Logo o vento começará a soprar, mais forte, envolvendo a casa, isolando-a em suas paredes móveis, feitas de açoite e mundo (Cony, 1996: 189).*

Tendo começado esta minha intervenção sob o signo do princípio calviniano da exatidão, socorro-me agora de um outro tipo de exatidão, a das formas geométricas, para sublinhar a importância de uma delas (o triângulo) na caligrafia do coração e do destino humanos proposta pela ficção de Cony. Sem desprimor por uma definição de outro tipo, creio que, pelo menos em certos casos, o triângulo poderá ser entendido como uma modalidade de associação de dois pontos distintos (e separados entre si) através do desvio por um terceiro ponto, igualmente distinto e separado dos dois primeiros. É, de resto, neste sentido que

parece orientar-se a dinâmica triangular das histórias de Carlos Heitor Cony, e não apenas porque os seus romances apresentem, com alguma regularidade, três linhas oblíquas de sentido em jeito de divisão capitular (por exemplo, «O ventre e eu», «Eu e o ventre», «O ventre e o resto», no romance *O Ventre*; «As areias», «O sal», «Os ventos», em *Antes, o Verão*; e «O poeta», «O trágico», «A casa», no romance *A casa do poeta trágico*). Para além deste aspeto, é notório que a gramática erótico-amorosa da sua ficção raramente se institui sem o recurso a um terceiro vértice, encarregado este ou de fazer a ponte entre os outros dois vértices ou de abalar a firmeza com que os pilares dessa mesma ponte procuram a direção da terra. De facto, a coreografia amorosa das personagens de Cony caminha a passo insistentemente triangular, como pode ver-se, a título de exemplo, em três dos romances do escritor: em *O Ventre*, a relação entre José Severo e Helena parece concretizar-se apenas em função do desvio triangular possibilitado pelo irmão dele; no romance *Antes, o Verão*, é à linha convergente dos dois planos triangulares (o de Maria Clara, Luís e Pepino e também o de Luís, Maria Clara e Dréia) que fica a dever-se a distribuição geométrica dessa solidão que é, na ficção de Cony, entendida como a essência natural do humano; por último, a obra *Romance sem palavras* multiplica o traçado geométrico dessa mesma solidão numa sucessão de planos triangulares que inclui, por exemplo, o de Iracema, Beto e João Marcos, o de Iracema, João Marcos e Raul e ainda o de João Marcos, Iracema e Deus.

Não sei, por isso, se o triângulo corresponde a uma forma imprevista de equilíbrio ou a um modo intencional de desequilíbrio no movimento teatral do mundo, mas sei que acredito nas palavras de Calvino quando o autor afirma que «andamos sempre à procura de alguma coisa oculta ou pelo menos potencial ou hipotética, de que seguimos as marcas que afloram à superfície do solo. (...) A palavra liga a marca visível à coisa invisível, à coisa ausente, à coisa desejada ou temida, como uma frágil ponte improvisada sobre o abismo» (Calvino, 1990: 94). No meu entender, a ficção de Carlos Heitor Cony é uma tábua mais dessa ponte que estendemos sobre o abismo.

## Referências bibliográficas

- Arnaut, Ana Paula (2008). *Entrevistas com António Lobo Antunes 1979 – 2007. Confissões do Trapeiro*. Coimbra: Almedina.
- Calvino, Italo (1990). *Seis propostas para o próximo milénio*. Trad. De José Colaço Barreiros. Lisboa: Editorial Teorema.
- Cardoso, Fábio Silvestre (2008). «O ventre de Cony». In <http://rascunho.gazetadopovo.com.br/o-ventre-de-cony/>.

Cony, Carlos Heitor (1996 [1964]). 7ª ed. *Antes, o Verão*. São Paulo: Companhia das Letras.

Cony, Carlos Heitor (2005 [1997]). 7ª ed. *A casa do poeta trágico*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Pellanda, Luís Henrique (2009). «Carlos Heitor Cony». In <http://rascunho.gazetadopovo.com.br/carlos-heitor-cony/>.



# Literatura angolana e língua portuguesa: casamento de amor ou de interesse?

---

LOLA GERALDES XAVIER

Escola Superior de Educação de Coimbra

As línguas são a imagem e o espelho do poder das comunidades que as praticam/usam. Quando falamos em língua não podemos esquecer as suas duas componentes: a oralidade e a escrita. São dois códigos que se aproximam apenas quando os registos linguísticos se tocam. Esta distinção entre oralidade, dinâmica e cinética, e escrita, mais estática e padronizada, é evidente, mas passa despercebida na maior parte das vezes. Por outro lado, quando falamos de literaturas africanas (de língua portuguesa), a distinção entre ambos os códigos é obrigatória. Dentro destes códigos devemos observar ainda a subdivisão entre oralidade enquanto forma de comunicação entre os falantes de uma comunidade que partilham a mesma língua e a forma estética que esta assume, na oratura. No que à escrita diz respeito, a dicotomia estabelecida equipara-se: entre a escrita praticada como forma de comunicar e a escrita enquanto utensílio de expressão estética, ou seja, a escrita literária. Em comum, a oratura e a escrita literária têm o facto de se distanciarem da linguagem do quotidiano e de comungarem do projeto de construção da memória coletiva.

As línguas de povos colonizados, esmagadas pela hegemonia da língua do colonizador, foram línguas em desvantagem e marginalizadas. A língua ocidental assumiu-se língua de instrução e, por consequência, de poder. Não se trata de trazer à tona velhas questões do colonialismo, historicamente inegáveis, mas é impossível falar da história, das línguas e da literatura de Angola sem ter presente estes factos históricos.

Apesar de não podermos escamotear a importância da oratura nos países africanos de língua portuguesa, ater-nos-emos aqui àquilo que o investigador europeu, afastado do centro de que fala, mais facilmente pode aferir: a escrita.

No entanto, o desafio não é menor, pois, como refere Laura Padilha, «pensar a escrita é assumir-se em desassossego» (Padilha, 2005: 7). E pensar a origem da literatura angolana não é menos inquietante, tanto mais que depende da perspectiva a adotar: do Norte para o Sul/do Centro para a Periferia ou do Sul para o Norte/da Periferia para o Centro, se quisermos usar termos do pós-colonialismo.

Na verdade há várias hipóteses de certificado de nascimento da literatura angolana, a mais consensual é a que aponta a data de 1849, com José da Silva Maia Ferreira, que publicou *Espontaneidades da minha Alma. Às Senhoras Africanas*. Porém, pode recuar-se mais no tempo, a 1680 e 1681, a António de Oliveira Cadornega, com *História Geral das Guerras Angolanas*. Esta última hipótese é aceite, por exemplo, por Luandino Vieira e Ana Paula Tavares (2008). Não é, todavia, uma cronologia fácil e inequívoca, pois encontramos vários «buracos negros» (Luandino, 2008) quando tentamos traçar a história da literatura angolana. Por outro lado, a realidade não teve a linearidade que a história insiste em mostrar. Se nestes exemplos que acabo de dar os africanos estão presentes, alturas houve em que foram excluídos da ficção e da própria História. Como sabemos, a dominação exercida em Angola até à década de 70 do século passado foi não só caracterizada pela colonialidade do poder, como pela colonialidade do saber. A questão que se coloca é: Angola conseguiu a independência política, mas terá conseguido a independência cultural? No que diz respeito à capital a resposta é mais clara/fácil.

Constatamos, de facto, que só a partir da década de 60 do século passado a literatura angolana começa a fazer o trajeto do seu *descobrimento*, lutando contra as armadilhas do discurso europeu, no caso, português e colonizador, pois até então mostrava-se sobretudo na senda do discurso estético do colonizador, um discurso necessariamente de intransigência cultural e de hegemonia. Esta hegemonia afirma-se também e essencialmente através da língua. É através da língua que se difundiu «o império e a fé», logo a língua é ao mesmo tempo instrumento e objeto ideológico, político e cultural. Em Angola, por exemplo, a valorização/ascensão social dá-se através do Português. A sociedade angolana caracteriza-se ora pela adoção da língua portuguesa – sobretudo em Luanda e meios urbanos – ora por uma situação de diglossia, uma vez que no seio da mesma sociedade coexistem pelo menos duas línguas em contacto. Como neste caso se trata da coexistência de duas línguas de prestígio social desigual, devido ao facto histórico do colonialismo, Martín Lienhard fala de «diglossia colonial» (2010). Ao se impor a língua portuguesa aos angolanos, marginalizam-se as línguas nacionais e contribui-se para os ir desprovendo de cultura e de identidade. No entanto, isso não acontece completamente, pois, no que à literatura diz respeito, os escritores têm sabido casar a língua portuguesa com as influências

das línguas nacionais, sobretudo do quimbundo. É certo que o casamento se faz maioritariamente através da incorporação de léxico das línguas locais, mas há autores que ousaram mais.

Esta necessidade de matar o pai, partindo do pressuposto de que a mãe seja a ancestralidade africana, e o pai, aquele, qual Caliban com aparências de Próspero, que veio violar a mãe, esta necessidade parricida, dizia eu, intensificou-se na luta pela independência do território. A partir daí, um dos objetivos seria criar uma literatura nacional. E é aqui que se levanta o grande problema: que língua usar para a construção dessa literatura? A hipótese de usar o português-padrão estava posta em causa, mas usar as línguas nacionais, numa sociedade multiétnica, também não parecia ser solução. Poucos seriam os escritores que teriam competência para escrever nessas línguas, uma vez que ou eram de ascendência portuguesa ou tinham feito o percurso e a escolarização sob a égide da cultura e língua portuguesas.

É neste contexto que, na década de 60, no Tarrafal, Luandino Vieira e Agostinho Mendes de Carvalho, mais conhecido pelo nome literário de Uanhenga Xitu, escrevem, ou pelo menos esboçam, as suas obras com recurso a uma *entrelíngua*, noção que aqui se usa para mencionar a combinação entre o Português e as línguas nacionais, no caso o quimbundo. Estes escritores conseguiram ultrapassar o sistema diglótico para proporem essa outra língua: resultado da combinação entre a língua portuguesa, hegemónica, e uma das línguas nacionais.

As línguas banto distinguem-se do Português padrão ao nível do sistema fonético-fonológico, do léxico e da sintaxe. Se raros são os escritores que escrevem em línguas banto (e com projeção internacional), quais as estratégias usadas para casar as várias influências linguísticas em Angola (exemplo adequado a Moçambique também)? Como sabemos a generalidade dos escritores escreve em Português europeu. Destes, alguns limitam-se a utilizar essa variante da língua, outros há que polvilham o seu discurso com léxico de línguas locais e outros ainda que tentam afastar-se ao máximo do português padrão, tentando usar uma *entrelíngua* resultante do contacto entre línguas, que é a que os falantes angolanos usam. Falantes que na generalidade não têm o português como língua materna. Este aspeto é importante, pois remete-nos para a não consciência do desvio provocado à norma padrão do Português europeu, uma vez que a generalidade dos falantes angolanos não tem contacto com essa norma de referência. Não é, por isso, uma edificação consciente de uma comunidade de falantes «que quer construir a sua identidade linguística nacional» (Gonçalves, 2000: 216). Geralmente, o que é aproveitado pelos escritores e intelectuais, de modo a recuperar e validar o que a comunidade de falantes produz inconscientemente,



são as construções lexicais, os neologismos, pois outros desvios de gramática da língua são geralmente repudiados pela escola e pela sociedade.

No caso de Luandino Vieira assiste-se a um processo de fusão sintática entre o quimbundo e as formas lexicais portuguesas. No caso de Uanhenga Xitu, observa-se a combinação de estruturas linguísticas do português e do quimbundo. Em *Maka na Sanzala (Mafuta)* (publicado em 1974, mas tudo indica que foi esboçado em 1967), Uanhenga Xitu recorre ao quimbundo para mostrar a oralidade tradicional e assim provocar o efeito de realismo linguístico. Este realismo é evidente em momentos de diálogo entre as personagens, diálogos que aparecem transcritos em quimbundo, com a tradução aproximada em notas de rodapé. Este texto faz com que o recetor ideal seja o leitor bilingue (quimbundo-português), mas a estratégia da tradução clarifica o leitor que não domine essa língua africana, mostrando a consciência de abrir a narrativa à recepção alargada de um público leitor que não sinta a língua como uma barreira contra o texto.

Se na utilização do quimbundo, por Uanhenga Xitu, as marcas sociolectais se circunscrevem sobretudo ao diálogo, em Luandino Vieira assiste-se à sobreposição de diferentes discursos e línguas. Veja-se o exemplo de *Nós, os de Makulusu*. A nível do léxico é frequente o empréstimo de termos do quimbundo, mas o autor não se fica por aqui: forma novas palavras a partir de radicais do quimbundo. A par dos neologismos, a sintaxe é também angolanzada, privilegiando na pronominalização as próclises, onde no português padrão se dá a ênclise, alterando as regências verbais, ora prescindindo, ora introduzindo, ora substituindo preposições. Como refere Martin Lienhard (2010: 59), neste romance estamos face a uma «translíngua», pois assiste-se não só ao uso do quimbundo, como dos quimbundismos, de construções e fórmulas inspiradas nos socioletos afro-portugueses.

Em ambos os casos, Luandino Vieira e Uanhenga Xitu, os autores tentam afastar-se do português-padrão, rompendo com a herança portuguesa de carga simbólica negativa. Fundam uma língua que se adequa à criação de uma ficção que consiga transmitir as tonalidades de uma realidade africana multifacetada.

Esta forma de casar duas (ou mais línguas) em contacto dificulta a leitura do recetor ocidental, no entanto, esses textos aparecem geralmente com glossário, o que acentua a diferença do texto pelas propriedades linguísticas e pela transculturalidade apresentada. Quando se verifica a ausência de glossário, a intencionalidade do autor em construir uma distância cultural através da língua é evidente, mas, se por um lado acentua a diferença cultural e linguística, por outro afasta a sua escrita da recepção e da consequente globalização.

É através desta mistura plurilinguística, e da influência oral sobre o registo escrito, que a literatura angolana se impõe a partir da segunda metade do século XX, em rigor só a partir das últimas décadas do século XX. Já antes a obra escrita existia, mas não podia ser publicada. Só a partir da década de 80 temos acesso a esta mundivisão linguístico-literária da cultura e literatura angolanas. É desta altura a publicação de *Mayombe* (1980: escrito entre 1970-71), de Pepetela, que relata estórias de guerrilheiros a partir dessa floresta africana de um modo que a História ainda não conseguiu. É também dessa altura o *Quem me Dera Ser Onda*, de Manuel Rui, surpreendente, na altura, por mostrar como se pode fazer a história do presente pela literatura e, no caso, através de uma perspetiva *parairónica*<sup>1</sup>, expondo a realidade ficcionada através de um sorriso crítico. Esta será uma vertente que caracterizará boa parte da literatura angolana desde essa época até aos nossos dias.

É sabido que o colonizador nunca pretendeu aprender a língua de Caliban, mas antes impor hegemonicamente a sua. Deste modo, o acesso à cultura fazia-se (e faz-se?) através do acesso a determinados bens materiais e simbólicos não autóctones. Como bem sintetiza Ana Mafalda Leite (2010: 157): «A função crucial da língua como meio de poder e de dominação é uma das questões que anima a teoria pós-colonial; as novas literaturas distinguem-se pela apropriação da língua do centro ex-imperial, adaptando-a localmente». Uma questão se levanta, então: como se processa esta adaptação?

A maioria dos escritores angolanos com projeção internacional são unilingues, mas as peculiaridades do espaço africano, enquanto lugar de enunciação, molda a sua escrita. Como assume Ana Paula Tavares: «sou uma mulher que (...) só fala línguas imperiais, mas que tem no ouvido o som de outras línguas; portanto eu não faço cópias: trabalho, canibalizo e devoro como muitos outros africanos fizeram» (2008: 49).

Não podemos escamotear o facto de Angola ser composta por uma sociedade multiétnica e multicultural. O Português teve aqui um papel unificador, mas é um papel que se adapta à realidade. Na literatura angolana encontramos uma linguagem gramaticalmente angolanizada, em que a sintaxe é reinventada, como é o caso de Boaventura Cardoso, em que o código escrito tenta apreender a teatralização e o vitalismo da oralidade africana, através de uma linguagem onomatopáica, polifónica, povoada de expressões idiomáticas. Este é o exemplo de um autor em que a literatura oral banto-africana é assumidamente fonte de inspiração (cf. Cardoso, 2008: 21).

<sup>1</sup> No sentido de combinar o humor com o estilo irónico, jocoso, sarcástico – cf. Xavier, 2007: 45-65.

Apesar dos exemplos de escritores que tentaram autonomizar-se e criar uma literatura angolana com base numa língua ocidental, africanizando-a, é indiscutível que a dinâmica política, ideológica e sociocultural da sociedade angolana não permitiu um desmantelar das heranças culturais e linguísticas ocidentais, nem favoreceu a completa autonomização e hegemonia das características matriciais das culturas nacionais.

O Português serve, assim, de estrato para a manipulação linguística, resultando daí o casamento entre a língua portuguesa e as línguas nacionais, como se constata em Luandino Vieira, Uanhenga Xitu e Boaventura Cardoso, só para mencionar alguns exemplos.

O Português literário em Angola adquire, pois, uma marca sincrética e híbrida da pós-colonialidade que, como sintetiza Ana Mafalda Leite, «recusa a posição privilegiada de um código padrão de uma língua, bem como qualquer aspeto monocêntrico da experiência humana» (Leite, 2010: 158).

Em síntese, quando falamos da história de Angola, falamos também da história do colonialismo e, durante muito tempo, de uma escolarização virada para a história de Portugal e do ocidente, tendo, pois, prevalecido a influência ocidental. Os angolanos vivem assim uma situação ambígua, que a globalização favorece: usam uma língua ocidental na procura da sua identidade. Porém, o contacto entre línguas de origens diferentes (românica e banto) em comunidades que muitas vezes não têm o português como língua materna, faculta um ambiente de variação e mudança linguística. Os escritores ora aproveitam os processos formais criados pela comunidade, ora criam, da sua autoria, processos específicos de linguagem literária. Estes dois recursos permitem a convivência em textos literários de processos linguísticos nacionais com os processos individuais, autorais. Este afastamento do modelo europeu, aproxima o autor da construção da identidade nacional, cada vez mais híbrida numa sociedade global com cada vez menos fronteiras.

Esta procura de identidade dá-se através da tentativa de autonomização do modelo português, que o seguinte texto de Manuel Rui bem ilustra. Trata-se de «Eu e o Outro – o invasor ou em poucas linhas uma maneira de pensar o texto», que aparentemente fala da relação entre a escrita, símbolo do colonizador, e a oralidade, forma de representação do colonizado. O texto ultrapassa, porém, esta simples dicotomia, pois ao falarmos da escrita ocidental estamos a falar da língua portuguesa, mas quando falamos da influência que sobre ela o angolano fez recair de herança africana, estamos a falar da criação da língua literária africana (no caso da angolana). O referido ensaio começa da seguinte forma:

*Quando chegaste mais velhos contavam estórias. Tudo estava no seu lugar. A água. O som. A luz. Na nossa harmonia. O texto oral. [...]*

*Eu sou eu e a minha identidade nunca a havia pensado integrando a destruição do que não me pertence. [...]*

*Só que agora porque o meu espaço e tempo foi agredido para o defender por vezes dessituo do espaço e tempo o tempo mais total. O mundo não sou eu só. O mundo somos nós e os outros. E quando a minha literatura transborda a minha identidade é arma de luta e deve ser ação de interferir no mundo total para que se conquiste então o mundo universal. (Rui, 2008: 27-28<sup>2</sup>).*

Este texto de Manuel Rui, de que apresentamos aqui apenas um excerto, possibilita várias interpretações, mas é inequívoco o caminho que a literatura angolana seguiu, muito devido ao uso da língua portuguesa, como meio de expressão. É o caminho da tentativa de sobrepor a matriz africana sobre a europeia, forma *congénita* devido ao lugar de enunciação de onde escreve o escritor angolano.

Não se trata, de facto, de dicotomia entre línguas. O ideal seria haver uma relação de complementaridade entre a língua portuguesa e as línguas nacionais. Aliás, como refere Inocência Mata, ainda que seja uma visão discutível, «a língua portuguesa não é apenas língua oficial, mas, também, uma das línguas nacionais nos *Cinco*» (Mata, 2010: 22). Não havendo uma política linguística clara do papel das línguas africanas, em alguns países como Angola, se a língua nacional não é dignificada, valorizada, se não permite ascensão social, é minorizada. E é este jogo entre línguas nacionais e língua oficial que continua, ainda que tenuemente.

Para já, verifica-se que se trata de uma relação de forças que convivem com naturalidade. Foi uma imposição, como todas as imposições, que não facultou escolhas, mas que permite atualmente à literatura angolana ter a projeção da quarta língua mais falada no mundo, segundo algumas estatísticas<sup>3</sup>.

Chegados aqui, parece que a relação de interesse entre a literatura angolana e a língua portuguesa se estabeleceu mercê de constrangimentos históricos em que a língua portuguesa se impôs como veículo de valorização social e cultural, meio privilegiado de acesso ao mundo hegemónico ocidental.

Por outro lado, e como consequência disso, poder-se-ia concluir que não se trata de um casamento de amor entre a língua portuguesa e a literatura angolana. Mas não será que se transforma o amador em coisa amada? Não conhecemos nenhum autor africano de língua portuguesa, que escreva em língua portuguesa,

<sup>2</sup> Texto publicado pela primeira vez em 1987, in Medina, Cremilde de Araújo, *Sonba Mamana África*. Coleção Letras Mágicas 3. São Paulo: Edições Epopéia Ltda, 308-10.

<sup>3</sup> Cf. Observatório da língua Portuguesa: <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt>.

que tenha dito ou escrito a esta língua algum hino que não seja de amor. E, apesar da consciência do peso histórico (e colonialista) da língua portuguesa, como termina Manuel Rui, no texto que acabamos de ver: «Até lá não se espantem. É quase natural que eu escreva também ódio por amor ao amor!» (Rui, 2008: 29).

## Referências bibliográficas

- Cardoso, Boaventura (2008). «A escrita literária de um contador africano». In Padilha, Laura Cavalcante et al. (orgs.). *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento, 17-25.
- Gonçalves, Perpétua (2000). «Para uma aproximação língua-literatura em português de Angola e Moçambique». *Via Atlântica*, n.º 4, 212-223.
- Leite, Ana Mafalda (2010). «Representações da oralidade em textos literários africanos: heterolinguismo e hibridismo de gêneros». In Secco, Carmen Lúcia Tindó et al (org.). *Pensando África: Literatura, Arte, Cultura e Ensino*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 157-164.
- Lienhard, Martin (2010). «Situação diglósica e narrativa moderna em Angola». In Secco, Carmenn et al (org.). *África, Escritas Literárias*. Rio de Janeiro/Angola: Editora UFRJ/União dos Escritores Angolanos, 53-63.
- Mata, Inocência (2010). *Polifonias Insulares – Cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.
- Padilha, Laura (2005). *Entre Voz & Letra*. Lisboa: Novo Imbondeiro.
- Rui, Manuel (2008). «Eu e o Outro – o invasor ou em poucas linhas uma maneira de pensar o texto». In Padilha, Laura Cavalcante et al. (orgs.). *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento, 27-29.
- Tavares, Ana Paula (2008). «Contar histórias». In Padilha, Laura Cavalcante et al. (orgs.). *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento, 39-50.
- Vieira, Luandino (2008). «Literatura angolana: estoriando a partir do que não se vê». In Padilha, Laura Cavalcante et al. *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento, 31-37.
- Xavier, Lola Geraldés (2007). *O Discurso da Ironia em Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Novo Imbondeiro.

# Jorge Barbosa e a Claridade. Sua herança na literatura cabo-verdiana

ELSA RODRIGUES

Sociedade de Língua Portuguesa

A revista *Claridade*, que teve como principais fundadores, em 1936, Baltazar Lopes, Manuel Lopes, Jorge Barbosa e João Lopes, ainda hoje é motivo de celebração, dada a importância que reveste para a literatura e cultura cabo-verdianas. De facto, a revista *Claridade* passou a ser um marco no sentido da cabo-verdianidade literária pelo conjunto de textos que reflectem o real cabo-verdiano, nos seus aspectos sociais e ideológicos. Não poderemos esquecer, porém, que os promotores da revista foram beber, a par de outras influências, a todo o percurso de quase um século que constituiu o fermento de consciencialização cultural. Citamos nomes como Luís Loff de Vasconcelos, José Lopes, Eugénio Tavares, Pedro Monteiro Cardoso, José Evaristo de Almeida, António Arteaga, Guilherme Cunha Dantas.

Pode-se, pois, afirmar que existia por essa altura uma plêiade de escritores que expressaram a voz do povo, não só literariamente, como ainda no jornalismo, espaço onde se denunciavam os males da época e se debatiam os problemas do homem cabo-verdiano. Porém, todos eles não se afastavam dos cânones portugueses e da influência dos grandes nomes como Camilo, Eça, Garrett, Antero.

Em Dezembro de 1935, o poeta Jorge Barbosa rasga com os padrões portugueses ao publicar *Arquipélago*, livro onde desenvolve uma temática que inclui os aspectos mais importantes da mundividência cabo-verdiana. Também, no mesmo ano, os excertos de *Chiquinho* de Baltazar Lopes, publicados no «Suplemento Literário» do *Diário de Lisboa*, inserem-se dentro do mesmo objectivo de mergulhar na realidade local das ilhas. Três meses depois da publicação de *Arquipélago*, edita-se, em Março de 1936, na cidade do Mindelo, a revista *Claridade* que não trazia explícito um programa definido, mas era nítido o

propósito de «cabo-verdianizar a literatura cabo-verdiana», à semelhança do que acontecera no Brasil, a partir de 1922, após a Semana de Arte Moderna, que se constituiu numa adesão profunda aos problemas da terra brasileira e da sua história contemporânea, de uma forma inovadora. O que unificava os seus seguidores era um grande desejo de expressão livre e a tendência para transmitir, sem os embelezamentos do academismo, a emoção pessoal e a realidade do país. Os modernistas afirmaram a sua libertação e rejeição dos padrões portugueses, buscando uma expressão mais coloquial, próxima do falar brasileiro.

Deste modo, o modernismo brasileiro foi preponderante na sensibilidade e na expressão dos claridosos no sentido de mergulharem nas suas raízes telúricas. A *Claridade* volta-se para os fundamentos culturais de Cabo Verde e nela são publicados artigos que procuram abordar não só aspectos literários, mas também o crioulo, a tabanca, a gastronomia, a música.

Assim, a cabo-verdianidade de todos os claridosos e, de ora em diante, dos pós-claridosos traduz-se numa mudança do eurocentrismo para o cosmocentrismo, em que o homem crioulo ocupa o seu devido lugar. Por isso, quando Jaime de Figueiredo, figura de proa da cultura cabo-verdiana, profundamente tocado pelas revistas que em Portugal inauguravam o 1.º e 2.º modernismos, *Orpheu*, em 1915 e a revista *Presença*, em 1927, propõe ao grupo a criação de uma revista, denominada *Atlanta* com a mesma filosofia empreendida pelos presencistas, o grupo não aceitou, porque isso seria continuarem virados para um atlantismo e europeísmo que, naquele momento, não lhes interessava. O *Orpheu* e a *Presença* representavam para o grupo aquilo que Manuel Lopes afirmava ser «uma baforada de ar livre, apenas como renovação estética», que «não penetrava a nossa humanidade» e «não representava uma solução ou um caminho, uma resposta às nossas interrogações».

Manuel Lopes refere-se ao «alumbramento» (empregando uma expressão de Jorge de Lima), provocado pelas obras dos escritores brasileiros mais prestigiados de então, José Lins do Rego, Ribeiro Couto, Marques Rebelo, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Jorge de Lima. Pareceu-lhes, pois, que essa seria a solução cabo-verdiana.

A *Claridade* teve nove números de 1936 a 1960, repartidos por três fases. Na primeira, temos três números, de 1936 a 1937. Na segunda fase, de 1947 a 1949, temos os números 4 e 5 (1947), o 6 (1948) e o 7 (1949). Na terceira fase, saem o número 8 (1958) e o número 9 (1960). As enormes dificuldades financeiras levaram a estes hiatos. Durante o seu longo percurso, os escritores da *Claridade* demonstraram uma evolução e maturidade muito significativas e os seus valores nunca se deterioraram, antes pelo contrário, ganharam uma perspectiva inovadora. Note-se que a maior parte dos seus colaboradores constituem, pelas

obras importantes que escreveram, quer de poesia, quer de ficção ou ensaio, o núcleo da literatura cabo-verdiana. E citamos os nomes dos seus fundadores, Manuel Lopes, Jorge Barbosa, Baltazar Lopes ou (Oswaldo Alcântara, como poeta), e, igualmente, António Aurélio Gonçalves, Pedro Corsino de Azevedo, Arnaldo França, Nuno Miranda, Henrique Teixeira de Sousa, Gabriel Mariano, Francisco Lopes da Silva, Corsino Fortes, Ovídio Martins e Onésimo Silveira.

Durante os três períodos da *Claridade*, verificaram-se vários acontecimentos importantes para a evolução das mentes, nesse caminhar da história, quer internamente com a publicação da revista *Certeza*, em 1944, já de cariz neo-realista influenciada pela ideologia marxista; em 58, a publicação do «Suplemento Literário» do *Boletim Cabo Verde* que integrou grande parte da inteligência cabo-verdiana e, no universo africano, o movimento da Negritude e a criação dos movimentos para a Independência que foram marcantes em África e que revolucionaram muitas cabeças europeias e americanas. Também a II Guerra Mundial (1939-45) e a Guerra Civil de Espanha, que teve início em 36, com milhões de mortos, marcaram indelevelmente toda a Europa e a economia dos países, mesmo da dos que se mantiveram neutros como Portugal, o que, por consequência, se reflectiu dramaticamente em Cabo Verde.

Situo-me agora num dos fundadores da *Claridade* que mais precocemente mergulhou fundo nas raízes cabo-verdianas. Falo de Jorge Barbosa que, em 1930, com o poema «Pássaro Fechado» na *Seara Nova* e, em 32, com o poema «O Baile», publicado na revista *Descobrimento*, em Lisboa, antecipa os objectivos preconizados na revista *Claridade*, traduzindo o sentimento da insularidade e da vivência da rapariga pobre das ilhas atirada à prostituição, como meio de sobrevivência. Também em 9 de Setembro e em 21 de Outubro de 1933, em cartas escritas a Manuel Lopes, o poeta envia-lhe 14 poemas do livro *Ambiente* que só viria a ser publicado em 41. Portanto, pode constatar-se que, anos antes da fundação da *Claridade*, já Jorge Barbosa antecipava nos seus poemas o projecto de se inserir literariamente e por inteiro na realidade da sua terra.

As condições políticas da época e a evolução sociocultural do arquipélago explicam a tomada de consciência, quer por parte de Jorge Barbosa, quer por parte dos restantes claridosos. A democratização do ensino com a institucionalização, em 1917, do Liceu de São Vicente, independente das entidades eclesiásticas; do mesmo modo, factores internos de ordem económica, com duas violentas crises de fome nos anos 20 e 30, que matariam 19% da população de quase todas as ilhas, fariam despertar nos escritores o sentido da realidade do seu arquipélago. Note-se que, em 1936, ano do nascimento da *Claridade*, se procede em Cabo Verde à inauguração da Colónia Penal de Chão Bom do Tarrafal, na ilha de Santiago, onde centenas de democratas portugueses e igualmente africanos,



considerados adversários do regime salazarista, cumpriram pesadas penas, sem quaisquer condições humanas de vida.

Todas estas circunstâncias moldaram o pensamento do poeta e a sua forma de escrita.

Fazem parte da *Obra Completa* de Jorge Barbosa, publicada em 2002, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, com organização minha e da do Dr. Arnaldo França, prefácio e notas da minha autoria, os três livros publicados em vida, *Arquipélago* (35), *Ambiente* (41) e *Caderno de um Ilhéu* (56) e os três livros inéditos, *Expectativa*, *Romanceiro dos Pescadores*, *Outros Poemas* e ainda todos os outros poemas não incluídos nestes três livros a que intitulámos *Dispersos e Inéditos*.

Fazendo uma breve panorâmica da poesia de Jorge Barbosa, concluímos que a insularidade é o núcleo fundador da sua estética que se particulariza dentro da idiossincrasia do povo e do seu contexto geopolítico. Jorge Barbosa, bem consciente da sua identidade e de todos os condicionalismos que marcaram o homem das ilhas, desde os anos 30, que vinha metódica e obsessivamente perseguindo em verso o percurso do «homo viator» cabo-verdiano nessa saga histórica contra os ventos e a má sorte. O poeta denunciava, num grito de apelo, a morte por inanição, a fome e o desemprego que atiravam os homens para a emigração forçada e as meninas portuárias para o destino da sua própria perdição, revelando não só a sua sentimentalidade como o propósito de alertar as consciências com o objectivo da mudança. Ele não explicita qual a mudança que deseja. Não fala em independência, mas fala em liberdade e em pão para todos, «sem programas do governo», «pão/ com outro significado/ nos dicionários/ e na lei das nações/ pão/ que seja também/ lar/ hospital/ escola/ liberdade/ justiça/ trabalho/para todos» (in poema «Pão»).

Em 1935, o poeta escreve o poema «África» talvez contagiado pelos movimentos do Renascimento negro norte-americanos que, sobretudo a partir dos anos 20, logo após a Primeira Guerra Mundial, elevam a voz, tornando Harlem o centro das atenções, com os seus ritmos musicais negros que entram no gosto da burguesia branca, por toda a parte, da América à Europa e à África negra. E ainda que tenhamos de pôr certas reservas no pensamento ideológico da geração intelectual de 30, pois os grandes movimentos de libertação de massas só são sentidos em Cabo Verde anos mais tarde, no entanto, Jorge Barbosa, muito cedo já faz afirmações que nos deixam na dúvida de quais seriam os seus anseios. Antes de mais nada, reprovava e critica a violência do colonizador em versos como:

*África*  
no teu corpo não sararam ainda as feridas

*das renhidas  
peléjas de assaltos rapaces  
feitas para a glória das conquistas  
e para o prestígio dos impérios.*

E termina o poema num grito de libertação e de esperança, que podemos interpretar como uma certa percepção daquilo pelo qual os nacionalistas africanos viriam a lutar:

*No teu ventre fecundante  
dormem as energias da tua raça  
até vir a hora arfante  
a hora clarim  
da tua manhã triunfante.*

Há nele um percurso evolutivo, sobretudo na década de 60, para uma acentuada afirmação da problemática política que move os desígnios das suas ilhas, evidenciando da mesma forma o seu entendimento sobre a função social da literatura.

Aliás, Amílcar Cabral, em 1952, escrevera um artigo intitulado «Apontamento sobre a poesia cabo-verdiana» em que afirmava:

*A evolução da poesia cabo-verdiana não deverá parar. Ela deve transcender a «resignação» e a «esperança». A insularidade e a seca não são suficientes para justificar uma estagnação perpétua. As mensagens da Claridade e da Certeza devem ser transcendidas. O sonho da evasão, o desejo de «querer partir» não pode ser eternizado. O sonho deve ser outro.*

E o sonho de Jorge Barbosa era, de facto, outro. A poesia dita evasionista já ia longe. Das suas mãos saía agora uma poética mais elaborada num libelo que se expressa contra a degradante emigração, no conjunto de poemas intitulado «Cancioneiro para São Tomé», ou contra todo o abandono votado pelo poder central a Cabo Verde no seu longo poema «Meio Milénio».

Feita a análise da *Claridade* e dos aspectos mais predominantes da obra de Jorge Barbosa, resta-nos pôr a questão se será lícito considerar na poesia cabo-verdiana, um «barbosianismo» ou legado deste claridoso às gerações posteriores, representando este neologismo derivado de seu nome, as marcas capazes de se transformarem em paradigma na literatura cabo-verdiana. Paradigma, por ser o ponto de partida para uma nova estética poética, dentro do universo onde se insere.

A estética poética de Jorge Barbosa configura-se pela forma estilística como pelos conteúdos que expressam a sua idiosincrasia como homem e como poeta.

Formalmente, a poesia de Jorge Barbosa desenha-se, sob o ponto de vista da métrica, numa alternância de versos longos e curtos, tal como na morna. Nele, a fantasia criadora reveste-se de uma forma onde a simplicidade é a força motriz da expressão, numa notável economia de palavras e do seu poder comunicativo. Simplicidade e leveza são os atributos da sua poesia que estão ao serviço da sua interioridade, que não abdica do pormenor e da sensibilidade ao ruído e ao acontecimento. O tom narrativo e coloquial faz lembrar os escritores brasileiros, em especial Manuel Bandeira, e também os poetas africanos. Toda esta estética passa, porém, por uma ética que é resultante de várias opções e de uma filosofia própria, vislumbrando-se na sua primeira fase, o estoicismo como sustentáculo da insularidade, aceitando os reverses da vida. Dos anos 50 em diante, a sua voz vai elevando de tom, assumindo uma atitude de denúncia declarada contra o poder. Mas já, nos primeiros poemas, há, em contraponto com os sentimentos magoados, o lado bom da vida e a esperança de transformação («talvez um dia(...) alguma onda mais alta se levante.»).

Estes são os aspectos predominantes da obra de Jorge Barbosa que constituíram paradigma, consciente ou inconsciente, para muitos poetas. As situações sociais que se convertem, no contexto cabo-verdiano, em situações-tipo são expressas na poesia de Jorge Barbosa por determinados signos constantes, definidores da situação conflitual do homem cabo-verdiano colonizado e deixado ao abandono, tais como: ilha, chuva, mar, milho, estiagem, fome, solidão, melancolia, mas, igualmente, nos anos 60, justiça, pão para todos, liberdade, panfletário, grito de revolta («combateria os tiranos/ os arbitrários/ os agiotas/ os exploradores da miséria/ e do trabalho dos pobres/ os homens poderosos/ e os seus mandatários/ e bajuladores/ e as leis que os protegem»). Cada poeta, porém, transforma em arte o manancial linguístico que lhe é comum, conferindo-lhe unidade interior, libertando simultaneamente os signos. Signos que se multiplicam e ganham nova face, consoante a força dinâmica do contexto físico e temporal, passando progressivamente da denúncia ao aviso, e deste à ameaça e à luta.

A tragédia das estiagens, a fome levando vidas, a dimensão trágico-dramática do poeta denunciada no grito «Ai o drama da chuva/ ai o desalento/ o tormento/ da estiagem» projectam-se no mundo literário cabo-verdiano, desde os seus companheiros de jornada, Manuel Lopes, Oswaldo Alcântara, Pedro Corsino de Azevedo, António Nunes, Amílcar Cabral e Nuno Miranda, com a mesma toada dolente, mas não resignada, esperando um amanhã mais justo, até Gabriel Mariano, um dos organizadores do *Suplemento Literário*, em 58. Nele, o tema da fome adquire a dimensão de revolução, de revolta colectiva, tendo um objectivo político. No longo poema, «Capitão Ambrósio», o poeta reporta-se a

um acontecimento verídico de uma revolta, em tempos de grave crise de fome, com o povo empunhando bandeiras negras, na cidade do Mindelo (1934):

*Bandeira  
 negra bandeira da fome  
 bandeira erguida ao vento  
 em mãos famintas erguidas  
 guiando os passos guiando  
 nos olhos livres voando  
 voando livre luzindo  
 luzindo a negra bandeira/clara bandeira da fome».*

O mar e o evasimismo, temas tão explorados por Jorge Barbosa, na forma de sonho desejado, mas também de emigração necessária, fazem o seu percurso em quase todos os poetas. Numa intertextualidade com o poema de Manuel Bandeira («Vou-me embora para Pasárgada/ lá sou amigo do rei...»), poderemos chamar a este apelo da distância de pasargadismo, que representa o anseio comum a todo o ilhéu de ultrapassar um espaço e um tempo de inércia.

Pedro Corsino de Azevedo trata do tema da partida, pondo a mesma questão do homem dividido entre querer partir e ter de ficar ou vice-versa, abordada por Jorge Barbosa.

*Terra longe tem gente gentio  
 gente gentio come gente  
 Terra longe! Terra longe!...  
 – Oh mãe que me embalaste!  
 – Oh meu querer bipartido!*

Entretanto os tempos mudam e essa viragem na atitude poética só é possível por uma consciencialização que tem que ver com o clima gerado pela Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, com as lutas de guerrilha, desencadeadas por toda a África negra e branca, que culminam com as independências nos anos 60 e com os movimentos de libertação nas colónias portuguesas. Do mesmo modo, Jorge Barbosa muda o seu discurso no sentido da agressividade ou de maior intervenção, em que a ironia é uma constante, destruindo para construir algo. O poeta assume poeticamente o desajustamento entre *o que é e o que desejaria ser*, sobretudo em «Panfletário» («Era para eu/ ser panfletário. Não o fui/ e ainda me dói/ o desejo de o ser»).

Aguinaldo Fonseca, em «Nova Poesia», confessa-se: «Revolta dentro do peito/ por aquilo que não fiz/ E que deveria ter feito»). Nessa nova poesia situa-se o anti-pasargadismo, que consiste em querer ficar, no seu posto, lutando pela

libertação da terra. Nesta perspectiva, o poema «Nada nos separa», de Gabriel Mariano, é significativo:

*Eu por mim  
devolverei ao mar  
os sonhos verdes  
que me fez sonhar.  
Não, amigos, já vos disse não! [...]  
Nada me separa dos meus companheiros.»*

Em 1962, Ovídio Martins assume a atitude anti-evasionista de uma forma mais veemente:

*Gritarei  
Berrarei  
Matarei  
Não vou para Pasárgada.*

Corsino Fortes resume em *Pão & Fonema* a aventura marítima do povo cabo-verdiano que parte, recusando-se a petrificar numa terra de sol e de estiagem. Da união do Homem com o Mar resulta a experiência enriquecedora, fecundando o regresso que «toda a partida é alfabeto que nasce/ todo o regresso é nação que soletra», diz nestes belos versos Corsino Fortes, que foi o primeiro a fazer a rotura com o discurso poético de Jorge Barbosa e com os restantes claridosos, mas apenas na sua forma estética, influenciado pelos concretistas e surrealistas. O conteúdo, porém, continua ligado a Cabo Verde, travando nele, depois da Independência, a luta contra a própria natureza, na construção do país novo.

Nesta lista de nomes, é imprescindível que se cite Timóteo Tio Tiofe, pseudónimo de João Manuel Varela (também médico e cientista) que publica no Mindelo, em 1975, *O Primeiro Livro de Notcha*, já depois da Independência, abrindo com ele uma nova etapa na sua obra. Antes disso, o poeta utilizara outro pseudónimo, João Vário, com que assinara todos os outros poemas anteriormente publicados, cujo tema nada tinha que ver com o espaço cabo-verdiano. Com o pseudónimo de Timóteo Tio Tiofe, João Vário acaba, porém, por voltar à sua terra como filho pródigo. Retomando a temática de Jorge Barbosa, com a mesma preocupação de enumerar até à exaustão os males que minaram o seu povo, bebe da fonte barbosiana, recuperando o valor da crioulidade, embora, alargando-o a outra perspectiva – a da africanidade. É o cabo-verdiano, cumprindo o seu destino, ao lado de todos os povos africanos, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, mas também o Tchade, a Libéria, a África do Sul contra o *apartheid*: «O nosso destino, o destino político do arquipélago, é inconcebível

fora do contexto africano». O poeta invoca Jorge Barbosa, a par de outros nomes ligados à negritude (Senghor, Césaire, Tchicaia, Jorge Barbosa), como ainda os poetas que ficaram na memória do povo cabo-verdiano: Beleza, Ana Procópio, Pedro Cardoso, Eugénio Tavares. Embora Jorge Barbosa não tivesse tido o objectivo de cantar a africanidade, mas a criouliidade, Timóteo Tio Tiofe, ao regressar à sua terra, empenha-se em mergulhar nas raízes poéticas na perspectiva épica que Jorge Barbosa deu aos seus primeiros poemas em *Arquipélago*, no sentido da reenunciação do mito cosmogónico da formação da nacionalidade cabo-verdiana. E, tal como Jorge Barbosa, que criou uma estética barbosiana, também Tio Tiofe criou, porventura, uma estética tiofiana, num estilo muito próprio, um tanto gongórico, de grande profusão de imagens, perspectivada num pan-africanismo, mas não se afastando do mesmo propósito que guiara Jorge Barbosa e os claridosos «de fincar os pés no húmus cabo-verdiano».

Barbosianismo na literatura cabo-verdiana? Cremos que sim. Não no sentido de cópia ou de submissão ao modelo pioneiro, mas seguindo uma temática que pertence à própria cabo-verdianidade, como forma de resistência à autoridade colonizadora, sentindo-se em muitos deles ecos nítidos da poética de Jorge Barbosa.

## Referências bibliográficas

- Azevedo, Pedro Corsino. «Terra Longe», in *No Reino de Caliban I*, 170-173.
- Bandeira, Manuel (1956). «Vou-me embora pra Pasárgada» in *Obras Poéticas*. Lisboa: Editorial Minerva, 1.<sup>a</sup> ed., Junho, 242- 243.
- Barbosa, Jorge (1935). *Arquipélago*. São Vicente de Cabo Verde: Editorial Claridade, Dezembro, 37 pp.
- Barbosa, Jorge (1941). *Ambiente*. Praia: Minerva de Cabo Verde, 48 pp.
- Barbosa, Jorge (1956). *Caderno de um Ilhéu*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 98 pp.
- Barbosa, Jorge (2002). *Obras Poéticas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 440 pp.
- Barbosa, Jorge (1930). «Pássaro Fechado», in Seara Nova, n.º 206, p.214 e in *Obras Poéticas*, op. cit., p.329.
- Barbosa, Jorge (1932). «O Baile», in *Descobrimento*, Vol. II, Lisboa, 56-57 e in *Obras Poéticas*, op. cit. p.332.
- Barbosa, Jorge (2002). «Pão», in *Obras Poéticas*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 319.

- Barbosa, Jorge. «Carta a Manuel Lopes, S. Filipe, 28 de Outubro de 1933», in Elsa Rodrigues dos Santos (1989). *As Máscaras Poéticas de Jorge Barbosa e a Mundividência Cabo-Verdiana*. Lisboa: Caminho, p. 193.
- Barbosa, Jorge. «África», (poema escrito em 1935) in *Obra Poética*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 334.
- Barbosa, Jorge (2002). «Panfletário», in *Obra Poética*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 321.
- Cabral, Amílcar (1952). «Apontamento sobre a poesia cabo-verdiana, in *Cabo Verde*, n.º 28, São Vicente, Janeiro, 1952, p. 5-8.
- Ferreira, Manuel (1997). *No reino de Caliban I*. Lisboa: Plátano Editora.
- Fonseca, Aguiñaldo Brito, «Nova Poesia», in *No Reino de Caliban I*, 159-160.
- Fortes, Corsino (2001). «Emigrante», In (Pão & Fonema) *A Cabeça Calva de Deus*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 68-71.
- Mariano, Gabriel, «Capitão Ambrósio», in *No Reino de Caliban I*, 170-173.
- Mariano, Gabriel, «Nada nos separa», in *No Reino de Caliban I*, 162-163.
- Martins, Ovídio, «Anti-Evasão» in *No Reino de Caliban I*, p. 180.
- Santos, Elsa Rodrigues dos Santos (1989). *As Máscaras Poéticas de Jorge Barbosa e a Mundividência Cabo-Verdiana*. Lisboa: Caminho, 249 pp.
- Tio Tiofe, Timóteo (pseudónimo de João Manuel Varela) (1975). *O Primeiro Livro de Notcha*. São Vicente: Publicações Gráfica do Mindelo.

## Revistas

- Cabo Verde*, «Suplemento Literário», número único, 1958.
- Claridade*, São Vicente de Cabo Verde, n.ºs 1 e 2, 1936, n.º 3, 1937, n.º 4 e 5, 1947, n.º 6, 1948, n.º7, 1949, n.º8, 1958, n.º9, 1960.
- Claridade*, Prefácio, Direcção e Orientação de Manuel Ferreira, ed. fac-similada, Linda-a-Velha, Edições ALAC, Março de 1986 (Pelo cinquentenário da revista e suas comemorações em Cabo Verde).
- Orpheu*, n.º1, Lisboa, Janeiro, Fevereiro, Março de 1915; n.º 2, Abril-Maio-Junho de 1915.
- Presença*, *Folha de arte e crítica*, Coimbra, 15 de Março, 1927 - Fevereiro de 1940 (n.º 1 –n.ºs 53-54).

# Subsídios para um estudo sobre a normativa gramatical das línguas crioulas de base portuguesa, na sua relação com a identidade cultural crioula

ANDRÉS JOSÉ POCIÑA LÓPEZ

Universidad de Extremadura (Espanha)

*À memória de Cesária Évora (1941-2011),  
difusora da cultura cabo-verdiana,  
e da língua crioula do Arquipélago,  
por todo o mundo*

A presente comunicação é o resumo dos primeiros resultados de um trabalho, ainda em curso, sobre as normas linguísticas dos crioulos e sobre o valor de identidade cultural que os diversos idiomas crioulos têm nas comunidades que os falam. Por tal razão, alguns dos pontos tratados carecem de desenvolvimento; noutros casos, apontam-se apenas teorias hipotéticas, que ainda precisam de argumentação, com base em dados positivos sólidos. Muitos dos meus assertos deverão, portanto, ser considerados como hipóteses, mais do que como factos provados. O problema fundamental que se pretende tratar aqui é o de que as línguas crioulas, longe de serem formas «deturpadas» de português, resultantes de uma imperfeita aprendizagem da língua sua mãe, são códigos linguísticos altamente desenvolvidos, produto de um processo complexo de reelaboração gramatical, que distingue estas línguas da língua portuguesa. Tal processo de reelaboração torna as línguas crioulas instrumentos de comunicação perfeitamente eficazes, e ao mesmo tempo constitui estas mesmas línguas em bens culturais que identificam os povos crioulos como *singulare face* ao resto dos povos do mundo, ao mesmo tempo que servem os habitantes desses mesmos povos como veículo de intercompreensão mútua e de coesão social. Por isso, as línguas crioulas, são de facto, bens culturais, fazem parte da identidade cultural dos povos que as falam.



Que as línguas crioulas de base portuguesa são justamente isso, línguas, idiomas autónomos, e não meros dialetos do português, é ponto assente e reconhecido, e não apenas nos âmbitos académicos, desde há já muitos anos (por exemplo, Pereira 2007, sobretudo nas pp. 19-32). Porém, os crioulos de base portuguesa eram considerados, até há relativamente pouco tempo, como simples *dialetos* do português. Ora, os crioulos poderiam, de facto, ser considerados como simples variantes diatópicas do português «padrão» se se levarem em linha de conta apenas as particularidades fonéticas, fonológicas e, em alguns casos, semânticas, que afastam as línguas crioulas, *filhas* do português, da sua *mãe*, e não se tiver em apreço o aspecto mais relevante que, no fundo, individualiza as línguas crioulas (todas as línguas crioulas, sejam quais forem as suas *mães*). Este aspecto é, queremos vincá-lo de maneira muito especial, a reorganização total do sistema morfossintáctico, da Gramática pois, no seu conjunto, que se opera no chamado «processo de crioulição» – noção esta que, segundo tentarei expor mais adiante, precisa de profunda revisão, em meu entender. Uma língua crioula – qualquer língua crioula – define-se sempre, face à sua «língua mãe», pelas divergências, muito notáveis, que se podem verificar entre os sistemas gramaticais respectivos, nomeadamente no campo da morfologia e, dentro deste, sobretudo nos sistemas verbais. No passado, foi muito corrente caracterizar os crioulos pelas suas peculiaridades fonéticas. Quando se confrontavam os respectivos sistemas gramaticais, o dos crioulos e o das línguas europeias (só nos vamos deter, é claro, nos crioulos oriundos do português), falava-se apenas de uma «degradação», «corrupção», «relaxamento» ou «simplificação gramatical»<sup>1</sup>, e assim por diante. Expressões onde cumpre salientar, não apenas o que há de preconceituoso, prepotente e mesmo racista, mas também – o que é mais importante – a falta total de conhecimento das línguas crioulas, a ausência de rigor metodológico e de compreensão dos factos linguísticos que nelas se demonstra.

As principais divergências que se podem perceber entre as línguas crioulas (no caso presente, as de base portuguesa, mas a asserção bem pode servir para as de qualquer outra base), por um lado, e o português (e não o «português padrão»), por outro, residem sempre no âmbito gramatical. Mas não consistem apenas na existência, no crioulo, de uma gramática diferenciada da gramática portuguesa. A divergência é muito mais profunda: ela fundamenta-se na existência de regras e sistemas gramaticais, no caso crioulo, de carácter absolutamente diferente

<sup>1</sup> Nas páginas iniciais do dicionário de crioulo de Cabo Verde, devido aos cuidados de uma equipa de trabalho, dirigida pelo professor alemão Jürgen Lang, numa pequena introdução à gramática dessa língua, lê-se que «a gramática do crioulo de Santiago não é mais simples do que a de qualquer outra língua» (Lang 2002: XXII), palavras bem esclarecedoras acerca da falsidade da asserção que defende que as línguas crioulas não têm uma gramática comparável às das línguas europeias. Cfr. também, Pereira 2007: 91-93.

das regras e sistemas, não direi só do português, mas em geral das línguas indo-europeias. Com efeito, perante os modelos morfológicos indo-europeus, de tipo basicamente flexivo, as línguas crioulas apresentam, por via de regra, sistemas gramaticais de tipo isolante<sup>2</sup>. Quer isto dizer que, nos crioulos, se dá o caso, verdadeiramente paradoxal, de línguas dotadas de um léxico que, em percentagens muito elevadas, é de origem indo-europeia, reguladas, porém, por normas gramaticais isolantes, facto este que as aproxima de muitas línguas africanas e de outras partes do mundo.

Como se terão constituído este tipo de línguas continua a ser objeto de análise entre os linguistas, que ainda não têm dado uma resposta definitiva a este facto. Em termos gerais, costuma aceitar-se que os crioulos sejam o resultado de um processo longo, e assaz complexo, que se costuma denominar «processo de criouliização». O processo assim denominado conduziria, segundo estas mesmas teorias, das línguas europeias aos crioulos. Há que sublinhar que, na formação de um crioulo, há sempre duas fases maiores, em que se plasmam as grandes modificações que, do ponto de vista gramatical, ocorrem nas línguas alvo de transformação: a um primeiro passo, de *desgramaticalização*, em que a língua europeia *perde* as suas regras gramaticais (ou a maior parte delas), segue um segundo passo, em que a língua assim resultante, desprovida de leis morfológicas precisas, é reorganizada gramaticalmente, adquirindo uma morfossintaxe inteiramente nova. Trata-se de um processo claro de *regramaticalização*. As evoluções fonéticas, fonológicas ou semânticas, também importantes, não são, no fundo, muito diversas daquelas que têm lugar em muitos dialetos do português – eis uma das razões para pensar-se, atendendo apenas à fonética, nos crioulos como dialetos. A evolução fonética, nestes casos, é justamente isso, uma *evolução*, ao passo que as mudanças gramaticais ultrapassam o grau de simples evolução, pois consistem realmente numa *substituição*. Nos crioulos, o sistema gramatical *não evolui*, é inteiramente *substituído* por um sistema novo.

Ora, sendo assim, poderemos talvez perguntar-nos onde é que começa de facto o processo de «criouliização». Do meu ponto de vista, só faz sentido chamar «processo de criouliização» ao processo de *constituição* de um crioulo. Mesmo etimologicamente, «crioulo» é aquilo que *se cria*, aquilo que é *criado* por alguém. Há pois, uma ideia de *criação*, portanto de *construção*, de *constituição* – tudo ao contrário, exatamente ao contrário, do que antigamente costumava considerar-se nos crioulos, do ponto de vista colonialista: como destruição, corrupção da «pureza» da língua. Mas o aparecimento de um crioulo não é, absolutamente

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, em relação aos crioulos de base portuguesa, em geral, Pereira 2007:78-90. Em relação às diversas variantes do crioulo cabo-verdiano, *vd.* Cardoso 1989, Lang 2002: XXI-XLIV. E sobre o crioulo cabo-verdiano, em geral, *cf.* Veiga 2002,

não é, um processo de corrupção, muito antes pelo contrário, é um processo de criação, de nascimento de algo de novo. Quando é que começa, portanto, a verdadeira criouliização? Mais ainda: *de que língua*, ou antes, *de que tipo de língua ou registo linguístico* é que o crioulo realmente procede? A última pergunta poderá parecer esquisita, mesmo inútil, pois toda a gente dirá que a resposta é que os crioulos, falando aqui de maneira mais restrita dos crioulos de base portuguesa, procedem do português. Mas realmente não é assim.

Os crioulos de base portuguesa, importa salientarmos bem isto, procedem *não* do português, mas de diferentes *aproximações* de português. Daquilo, pois, que se conhece na linguística atual como uma *interlíngua*, quer dizer, de um português imperfeitamente aprendido. O grande erro, o máximo erro, de muitos linguistas (afortunadamente não de todos eles) é pensar o crioulo propriamente dito como uma interlíngua, pretender que o crioulo é uma interlíngua. Ora, justamente, o crioulo começa onde a interlíngua acaba, porque o crioulo surge justamente da interlíngua. A interlíngua é uma língua imperfeita *em relação ao padrão*, ao modelo de língua que se quer alcançar. Quem pretende aprender português e fica apenas pelo vocabulário, sem conseguir apreender as regras gramaticais, fica falando uma interlíngua. Mas é justamente a partir daí que o crioulo começa. Verifica-se então uma mudança de rumo: não se continua a aprender a língua, não se aperfeiçoam as estruturas gramaticais da língua que se está a aprender. Antes muito pelo contrário, *começa a construir-se uma língua nova, a partir das “ruínas” da língua mãe*. Tudo isto é mais ou menos sabido. Importa-me, porém, acrescentar: é aí, só aí, que começa o processo de criouliização, porque é justamente aí que o crioulo começa a construir-se. As razões para uma tal mudança de rumo, as razões para decidir deixar de aperfeiçoar a aprendizagem da língua portuguesa, e começar a construir uma língua nova, são muitas e de muito diferente teor, mas não temos tempo para as tratar aqui demoradamente. Em geral, pensa-se que essas razões se baseiam na impossibilidade de se continuar a aprender a língua-mãe (Chaudenson 2003, Mufwene 2001, Mufwene 2003), na sua norma correta. Parece-me, porém, que poderia haver causas, razões, muito diferentes, para se *construir* uma língua nova. A mais importante delas seria poder dar coesão social, com a nova língua que se está a construir, a um novo grupo cultural e social que nesse momento está a nascer.

De momento, gostava que ficássemos com a ideia seguinte: o processo de criouliização consiste na fase de *regramaticalização* da *interlíngua* que se atinge no decurso de uma aprendizagem imperfeita do português. Essa interlíngua, sem hipótese de se aperfeiçoar no sentido da norma padrão, enquista-se como forma precária de comunicação. Forma que não pode sustentar-se, se pretender servir os fins de uma convivência social e cultural demorada. A comunidade que

fala essa língua precária precisa de criar, a partir daí, uma língua nova, que sirva inteiramente os fins comunicativos de um idioma autêntico. É aqui que começa realmente o processo de criouliização. Tendo acabado a *desgramaticalização*, começa a *regramaticalização*. Ou melhor: não uma *regramaticalização*, porque está de facto a nascer uma língua nova, portanto não há nada que *re*-gramaticalizar. Diremos antes que começa um processo de construção de um sistema gramatical totalmente novo, portanto de «gramaticalização». «Criouliização», note-se bem, significa, sobretudo, elaboração de uma gramática nova, para se poder conformar uma língua nova. Veja-se, pois, que o crioulo nasce só nessa segunda fase e, mais ainda, ele não nasce do português, mas de uma interlíngua, de uma «aproximação de português».

Exemplos deste tipo de «aproximações de português», ou de interlínguas, aparecem nas Literaturas, Espanhola e Portuguesa, já nos séculos XV e XVI. A chamada «língua de negro», presente, por exemplo, em alguns autos de Gil Vicente (Teyssier 1959: 227-250), é um bom exemplo desse estádio de interlíngua. É claro que a «língua de negro» desses autos está exagerada para fins cómicos, é um registo paródico, portanto. Porém, o facto de se poderem explorar comicamente certas peculiaridades linguísticas do português falado pelos escravos africanos no século XVI, é boa mostra de que eles falavam um português considerado imperfeito pelos seus coetâneos. Não há, porém, nesse tipo de língua nada de semelhante a um sistema gramatical novo. Não há, portanto, crioulo. No máximo, percebe-se uma ausência de flexão, quer nominal, quer verbal. Estamos ainda na fase de interlíngua.

A passagem de uma interlíngua do estilo da «língua de negro» presente no teatro quinhentista para um crioulo pressupõe várias condições: 1) é preciso comunicarem-se falantes de línguas muito diferentes, que não se poderiam entender entre si usando as suas línguas maternas; 2) terem todas essas pessoas aprendido uns rudimentos de português (a tal interlíngua), que todos percebem e podem servir para a intercompreensão mútua; 3) provocar-se por alguma razão o desaparecimento, no território em causa, de agentes colonizadores que pudessem impor a aprendizagem do português e vigiar o «bom uso» da língua, e 4) existir, pese embora tudo o que se disse, uma consciência de grupo social coeso, com saberes culturais partilhados. Todas estas condições, juntas, verificam-se em todos os locais onde se tem desenvolvido um crioulo. No caso de Cabo-Verde, por exemplo, os africanos que foram para as ilhas falavam línguas muito diferentes (ponto 1); a maior parte deles tinha aprendido o léxico português básico, língua em que todos se podiam entender (2); a partir de certa altura, e sobretudo ao longo do século XVII, verifica-se no arquipélago um processo histórico que chamarei de «anarquia colonial», de que direi umas palavras a

seguir (3); finalmente, grupos de escravos que tinham constituído aldeamentos em recantos pouco acessíveis das ilhas (sobretudo grupos de libertos, isto é, *forros*, e de escravos que fugiam às autoridades coloniais, e por isso se chamavam *fujões*) acabavam unindo-se entre eles e constituindo uma comunidade social.

Entre os finais do século XVI e quase começos do XIX, o arquipélago de Cabo Verde é votado por Portugal praticamente ao abandono. Acresce o facto de nunca até então ter havido uma população estável, propriamente dito, mais do que em duas ou três vilas portuárias, em ilhas muito concretas. O resto do arquipélago era quase desconhecido. Ao longo do século XVII, as incursões de piratas e corsários, as disputas entre holandeses, ingleses e outros povos que sulcam essa parte do Atlântico, enfim, a Guerra de Restauração, tudo isto faz com que ninguém em Portugal se lembre do arquipélago caboverdiano. Só no decurso do século XIX é que este voltará a ter algum interesse para os portugueses. Nessa altura, o crioulo já estava plenamente constituído. O que é que terá acontecido entretanto? O facto mais importante parece-me ser a constituição de pequenos grupos de *fujões* e de escravos *forros*, procedentes de povos africanos de língua muito diferente, que só se podiam compreender entre si, usando os escassos e imperfeitos rudimentos de português que conheciam. Precisavam, porém, de uma *língua*, de um código idiomático que servisse para todos os contextos da vida social e cultural; de outro modo, não poderiam nunca formar grupos coesos. Mas a formação desses grupos era-lhes vital, para poderem subsistir sem serem absorvidos pelos colonizadores que viessem. Mais importante do que isso era a necessidade de se organizar a defesa contra possíveis invasores (piratas, corsários, conquistadores ou colonizadores de outros países, concorrentes com Portugal, na altura, na posse dos territórios ultramarinos). Tudo isto obriga, pois, à formação de grupos coesos que, para tal, devem partilhar uma língua<sup>3</sup>.

Um processo muito semelhante a este deve ter acontecido também no caso dos crioulos do Golfo da Guiné. O facto de um deles se chamar, precisamente, *Forro de São Tomé*, é bastante elucidativo a este respeito. A partir do século XIX, a «recolonização» destes arquipélagos é já de um teor muito diferente: os colonizadores, agora, preocupam-se em introduzir a língua portuguesa, difundir o padrão linguístico e fiscalizar o «bom uso» do português. Isto significa relegar o crioulo à condição de língua B num sistema diglósico que então (e não antes) se institui. Visto como uma variante imperfeita de português, como

<sup>3</sup> Das minhas informações sobre a história de Cabo Verde só poderei dizer que são provisórias: para o presente estudo, baseei-me principalmente em Albuquerque e Santos (1991) e Lopes Filho (2003: 81-145). Como disse no começo deste artigo, ele não é mais do que um relatório de um trabalho ainda em curso. É evidente que, na versão definitiva destes meus estudos, deverei debruçar-me mais demoradamente sobre a história das colónias onde se formaram os crioulos. Por enquanto, acho que esta bibliografia é suficiente.

um «português mal falado», o colonizador fará então tudo para erradicar esse instrumento linguístico original. Porém, era já tarde demais. O crioulo está plenamente constituído e é usado não só como instrumento eficaz para os seus fins comunicativos, mas (o que é mais importante) como vínculo de coesão social e como *senal de identidade* do grupo que o fala. O processo deve ter sido semelhante em todos os pontos onde se falavam crioulos. Não temos, porém, tempo para nos determos neste assunto. Uma análise mais pormenorizada da evolução histórica de todos os países onde se verifica o fenómeno da crioulição, precisaria de estudos muito demorados que nós, até ao momento, não temos podido desenvolver.

Basta-nos, por enquanto, fazer a seguinte afirmação, que achamos lógica em relação a tudo que anteriormente temos estudado: as línguas crioulas são o resultado de um *empenho consciente* de elaboração de uma língua, que possa servir a todos os indivíduos de uma determinada comunidade, social e cultural. Resultam, pois, de um acto de criação livre, de um esforço conjunto para formar um grupo social coeso, e acabam por ser um dos traços fundamentais que definem esse grupo, sendo assim um dos bens *culturais* mais importantes que todos os membros do grupo partilham. O crioulo sente-se como língua *do povo que a fala*, como *possessão* desse povo; não é um idioma levado pelo colonizador. Pelo contrário, é um idioma que os membros dessa comunidade *criam* livremente. Daí, o nome de *crioulo*. Podemos assim afirmar que os crioulos (e.g. os crioulos africanos de base portuguesa, ainda que os asiáticos também se prestem a estas considerações) são, no fundo, *línguas africanas autóctones*. Sublinhe-se que *os crioulos* não são introduzidos nas colónias pelo conquistador: introduzidas são *as línguas que lhe estão na base*. O crioulo é uma criação genuína dos povos, africanos ou asiáticos, que moram nos territórios que são objeto de colonização. E, de facto, os falantes de crioulos sentem essas línguas como próprias, não como idiomas alheios, impostos pelo colonizador. Ainda hoje, na Guiné-Bissau, é o crioulo que serve como veículo de comunicação entre povos diversos, de línguas diferentes. Não é o português. E não é, porque o português é sentido como língua estrangeira. No caso senegalês, por exemplo, é o wolof, uma língua africana «autóctone», do grupo mandinga, que serve como *língua franca*. Repare-se que o crioulo é sentido como língua própria, património do povo guineense, tal como wolof no Senegal, daí que o crioulo seja usado como meio de intercompreensão, o que evita ter-se de usar a língua do «invasor», como acontece também com o wolof, cujo uso no Senegal permite a compreensão mútua sem ser preciso recorrer ao francês.

É esta, pois, a ideia fundamental que quis transmitir com esta comunicação: os crioulos são sempre o resultado de um acto de *criação*; devem, pois, ser

olhados como produtos culturais, nascidos de um processo libérrimo de construção linguística. São uma resposta inteligente a uma necessidade básica de comunicação, respondem assim a essa finalidade. Não são, os crioulos, efeito da ação de nenhum *bioprograma* obscuro, existente no cérebro das pessoas, como defende a peculiar teoria de Bickerton (1981), aliás já muitas vezes questionada por muitos linguistas de mérito<sup>4</sup>. A ninguém ocorreria, em frente à tela de um pintor famoso, de uma catedral, de uma escultura ou de uma sinfonia, dizer que elas resultam da ação de um «bioprograma artístico» que aga secretamente no espírito dos seus autores. A teoria bickertoniana é injusta (sugere que os africanos só podem falar mal as línguas europeias, porque o seu bioprograma assim o determina), além de ser facilmente verificável a sua falsidade (porque os africanos e qualquer outro povo são sempre capaz de aprender e falar perfeitamente qualquer língua, de qualquer tipo). As línguas são *objetos culturais*, e não «realidades biológicas». Como tais, resultam de um ato de criação do povo que as falam. Ou como, afirmava, melhor do que ninguém, afirmava Eugénio Coseriu, um mestre da Linguística Geral:

*El «desarrollo» lingüístico no es «evolución» de un objeto natural, sino construcción<sup>5</sup> de un objeto cultural y [...], por consiguiente, sólo puede motivarse por la finalidad de los hablantes, y no por condiciones objetivas externas o internas* (Coseriu 1973: 235).

Os crioulos são, pois – e é esta a única maneira lídima de os entender – uma criação cultural; parte, portanto, do património linguístico da Humanidade, e por isso, bem cultural de que nunca se deverá prescindir.

## Referências bibliográficas

- Albuquerque, Luís de; Santos, M<sup>a</sup> Emília Madeira (coord.) (1991). *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde.
- Bickerton, Derek (1981). *Roots of Language*. Ann Arbor: Karoma Publishers.
- Cardoso, Eduardo Augusto (1989). *O Crioulo da Ilha de São Nicolau de Cabo Verde*. Praia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Portugal)/ Instituto Cabo-Verdiano do Livro.
- Chaudenson, Robert (2003). *La créolisation: théorie, applications, implications*. Préface de Salikoko Mufwene. Paris: Institut de la Francophonie/ L'Harmattan.
- Coseriu, Eugénio (1973). *Sincronía, Diacronía e Historia. El problema del cambio lingüístico*. Segunda edición, revisada y corregida. Madrid: Editorial Gredos.

<sup>4</sup> Por exemplo, Hazaël-Massieux, 1996; Chaudenson, 2003; Mufwene, 2001; Mufwene 2003.

<sup>5</sup> Sublinhado no original.

- Hazaël-Massieux, Guy (1996). *Les Créoles. Problèmes de genèse et description*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence.
- Lang, Jürgen (2002, coord.). *Dicionário do Crioulo da Ilha de Santiago (Cabo Verde)/ Wörterbuch des Kreols der Insel Santiago (Kap Verde)*. Sob a direcção de/ unter der Leitung von Jürgen Lang. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- Lopes Filho, João (2003). *Introdução à Cultura Cabo-Verdiana*. Praia: Instituto Superior de Educação da República de Cabo Verde.
- Mufwene, Salikoko (2001). *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (2003): “Préface” a Chaudenson (2003).
- Pereira, Dulce (2007). *Crioulos de Base Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Teyssier, Paul (1959). *La Langue de Gil Vicente*. Paris: Librairie C. Klincksieck.
- Veiga, Manuel (2002). *O Caboverdiano em 45 Lições (Estudo sociolinguístico e gramatical)*. Praia: INIC.





# Macau

## a língua portuguesa e o legado luso

---

JORGE A. H. RANGEL

Presidente do Instituto Internacional de Macau

### Introdução

É oportuno e louvável, neste encontro académico do Movimento Festlatino, incluir uma comunicação sobre Macau, com informação actualizada sobre a situação da língua portuguesa, que mantém o estatuto de idioma oficial, ao lado da língua chinesa, e sobre a forma como se procurou respeitar e valorizar o legado cultural que deu a esse território uma singularidade própria, a qual justificou que lhe tivesse sido atribuído o estatuto de região administrativa especial da República Popular da China (RPC)

Mais de doze anos após a transferência do exercício da soberania, de Portugal para a RPC, é justo e gratificante realçar, não obstante algumas insuficiências, ou mesmo desvios, fáceis de identificar, a forma reconhecidamente positiva como o legado de Portugal foi amplamente respeitado e, em certas áreas, até valorizado, em Macau.

Em todos os períodos de mudança histórica, são inevitáveis as dúvidas, as inquietações e as incertezas, pelo que muitos poderão não ter acreditado que, decorrido o período de transição, o acordo firmado e ratificado pelos dois Estados, em 1987, sobre «a questão de Macau», na forma duma Declaração Conjunta,<sup>1</sup> pudesse alcançar tão significativa eficácia na sua aplicabilidade, espelhada no regular funcionamento da região administrativa especial que dele resultou.

---

<sup>1</sup> Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau, assinada em Pequim a 13 de Abril de 1987, pelo Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva e pelo Primeiro-Ministro Zhao Ziyang.

## A transição político-administrativa

Os desafios eram, de facto, enormes, em todos os domínios da actividade governativa e no seio da sociedade civil, quando se definiu o enquadramento político do processo de transição e se escolheu a data de 19 de Dezembro de 1999 para a sua conclusão, com o estabelecimento formal, no dia seguinte, da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), marcando o fim duma presença administrativa plurissecular de Portugal.

Enquanto no foro diplomático prosseguiram os contactos regulares, no âmbito de um Grupo de Ligação Conjunto,<sup>2</sup> coube ao Governo de Macau a responsabilidade ingente de pôr em execução um vastíssimo programa de realizações, que iam das infra-estruturas à educação, da organização jurídica e judiciária à expansão dos serviços sociais e da estabilização financeira à consolidação das instituições. Todas estas medidas apontavam para o reforço do «segundo sistema», no conceito «um país, dois sistemas»<sup>3</sup> que inspirou a criação oficial das regiões administrativas especiais chinesas, dotadas de elevado grau de autonomia e com a maneira de viver das suas populações, bem como o respectivo sistema económico, salvaguardados.

Neste contexto, foi o território transformado num imenso estaleiro, com múltiplas obras simultaneamente projectadas e lançadas, numa verdadeira corrida contra o tempo, visando dotá-lo das infra-estruturas ainda necessárias, que comportavam um aeroporto internacional, velha aspiração de sucessivas gerações constantemente protelada, pontes e estradas, um renovado parque escolar, desportivo, cultural e social e planos urbanísticos consistentes.

Ao mesmo tempo – e porque tudo era, afinal, prioritário – trabalhou-se, determinada e aceleradamente, na formação de quadros médios e superiores; na «localização» das leis e da língua chinesa, que só se tornou oficial em 1992, ao lado da portuguesa; na reestruturação dos serviços públicos; no reforço dos apoios às instituições e ao associativismo; na «internacionalização» de Macau, reforçando as suas ligações à Europa e aos países lusófonos; nas complexas tarefas da produção legislativa e da tradução jurídica; no alargamento da participação cívica e política; no desenvolvimento dos sectores com maior impacto directo na vida da população, como a educação, a saúde, a habitação e a acção social, para os quais foram canalizados abundantes recursos; e, na fase final, na passagem das

<sup>2</sup> A fim de assegurar a aplicação efectiva da Declaração Conjunta e «criar as condições apropriadas para a transferência de poderes em 1999», foi instituído pelos dois Governos o Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês.

<sup>3</sup> Conceito definido por Deng Xiaoping, o timoneiro da abertura da China, visando a «reunificação da pátria chinesa», através da integração pacífica e suave de Hong Kong e de Macau e, mais tarde, de Taiwan.

responsabilidades administrativas e na preparação da transferência de poderes. De salientar é também o facto de, durante todo o período de transição,<sup>4</sup> o Governo de Macau ter abraçado o princípio do equilíbrio orçamental, ao mesmo tempo que, rejeitando o endividamento público, soube impulsionar o desenvolvimento sustentável através de investimentos correctamente dimensionados e de um sistema fiscal atraente, caracterizado por impostos de reduzido valor.

Quando, naquela noite fria de 19 para 20 de Dezembro, numa cerimónia inolvidável pelo seu alto significado, uma bandeira era arriada e outra içada e os mais altos magistrados das duas nações selavam simbolicamente o compromisso com um histórico aperto de mãos perante 2500 convidados e entidades de muitos países e câmaras de televisão com cobertura mundial, tínhamos chegado ao fim de um tempo de Portugal no Oriente.<sup>5</sup> O território iria, a partir dessa data, fixada na Declaração Conjunta, enfrentar o futuro que para ele tinha sido traçado pelos dois Estados com legitimidade de intervenção na definição do seu novo figurino político.

## A RAEM

Na Declaração Conjunta havia sido acordado que os sistemas social e económico permaneceriam em vigor, mantendo-se também basicamente inalteradas as leis então vigentes, e que seriam assegurados «todos os direitos e liberdades dos habitantes e outros indivíduos em Macau», designadamente as liberdades pessoais, as liberdades de expressão, de imprensa, de reunião, de associação, de deslocação e migração, de greve, de escolha de profissão, de investigação académica, de comunicação, de religião e de crença, e o direito à propriedade privada.

A Declaração Conjunta estabeleceu, igualmente, que a região definiria, por si própria, as políticas de cultura, educação, ciência e tecnologia e protegeria o património cultural de Macau, podendo também ser mantidas as relações económicas e culturais e celebrados acordos com países, regiões e organizações interessadas. O estatuto de porto franco e território aduaneiro separado, para desenvolvimento de actividades económicas, seria também mantido, assim como o livre fluxo de capitais, a circulação de moeda própria (a Pataca de Macau) e a sua convertibilidade, comprometendo-se o Governo Popular Central da China a não arrecadar quaisquer impostos na região, cuja independência financeira ficou, desta feita, contemplada.

<sup>4</sup> O período de transição foi o período compreendido entre a entrada em vigor da Declaração Conjunta e o dia 19 de Dezembro de 1999.

<sup>5</sup> O General Vasco Rocha Vieira foi o último Governador de Macau. É reconhecido o seu contributo, muito relevante, para o sucesso do processo de transição. Os dois Presidentes eram Jorge Sampaio e Jiang Zemin.

No que respeita a Portugal, ficou expressa a possibilidade de a região estabelecer relações económicas de benefício mútuo, sendo também tidos em consideração os interesses económicos de Portugal e de outros países em Macau, ao mesmo tempo que se estabeleceu que os interesses dos habitantes de ascendência portuguesa seriam protegidos em conformidade com a lei. E, quanto à língua portuguesa, garantiu-se a continuidade do seu uso nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos tribunais da região.

No quadro da sua autonomia, foram também atribuídos à região poderes executivo, legislativo e judicial próprios, incluindo o de julgamento em última instância, devendo os lugares de membros do Governo e do órgão legislativo ser ocupados por habitantes locais.<sup>6</sup>

Foi em consonância com estes parâmetros que se elaborou a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, aprovada em 1993,<sup>7</sup> a qual incorporou aquelas mesmas políticas fundamentais e definiu a estrutura político-administrativa e o funcionamento da região. A sua feitura foi da responsabilidade exclusiva da China, que envolveu na sua preparação residentes permanentes de Macau.

Para muitos, para além da história, da memória, da identidade e do património arquitectónico, cultural e humano, foram, indubitavelmente, os direitos, as liberdades e as garantias, no seu conjunto, anteriormente assegurados pela Constituição da República Portuguesa, a melhor expressão viva do legado luso em Macau. São esses direitos e liberdades que lhe garantem um estatuto diferente. Sem eles, o «segundo sistema» não teria razão de ser.

A Lei Básica, indo mais longe do que a Declaração Conjunta, declarou o português também como língua oficial.<sup>8</sup>

## Cooperação multifacetada

A RAEM ganhou uma nova dimensão nas suas relações com o exterior, quando, em 2003, foi criado o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, com o secretariado e serviços de apoio ali permanentemente instalados.

<sup>6</sup> O primeiro Chefe do Executivo foi Edmund Ho Hau Wah (1999-2009) e o actual é Fernando Chui Sai On (2009-), sendo ambos naturais de Macau.

<sup>7</sup> Aprovada em 31 de Março de 1993, na Primeira Sessão da Oitava Legislatura da Assembleia Popular Nacional da R.P.C., e promulgada, na mesma data, pelo Presidente Jiang Zemin.

<sup>8</sup> O artigo 9.º da Lei Básica estabelece que «além da língua chinesa pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial».

Esta decisão pragmática, inteligente e politicamente coerente com a visão estratégica da China na afirmação crescente do seu papel incontornável no mundo, representou também o reconhecimento definitivo da vocação histórica de Macau como entreposto privilegiado entre povos e culturas, agora com novos propósitos, assumindo-se a região como plataforma oficial de cooperação, inicialmente com objectivos predominantemente económicos e abrangendo, paulatina e estavelmente, outras áreas, à medida que as estruturas de suporte ao alargamento dessa cooperação, que foi produzindo resultados financeiros muito encorajadores para todas as partes envolvidas, se foram consolidando e a experiência na sua promoção e gestão foi sendo enriquecida.

A capacidade de resposta, rápida e segura, das autoridades e instituições locais a este oportuno desafio lançado pelo Governo Central da China, tornou-se possível graças às condições criadas no período de transição, à forma suave e consensual como se processou a transferência de poderes e aos passos dados no início da nova etapa do percurso daquele minúsculo território, assolado por muitas tempestades naturais e políticas, mas que soube alimentar sempre uma ambição legítima muito maior do que a sua limitadíssima geografia. Recebendo há cinco séculos o primeiro abraço de Portugal, quis depois abraçar o mundo. E é hoje património da humanidade.

A visita a Macau, em 2010, do Primeiro-Ministro Wen Jiabao<sup>9</sup> constituiu o ponto de viragem nas atribuições, que se foram tornando mais extensas, do Fórum para a Cooperação, e o discurso lapidar que então proferiu, exaltando o valor da cooperação e a importância da língua portuguesa, como instrumento de comunicação no e com o mundo lusófono, deu um renovado impulso e incentivo à missão de Macau no exercício dessa plataforma de cooperação, não só económica, mas também e cada vez mais cultural e social. Assim, o 3.º Plano de Acção para a Cooperação, assinado em Novembro de 2010, pelos representantes dos países de língua portuguesa e da China, reunidos em Macau, ampliou as vertentes e as actividades, nos domínios da administração pública, agricultura, infra-estruturas, transportes e comunicações, turismo, saúde pública, educação e recursos humanos, ciência e tecnologia, cultura, rádio, cinema e televisão. Especial ênfase foi colocada na formação.

## Educação e formação de quadros

Macau passou, assim, quase de imediato, a funcionar como um grande centro de formação contínua, por cujas instituições vão passando milhares de

<sup>9</sup> A visita foi feita em Novembro de 2010, no âmbito da 3.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa.

quadros médios e superiores dos países lusófonos, para a frequência de cursos de variadíssima natureza, temática e duração, em língua portuguesa.

O Fórum para a Cooperação criou o seu próprio centro de formação, mas pode utilizar os recursos disponibilizados pelas instituições de ensino superior ali existentes e diversos institutos técnicos, cobrindo uma gama imensa de necessidades e oferecendo alargadas oportunidades. A Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, o Instituto de Formação Turística, a Universidade de S. José, a Universidade da Ciência e Tecnologia de Macau, a Universidade Cidade de Macau, o Instituto do Milénio de Macau e o Instituto de Gestão de Macau são algumas das instituições disponíveis e várias delas continuam a oferecer cursos em língua portuguesa. As três primeiras e, ainda, a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, são as instituições públicas de ensino superior, todas criadas nas últimas décadas da administração portuguesa.

Neste âmbito, é indispensável referir, igualmente, a Escola Portuguesa de Macau (EPM) e a Fundação responsável pela sua gestão, instituída em 1998 pelo Estado Português,<sup>10</sup> associado à Fundação Oriente e à Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, e o Instituto Português do Oriente (IPOR),<sup>11</sup> instituição portuguesa vocacionada para promover o ensino da língua portuguesa, enquanto língua oficial consagrada na Lei Básica da RAEM, «assegurando o seu ensino não curricular como língua de trabalho em articulação com instituições representativas das actividades profissionais de Macau».

A EPM, com alvará concedido à sua entidade titular pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, em 21 de Agosto de 1998, insere-se no sistema educativo de Macau como instituição educativa particular sem fins lucrativos. Quanto ao IPOR, que teve os seus estatutos alterados em 1999, passando a ter como associados o Estado Português, representado pelo Instituto Camões (51%), a Fundação Oriente (44%) e diversas empresas (5%), tem a responsabilidade de interagir com entidades representativas do sistema de ensino da RAEM, no sentido de melhor promover o ensino do português como língua segunda ou língua estrangeira. Estas duas instituições têm um papel verdadeiramente fulcral na promoção e difusão da língua portuguesa.

Desde a sua criação, o IPOR tem mantido um papel relevante no apoio aos centros de estudos e leitorados de português em universidades do Extremo Oriente, onde é crescente o interesse na aprendizagem da língua portuguesa.

<sup>10</sup> Esta Fundação foi criada pelo Decreto-Lei n.º 89-B/98, de 13 de Abril de 1998.

<sup>11</sup> Constituído por escritura pública em Setembro de 1989, tendo como associados o Governo de Macau e o Estado Português, através do então Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

A Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau continuam a ser membros muito activos da Associação das Universidades de Língua Portuguesa e desenvolvem parcerias muito úteis com instituições de ensino superior de Portugal. Essa Universidade tem um Departamento de Português e o Instituto Politécnico uma Escola de Línguas e Tradução, com acções de intercâmbio e colaboração envolvendo instituições educativas de Portugal e da R.P.C., e está em vias de criar um Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa. O curso anual de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade de Macau, levado a efeito todos os anos no período de férias escolares, propicia a estudantes e professores daquela área geográfica oportunidades de encontro e partilha de experiências pedagógicas.

Os Serviços de Educação e Juventude também promovem o ensino da língua portuguesa em centros de formação e nas escolas luso-chinesas, havendo ainda um estabelecimento pré-escolar, o Jardim de Infância D. José da Costa Nunes, cuja língua veicular é a portuguesa, estando a sua gestão confiada à Associação Promotora da Instrução dos Macaenses.

## Património mundial

A inclusão pela UNESCO do centro histórico de Macau na sua prestigiada lista do património da humanidade, em Julho de 2005, foi um acontecimento de invulgar relevância e significado. Este centro histórico engloba praças e largos, como os da Barra, do Lilau, de Santo Agostinho, do Senado, da Sé, de S. Domingos, da Companhia de Jesus e de Camões, as ruas adjacentes e uma sucessão de monumentos integrados nesse espaço, entre os quais as Ruínas de S. Paulo, *ex-libris* da cidade, o Templo de Á-Ma, anterior ao estabelecimento dos portugueses, as igrejas de S. Lourenço, Santo Agostinho, S. Domingos e a Sé Catedral, recordando a pujança da acção missionária no Oriente, o teatro D. Pedro V, o primeiro teatro de estilo ocidental na China, o edifício do Leal Senado, com o seu Salão Nobre e biblioteca, a Santa Casa da Misericórdia, fundada pelo primeiro Bispo de Macau, o pequeno Templo de Na Tcha, a Fortaleza da Guia com a capela e o farol, o primeiro edificado na costa da China, a Fortaleza do Monte, que foi a principal estrutura defensiva da cidade, a chamada Casa Garden e o seu jardim envolvente, o Cemitério Protestante, onde estão sepultadas muitas figuras ligadas à Companhia Inglesa das Índias Orientais, um troço das antigas muralhas de defesa da cidade, o Quartel dos Mouros, a Casa do Mandarin, complexo residencial tradicional, a Casa de Lou Kau, velha residência de um abastado mercador, e a Biblioteca de Sir Robert Ho Tung.



Esse património é maioritariamente português, mas também é, naturalmente, chinês e de outras origens, reflectindo aquele que foi o mais prolongado e fecundo encontro do Ocidente com o Oriente Extremo.

Depois de diversas tentativas e abordagens feitas ainda na vigência da administração portuguesa,<sup>12</sup> foi com o total empenhamento da China que a UNESCO apreciou e aprovou a proposta apresentada pela RAEM.

Apesar de alguma notória descaracterização das áreas envolventes dos principais monumentos desse centro histórico, em resultado do rápido crescimento urbano, é possível e absolutamente desejável manter e valorizar todo esse património, sendo a obrigação assumida perante instâncias internacionais a sua melhor garantia, a par da crescente exigência manifestada pela população local, especialmente pelas gerações mais novas, na sua adequada preservação. Cabe, em primeiro lugar, ao Instituto Cultural da RAEM,<sup>13</sup> a salvaguarda e valorização de todo o património histórico e cultural e a manutenção do Arquivo Histórico de Macau e das bibliotecas públicas, onde existe um valioso acervo de obras em língua portuguesa.

Neste contexto, interessa também referir que as placas toponímicas de Macau permanecem bilingues, tendo sido plenamente respeitados os nomes originais das vias públicas, sendo preocupação visível do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais a manutenção da traça portuguesa nos arranjos urbanísticos, com recurso, amiúde, à calçada portuguesa na decoração artística dos passeios do centro histórico.

## Comunicação social e edições

A actividade editorial em língua portuguesa permanece significativa, continuando a ser publicadas obras na língua de Camões, através de vários serviços públicos, instituições académicas e organismos da sociedade civil, como, por exemplo, o Instituto Internacional de Macau que, em pouco mais de uma década, produziu já mais de 100 títulos.

A imprensa escrita portuguesa tem uma história antiga em Macau, desde 1822 quando saiu o «Abelha da China». Sucederam-se mais títulos, como «Echo Macaense», «Gazeta de Macau», «O Imparcial», «Correio de Macau», «Notícias de Macau», «Gazeta Macaense», «Comunidade», entre outros que registaram para a posteridade os acontecimentos mais relevantes dos últimos

<sup>12</sup> A primeira proposta a submeter à UNESCO tinha sido elaborada na década de 1980, no mandato do Governador Vasco de Almeida e Costa.

<sup>13</sup> Este organismo público foi criado em 1983 com a designação Instituto Cultural de Macau, sendo suas atribuições o desenvolvimento da acção cultural, a protecção do património histórico, arquitectónico e cultural e a investigação histórica.

dois séculos. Hoje, ainda temos três diários («Jornal Tribuna de Macau», «Ponto Final» e «Hoje Macau») e o semanário católico «O Clarim», os mesmos que se publicavam antes da transição, além de dois diários em língua inglesa («The Macau Post Daily» e «Macau Daily Times»). A população de língua chinesa conta com nove diários e vários semanários.

Quanto a revistas, várias são também publicadas em português, como a «Macau», a «Revista de Cultura» e a «Oriente/Ocidente». O Boletim Oficial do Governo da RAEM, com duas séries semanais, é bilingue. Além de revistas de periodicidade variável em língua chinesa, têm aparecido, ultimamente, revistas em língua inglesa, acompanhando o desenvolvimento do turismo e da indústria hoteleira, agregada aos novos casinos, que constituem a principal e abundante fonte de receitas de Macau.

No que respeita aos órgãos audiovisuais, a Teledifusão de Macau (TDM), que iniciou emissões regulares em Fevereiro de 1988, tem um canal em português (TDM – Macau) e outro em chinês (TDM – Ou Mun), em funcionamento 24 horas por dia, além de existirem vários canais digitais, a TV Cabo Macau e vários emissores por satélite, com programação predominantemente em chinês. Na dependência da TDM, operam duas estações de rádio, em língua portuguesa (Rádio Macau) e em língua chinesa (Ou Mun Tin Toi), existindo igualmente uma emissora privada, a Rádio Vila Verde.

A Lei de Imprensa é ainda do tempo da administração portuguesa.<sup>14</sup> Ela regula o exercício da liberdade de imprensa e do direito à informação, bem como a actividade das empresas jornalísticas, editoriais e noticiosas. Existem oito associações de profissionais de comunicação social em Macau, uma das quais é a Associação de Imprensa de Língua Portuguesa e Inglesa de Macau.

O portal do Governo da RAEM fornece informação ao público em chinês (nas vertentes tradicional e simplificada), em português e em inglês e contribui para uma maior divulgação das políticas públicas, assegurando uma comunicação regular com a população em geral.

## Pedras vivas

Além das pedras da história, há a considerar as «pedras vivas», as pessoas, os portugueses e gentes de muitas nacionalidades que escolheram Macau para a sua terra e ali permaneceram para além da transição. Também importa referir a comunidade macaense, legado precioso daquele encontro de Portugal com o mundo e fruto da longa viagem da história, com as suas tradições, os seus valores, a sua culinária própria, contribuindo para reforçar a singularidade de Macau e

<sup>14</sup> Lei n.º 7/90/M, de Agosto de 1990.

para afirmar a terra e a memória na diáspora que se espalhou por longes terras, sabendo manter o coração ligado, indissolúvelmente, a Macau e a Portugal, e fazendo funcionar os seus centros de convívio que são as Casas de Macau.

Todas essas gentes fazem viver as suas associações e outras instituições, fazendo com que Macau seja também exemplar na força e na capacidade interventora da sua sociedade civil, apoiada por entidades governamentais, com especial destaque para a Fundação Macau. São múltiplas aquelas que estão ainda ligadas a Portugal, ostentando com orgulho a sua «matriz portuguesa», desde a Casa de Portugal ao Instituto Internacional de Macau,<sup>15</sup> passando por organismos com longa história como a Santa Casa da Misericórdia, ou profissionais e sociais como a Associação dos Trabalhadores da Função Pública e a Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau, clubes desportivos, recreativos e culturais, organismos da Diocese de Macau, a Confraria da Gastronomia Macaense, a centenária Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, a Associação dos Macaenses e o grupo de teatro Dóci Papiacám di Macau, cultor e promotor do patuá, crioulo português de Macau. Cerimónias religiosas da Igreja Católica são também facultadas aos fiéis, diariamente, em português.

Na RAEM funcionam também um Consulado-Geral de Portugal, que nos foi prometido que seria o maior da rede consular portuguesa, e uma delegação da AICEP – Agência de Investimento e Comércio Externo de Portugal, para promoção do investimento. As estruturas da administração pública local são também, inevitavelmente, uma herança da administração portuguesa, como o são muitos dos quadros que já então exerciam cargos ou frequentavam acções especializadas de formação.

Algumas daquelas instituições revelam um surpreendente dinamismo, promovendo uma diversidade de eventos em que a marca portuguesa é sentida, além da Semana da Lusofonia e da Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa, que já fazem parte de um calendário intenso, emprestando à cidade e às ilhas um ambiente de festa permanente. Por outro lado, instituições, agentes culturais e artistas portugueses realizam iniciativas em Macau, na forma de exposições, espectáculos, seminários, conferências, mostras comerciais e outras. Até as mais emblemáticas instituições académicas portuguesas têm sido ali acolhidas para a realização dos seus encontros.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> O Instituto Internacional de Macau, organismo de natureza associativa e fins académicos e culturais, é a única entidade local presente na CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, usufruindo do estatuto de observador consultivo, e mantém estreita cooperação com dezenas de instituições do espaço lusófono.

<sup>16</sup> Entre elas, a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, instituições de ensino superior portuguesas, o Observatório da Língua Portuguesa, a Associação de Gestão do Ensino Superior, a associação Colóquios

Vale a pena referir ainda que os I Jogos da Lusofonia, promovidos pela Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa (ACOLOP), tiveram lugar em Macau, em Outubro de 2006, tirando-se proveito do excelente parque desportivo ali existente. Participaram nesses Jogos mais de mil atletas do mundo lusófono,<sup>17</sup> que competiram sob o interessante lema «Quatro continentes, uma língua, unidos pelo desporto». O evento contou com oito modalidades de alta competição: atletismo, basquetebol, futebol, futsal, taekwondo, ténis de mesa, vólei-bol e vólei-bol de praia, com 156 medalhas em disputa, ficando em primeiro lugar o Brasil, logo seguido de Portugal.

## Conclusão

Muito mais ficou por dizer, numa comunicação necessariamente limitada, sobre o legado que importa valorizar em Macau e sobre o papel que aquele território, hoje região administrativa especial da China, pode continuar a desempenhar no reforço das relações entre o mundo lusófono e a maior potência emergente do século XXI.

Celebra-se, em 2013, o quinto centenário da chegada dos portugueses à China. Poderá ser uma excelente ocasião para um incremento das relações entre os dois países e para a elaboração de um programa comemorativo digno e consequente.

A China atribuiu, entretanto, a Macau três missões fundamentais: a de grande centro internacional de turismo, a de plataforma de cooperação com os países de língua portuguesa e a de centro de formação avançada, estando o novo e enorme campus da Universidade de Macau em fase de conclusão, permitindo-lhe ganhar uma dimensão compatível com a inserção de Macau no grande Delta do Rio das Pérolas, que é, presentemente, a área de maior desenvolvimento em todo o mundo.

Oxalá Portugal possa compreender e acompanhar a dimensão da cooperação que exige a sua interessada e empenhada participação.

## Referências bibliográficas

*Macau – Livro do Ano* (volumes de 2005 a 2012). Gabinete de Comunicação Social.

*Boletim Oficial do Governo da RAEM* (de 2000 a 2012). Imprensa Oficial de Macau.

---

da Lusofonia e o Centro Nacional de Cultura, que ali realizou, com o apoio do Instituto Internacional de Macau e da Fundação Jorge Álvares, o I Encontro de Poetas Chineses e Lusófonos.

<sup>17</sup> De notar que também estiveram presentes atletas da Índia (Goa) e do Sri Lanka, membros associados da ACOLOP.

*Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau.* Imprensa Oficial de Macau. Maio de 1995.

*Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.* Fundação Macau. Novembro de 1999.

*Revista Macau* (de 2005 a 2012). Gabinete de Comunicação Social.

Edições do Instituto Internacional de Macau.

Órgãos de comunicação social de Macau.

Portal do Governo da RAEM ([www.gov.mo](http://www.gov.mo)).

# Projetos

The background of the page consists of several horizontal, wavy bands of light grey color, separated by white space. The waves are smooth and flow from left to right, creating a rhythmic, organic pattern.



# A Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste.

## Um caso de cooperação da Universidade de Aveiro no domínio da educação

---

ISABEL P. MARTINS

Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores - Universidade de Aveiro

ÂNGELO FERREIRA

Universidade de Aveiro

### Introdução

Abordar a temática da Educação na segunda década do século XXI é, porventura, um exercício que para muitos daqueles que se ocupam profissional e intelectualmente nessa área poderá apresentar-se como repetido e esgotado na identificação dos problemas e na natureza das propostas para a sua resolução. No entanto, tal perspetiva não é, necessariamente, a única e não é isenta do exercício do contraditório. Com efeito, embora as sociedades evoluam, o que é um facto, poderá sempre questionar-se se essa evolução dita mudanças na Educação ou se são mudanças na Educação que ditam, também, mudanças sociais. Os argumentos para uma e outra perspetiva são, seguramente, abundantes.

Quase tudo o que acontece em Educação é socialmente controverso, em particular nas sociedades ocidentais e democráticas. São frequentes imagens desastrosas sobre, por exemplo, sistemas e ambientes educativos, sobre taxas de sucesso / insucesso largamente difundidas pelos meios de comunicação social, sobre um «suposto» aumento do fracasso escolar e diminuição da exigência dos sistemas educativos. No entanto, nunca antes as sociedades foram tão escolarizadas, o acesso à escola foi tão democratizado e nunca antes se alcançaram níveis de desenvolvimento científico e tecnológico tão elevado. A escola, ou antes, o nível de escolarização e de educação, é um dos factores-chave responsável pelo crescimento que se advoga dever ser também considerado desenvolvimento



social. A escolarização é um dos indicadores usados na definição do índice de desenvolvimento humano adotado no Relatório do Desenvolvimento Humano publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Mas o Mundo de hoje é profundamente desigual e a consciência internacional sobre isso, seja no campo social, económico ou educativo, nunca foi tão acentuada. O fenómeno da globalização aprofundou essa consciência e muitos países assumiram compromissos a nível internacional, através de grandes Organizações governamentais e não-governamentais para contribuir para diminuir o défice de populações que, simplesmente, não tiveram a sorte de nascer e viver em outro local do Planeta. Os relatórios internacionais, por exemplo Relatórios PNUD, dão conta do estado do Mundo em domínios cruciais para a saúde e bem-estar.

Estamos hoje longe de pensar a vida com base apenas nos direitos de primeira geração (direitos civis e políticos, que englobam os direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade formal de liberdade de expressão e de participação política e, ainda, algumas garantias processuais, aprovados na XXI Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 1966), ou mesmo de segunda geração (direitos sociais como direito ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação e ao lazer). A consciência crescente pela luta de direitos de terceira geração (direitos do homem e do cidadão tais como direitos de fraternidade provenientes da urbanização das sociedades) é uma realidade nos países desenvolvidos.

Discussões doutrinárias recentes referem direitos de quarta e quinta geração, devido ao acelerado desenvolvimento tecnológico, relacionados com a genética e o pluralismo (o direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao meio ambiente, à qualidade de vida, à utilização e conservação do património histórico e cultural e o direito à comunicação). No caso da quarta geração, trata-se de direitos ligados à informação e à genética. Alerta-se, por exemplo, para a necessidade de se impor limites à manipulação do genótipo dos seres, em especial o do ser humano. Os direitos da quinta geração estão ligados à regulação do avanço de sistemas e mecanismos de controlo automático e de comunicação dos indivíduos.

Apesar das críticas colocadas por muitos sobre a classificação dos direitos humanos, importa termos consciência do impacto social que a sua ausência traz às sociedades<sup>1</sup>.

Não significa isto, no entanto, que não existam diferenças sociais profundas em países ditos do primeiro mundo e é a falta de medidas ou de vontade de extinguir tais diferenças que torna a situação insustentável para muitos. Tão-pouco é

---

<sup>1</sup> <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=745>

verdade que a hierarquização dos direitos signifique que a verificação de um significa que os de nível anterior estão alcançados.

## A Cooperação Internacional para a Educação e o Desenvolvimento

A ação dos Países desenvolvidos com vista ao desenvolvimento dos mais carenciados tem progredido em diversos domínios, sendo a saúde e a educação aqueles que têm merecido maior atenção por fazerem parte dos direitos humanos mais básicos de segunda geração. Não é tolerável aos olhos do primeiro mundo deixar em silêncio os pedidos de colaboração que estão ao alcance dos mais desenvolvidos.

A educação é um dos direitos prioritários e daí a mobilização internacional neste domínio. É reconhecida a relação entre educação e desenvolvimento, bem como o contributo da educação para a inovação. No entanto, existe controvérsia entre especialistas sobre este binómio e perplexidade entre os cidadãos, por exemplo com o desemprego verificado em pessoas de elevada qualificação académica. Mas é também reconhecido que o desenvolvimento não pode ser visto apenas em termos de crescimento económico. O desenvolvimento social tem de ser apreciado tendo em consideração direitos básicos para todos, tais como a saúde, o acesso a um sistema jurídico justo, a literacia nas suas várias dimensões e, em termos latos, a educação. Embora o tema da relação entre educação e desenvolvimento seja complexo e polémico é inegável que não haverá desenvolvimento sem o contributo de uma forte componente educativa.

Concordantemente com esta perspetiva alguns marcos importantes têm sido assumidos a nível internacional. Destaca-se o programa *Educação para Todos*, criado em 1990, que tinha como principais objetivos proporcionar educação básica a todas as crianças e reduzir de forma drástica o analfabetismo entre os adultos até ao final daquela década. Uma década depois, o Fórum Mundial da Educação, realizado em Dakar, em 2000, reafirmou o empenhamento no programa *Educação para Todos* já expresso antes e determinou que até 2015 todas as crianças deveriam ter acesso a educação básica gratuita e de boa qualidade.

Em linhas muito gerais, os seis objetivos do programa *Educação para Todos* passam por:

1. Desenvolver e melhorar a proteção e a educação da primeira infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;
2. Proceder de modo a que, até 2015, todas as crianças tenham acesso a um ensino primário obrigatório, gratuito e de boa qualidade;
3. Responder às necessidades educativas de todos os jovens e adultos, tendo por objetivo a aquisição de competências essenciais;

4. Melhorar em 50% os níveis de alfabetização dos adultos, até 2015;
5. Eliminar a discriminação segundo o género no acesso à educação primária e secundária até 2005 e instaurar a igualdade nesse domínio em 2015;
6. Melhorar a qualidade da educação.

Note-se que tendo este programa sido desenhado pensando nos Países com carências profundas, não basta a preocupação com os anos de escolaridade. É preciso ter em conta que as diferenças entre as aprendizagens alcançadas em contexto escolar nos países desenvolvidos e nos países fortemente carenciados vão muito para além do número de anos que as crianças passam na escola. Fatores como formação dos professores, infra-estruturas e acesso a recursos educativos são determinantes para a qualidade das aprendizagens.

Em conjugação com os objetivos do programa *Educação para Todos*, e de referência fundamental para orientações a nível da educação, os *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*<sup>2</sup> resultantes de um compromisso de atuação conjunta, em 2000, dos 189 Estados Membros das Nações Unidas, apresentam diretrizes claras sobre as metas de desenvolvimento preconizadas a nível mundial:

1. A erradicação da pobreza extrema e da fome;
2. O acesso ao ensino primário universal;
3. A promoção da igualdade de género e a autonomização da mulher;
4. A redução significativa da mortalidade infantil;
5. A melhoria da saúde materna;
6. O combate ao VIH/SIDA, à malária e outras doenças graves de grande propagação;
7. A garantia da sustentabilidade ambiental;
8. A criação de uma parceria global para o desenvolvimento.

## A cooperação em Timor-Leste

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) é um país jovem, a recuperar de uma profunda crise política. Com uma população estimada em 1 066 milhões de pessoas, e uma das mais elevadas taxas de natalidade do mundo, 62% da população tem menos de 24 anos (UNDP, 2011). Quase 40% da população com mais de 15 anos não recebeu qualquer educação e, da restante, um quarto não foi além da escola primária (SEFOPE & DNE, 2010). Em 2009 a taxa de escolarização era de 24,75% para o Pré-Secundário e de 11,74% para o Secundário (UNDP, 2011).

<sup>2</sup> Para mais informações, ver: [www.un.org/millenniumgoals](http://www.un.org/millenniumgoals); [www.undg.org/login.cfm](http://www.undg.org/login.cfm); [www.undp.org/mdg/](http://www.undp.org/mdg/)

A Educação é valorizada e assumida como competência do Estado, na Constituição da RDTL, responsabilizando-se aquele pela criação de um sistema público de ensino básico universal, obrigatório e gratuito. É no seguimento da Constituição que têm vindo a ser elaborados outros documentos, de cariz regulador, analítico e planificador, que visam contribuir para a consolidação do Sistema Educativo de Timor-Leste (Ramos e Teles, 2012).

Vários documentos produzidos recentemente assumem a Educação como prioritária para o desenvolvimento económico e social do País, bem como fundamental para a qualidade de vida das populações, saúde pública, igualdade entre géneros, inclusão social e promoção de cidadania [Programa do IV Governo Constitucional; Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste (2011-2030); Política Nacional de Educação (2006-2010); Plano Estratégico Nacional de Educação (2011-2015), entre outros]. A perspetiva de Educação presente nestes documentos segue orientações internacionais atuais, veiculadas em iniciativas como o Programa *Educação para Todos* e as *Décadas das Nações Unidas para a Literacia, Educação e Alfabetização (2003-2012)* e *para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)*, e orienta-se para o cumprimento dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*.

É neste contexto de valorização da Educação como prioridade para o desenvolvimento e sustentabilidade do País e autonomia do povo, e de reconhecimento da precariedade do sistema educativo de TL, sobretudo ao nível dos recursos humanos qualificados para a docência, que a RDTL solicitou o apoio de Portugal para a reestruturação curricular do Ensino Secundário Geral, celebrando um protocolo entre o Ministério da Educação de TL, o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). A Universidade de Aveiro foi a instituição convidada a desenvolver o Projeto: elaboração do Plano Curricular para o ciclo de estudos, dos Programas das disciplinas nele contempladas, e dos recursos didáticos de apoio (Manuais para alunos e Guias para professores), para todos os anos de escolaridade, articulados entre si.

A equipa da Universidade de Aveiro teve em conta as prioridades definidas pelas autoridades timorenses para o setor, e referenciais internacionais para o nível de estudos do ensino secundário, procurando fazer a contextualização social, cultural e geopolítica. Esta foi a via considerada capaz de contribuir para a melhoria sustentada da qualidade da educação formal, respondendo aos desafios urgentes que o País enfrenta. Para desenvolver o Projeto a equipa portuguesa integrou especialistas de todos os domínios disciplinares em causa (catorze disciplinas), com perfis diversos: professores do ensino superior e do ensino secundário, formadores de professores, especialistas em Didática, Ciências Exatas, Ciências Sociais, Línguas, Linguística, Literatura e Educação, autores de

programas curriculares e manuais para alunos do sistema educativo português. O trabalho desta equipa envolveu professores timorenses durante as missões realizadas em Timor-Leste e em Portugal, aquando da vinda de um grupo para um curso na Universidade de Aveiro. Pode, portanto, afirmar-se que se tratou de um trabalho de cooperação *com* Timor-Leste.

## Orientações para o Plano Curricular do Ensino Secundário Geral de Timor-Leste

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, além de servirem de mote ao trabalho proposto à equipa, foram tidos em conta na filosofia do plano curricular e são, ainda, transversais aos programas das disciplinas, o que permitirá a sua abordagem transdisciplinar.

No entanto, outros marcos internacionais relevantes, com especial impacto numa atividade de desenho de um plano curricular para o ensino, foram tidos em conta. É o caso da *Década das Nações Unidas para a Literacia, Educação e Alfabetização* (2003-2012) e da *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (2005-2014) (DEDS).

A primeira, diretamente relacionada com o programa de *Educação para Todos*, vê a alfabetização/literacia como uma orientação crucial para o processo de aprendizagem, atuando de forma decisiva e definitiva na valorização do indivíduo e do meio onde se insere. A questão educativa é, assim, entendida como central para o desenvolvimento. Em alguns aspetos ultrapassa mesmo o mero processo educativo inicial, revelando outras implicações ao nível da comunidade, como é o caso da melhoria das condições de saúde familiar. Existem ainda impactos em outras áreas como as taxas de fertilidade, os níveis de rendimentos gerados, assim como no crescimento da autoconfiança, da capacidade de iniciativa, no desempenho de cidadania participativa e no incremento da auto-estima cultural.

A segunda, DEDS, tem como objetivo «*integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspetos da aprendizagem com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos*», o que terá, necessariamente, especial impacto nos sistemas educativos, entendidos como agentes ativos da formação dos cidadãos e promotores das mudanças de comportamento individual e coletivo, de modo a assegurar a sobrevivência do ser humano e do Planeta.

O Projeto aqui relatado visa a criação de um Plano Curricular para o Ensino Secundário Geral (ESG) e correspondentes Programas disciplinares, originais para Timor-Leste e organizadores de práticas de ensino e de aprendizagem consentâneas com o desenvolvimento da sociedade. Em boa verdade o que

está em causa é mais do que uma reestruturação curricular pois, nesse caso, pretender-se-ia partir da estrutura existente e melhorá-la ou reformulá-la à luz do quadro atual de referências. Ora, o que existia antes (conjunto de listas de tópicos de conteúdos disciplinares específicos) não pode ser considerado como base de um processo de reestruturação curricular.

No entanto, o conceito de currículo evolui ao longo do tempo, consoante os fatores que nele intervêm. No plano teórico é possível encontrar centenas de definições de currículo nem sempre convergentes. O Currículo é uma construção social assente na consideração da importância para a formação do cidadão de um conjunto de disciplinas que nele devem estar compreendidas, considerando as aprendizagens que estas permitem alcançar, úteis para a vida em sociedade. O Currículo escolar define-se, pois, em função das aprendizagens que se visam alcançar. As disciplinas enquanto unidades constituintes de um currículo são nele integradas pela relevância das aprendizagens que proporcionam aos alunos e não apenas pela importância das próprias disciplinas. Nas sociedades atuais com acesso a muitas fontes de informação, os saberes e competências adquiridos e construídos em contexto escolar deverão proporcionar aos alunos formas de pensar e de organizar a informação recolhida em diferentes contextos para a transformar em conhecimento. Segundo alguns autores a função da escola evoluiu ao longo dos tempos deixando de ser «divulgar informação» para ser «fornecer quadros enquadradores do conhecimento e produzir instrumentos de construção de mais conhecimento». Os programas das disciplinas são instrumentos do Currículo, organizadores de aprendizagens (saberes, competências, valores) enunciadas e que os alunos deverão alcançar (Goodson, 2001; Roldão, 2003).

## O Plano Curricular do Ensino Secundário Geral de Timor-Leste

Sendo objetivos do Ensino Secundário de Timor-Leste, segundo a Lei de Bases da Educação, artigo 15.º, dar sequência e aprofundar a aprendizagem adquirida no Ensino Básico, completando e desenvolvendo a formação dos alunos com vista ao aprofundamento de competências, importa definir uma estrutura curricular que viabilize o quadro de objetivos traçados.

O Plano Curricular do ESG deverá ser um instrumento organizador do trabalho das Escolas (professores, alunos, estruturas diretivas), permitindo aos alunos escolher uma de duas vias de formação, de nível secundário, «Ciências e Tecnologias» ou «Ciências Sociais e Humanidades», que os habilite a entrarem na vida ativa ou a prosseguirem estudos superiores. Para ambas as vias implica conceber, desenvolver e implementar programas e recursos didáticos (para alunos e professores). Ambas as vias de estudo deverão contribuir para promover

a consciencialização sobre problemas atuais, a maioria dos quais de natureza multifacetada. Requer-se, complementarmente, que se abordem formas de resolver ou mitigar esses problemas, valorizando exercícios de cidadania e o papel da escola aberta à comunidade, numa ética de responsabilidade partilhada, que melhorem as condições de desenvolvimento sustentável em Timor-Leste nas dimensões social, económica, cultural, científica, tecnológica e ambiental.

Tomam-se como princípios orientadores do Currículo os seguintes, na esteira do que é preconizado pelas Nações Unidas.

1. Ter em consideração as finalidades da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS-NU), da Década de Literacia (DL-NU) e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (MDM-NU);
2. Contribuir para melhorar a qualidade de vida, reduzir a pobreza e estimular uma cidadania ativa e democrática, através da valorização do desenvolvimento de competências;
3. Reconhecer a importância da relação entre conteúdos disciplinares e metodologias de ensino e de aprendizagem orientados para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS);
4. Contribuir para a EDS articulando saberes de ciências naturais, ciências sociais, tecnologias, línguas, cultura e educação ambiental, perspetivando essa articulação num contexto amplo englobando fatores socioculturais e questões sociopolíticas como pobreza, equidade, democracia e qualidade de vida;
5. Valorizar e promover competências de pensamento crítico e de resolução de problemas que capacitem para a abordagem, com confiança, de temas e problemas segundo perspetivas de desenvolvimento sustentável.

Estes princípios visam construir um Currículo que permita aos alunos alcançarem competências para intervir, no futuro, com autonomia e criatividade, tornando-se capazes de encontrar soluções flexíveis e sustentáveis para desafios de índole social, cultural, económica e ambiental. Tais competências deverão ser consideradas como construídas de forma integrada ao longo do currículo e importantes para apoiar, de forma sustentada, a aprendizagem continuada ao longo da vida. Embora os contributos das disciplinas sejam distintos e portanto possam ser vistas como tendo papéis diferentes, assume-se como muito relevantes cinco competências: (i) competências do foro linguístico que permitam o acesso fácil a fontes de informação e potenciem a comunicação oral e escrita; (ii) competências sociais, cívicas e culturais que habilitem cada um para compreender a natureza multicultural e plural das sociedades, seja nos contextos local, regional ou global; (iii) competências digitais para usar sistemas

de comunicação e adaptar-se a tecnologias do futuro; (iv) competências em Ciências e Tecnologias que permitam acompanhar e aprofundar conhecimentos sobre o mundo natural e sobre as implicações nele da atividade humana; (v) competências em Ciências Sociais e Humanidades que permitam desenvolver uma cultura humanística capaz de ser usada na compreensão de questões sociais enquadradas em contextos culturais e geopolíticos.

## Das intenções à organização curricular

A concretização de um plano curricular exige ter como referência as finalidades do ciclo de estudos e as competências a desenvolver pelos alunos. Tendo em conta o carácter geral do ciclo, habilitar para prosseguimento de estudos mas também para inserção em atividade laboral, o mesmo não é generalista, por dever aprofundar saberes específicos que serão bases de estudos de nível superior, os quais terão de satisfazer uma pré-especialização. Assim existem dois ramos alternativos (Ciências e Tecnologias ou Ciências Sociais e Humanidades) que partilham um tronco comum, a Componente Geral. É objetivo do Ensino Secundário Geral formar jovens que possam contribuir para o desenvolvimento do seu País – na política, na educação, na saúde, na administração pública, no comércio, na indústria, nos serviços, no turismo e em todos os sectores da sociedade. A organização da matriz curricular de cada componente de formação deve, por isso, estar orientada para as finalidades formativas respetivas.

A **Componente Geral**, comum a todos os alunos, compreende disciplinas de *Tétum, Português, Inglês, Indonésio, Cidadania e Desenvolvimento Social, Tecnologias Multimédia, Religião e Moral, Educação Física e Desporto*. Com estas disciplinas pretende-se contribuir para:

1. O desenvolvimento e consolidação de competências linguísticas, comunicativas, interculturais, interpessoais e digitais;
2. A valorização consciente da tradição e da pluralidade, enquanto fatores de aprofundamento da identidade;
3. O desenvolvimento de atitudes e comportamentos de cidadania empenhada e participativa a nível local, nacional e global;
4. A promoção de interações da escola com a comunidade, como meio difusor e replicador de aprendizagens, adoção de estilos de vida saudáveis, consciencialização do direito à igualdade de oportunidades e desenvolvimento de confiança no futuro;
5. A apropriação de hábitos de trabalho autónomo, cooperativo e colaborativo, reveladores de espírito de iniciativa, pensamento crítico, capacidade de



resolução de problemas, criatividade, resistência à adversidade, respeito pela diferença e pela diversidade;

6. O desenvolvimento de competências de pesquisa, seleção e avaliação de informação e capacidades de participação na co-construção de conhecimento.

A **Componente de Ciências e Tecnologia** (C&T) engloba as disciplinas de *Biologia, Física, Geologia, Química e Matemática*. São finalidades da componente C&T, promover:

1. A consolidação da formação técnico-científica e pessoal dos jovens alunos visando o ingresso no ensino superior em áreas como engenharia, ciências da saúde, formação de professores, entre outras, valorizando a autonomia na formação de profissionais qualificados;
2. O reconhecimento de condições materiais e humanas necessárias à tentativa de resolver problemas, bem como da importância de mobilizar competências em ciências e tecnologias necessárias a tal desempenho;
3. A compreensão da multiplicidade de fatores que podem contribuir para o agravamento de problemas atuais, em particular os que são relacionáveis com a ciência e a tecnologia;
4. A promoção de tomadas de consciência das principais problemáticas atuais, com dimensões científicas e tecnológicas;
5. O desenvolvimento de uma perspetiva de interdisciplinaridade, capaz de articular saberes próprios das disciplinas científico-tecnológicas, e de outras, no âmbito de uma matriz social;
6. O aprofundamento de competências linguísticas, nucleares em Ciências Físico-Naturais e Matemática;
7. A valorização do pensamento crítico e da capacidade de argumentação relativamente a temáticas científico-tecnológicas, visando a promoção de uma literacia e cidadania intervenientes.

A **Componente de Ciências Sociais e Humanidades** (CS&H) compreende as disciplinas de *História, Geografia, Temas de Literatura e Cultura, Sociologia e Economia e Métodos Quantitativos*, oferecendo um percurso orientado para:

1. O desenvolvimento de conhecimentos na área das Ciências Sociais e Humanidades, com vista a uma maior consciencialização da riqueza e da diversidade que caracteriza o Ser Humano e o Mundo (compreensão crítica da diversidade local e global);
2. A consolidação de competências linguísticas e comunicativas fundamentais para o desenvolvimento pessoal e para a participação social;

3. A valorização e consolidação de competências de leitura de diferentes tipos, em suportes distintos e com objetivos diversificados, entendendo-a enquanto atividade que superando largamente a mera descodificação de linguagens, implica interpretação, construção de conhecimento, avaliação e diálogo;
4. A consolidação de competências de análise e de interpretação da informação com vista à intervenção em situações reais, à construção de conhecimento e à formação pessoal e social;
5. A valorização de uma cultura humanística e consolidação de valores individuais e comunitários conducentes a atitudes de cidadania;
6. A promoção da reflexão sobre a identidade nacional a partir do conhecimento aprofundado de Timor-Leste e da posição do País no contexto mundial das relações políticas, sociais, económicas e culturais entre as diferentes sociedades e civilizações;
7. O desenvolvimento da capacidade de análise, formulação e resolução de problemas do foro socioeconómico, alargando formas de pensar e perspetivar relações e contextos sociais.

A operacionalização das finalidades das três Componentes é feita através dos Programas das disciplinas integrantes, nos quais são explicitadas as finalidades próprias, os temas e conteúdos específicos a abordar, as metodologias de trabalho a seguir e as metas de aprendizagem que os alunos deverão alcançar. A articulação intradisciplinar dos Programas para os três anos de escolaridade foi uma orientação seguida mas foi também uma preocupação a articulação entre disciplinas da mesma componente.

Reconhece-se, no entanto, que para a boa execução de uma proposta curricular é necessário ter documentos didáticos para alunos e professores. Esta condição é tanto mais importante quanto mais carenciado é o País em recursos educativos e mais precária é a formação dos professores. Conjugando-se estes dois elementos em Timor-Leste, o Projeto de reestruturação curricular do Ensino Secundário Geral contemplou a elaboração de Manuais para alunos e Guias do professor para todas as disciplinas e para os três anos de escolaridade, documentos preparados pelas mesmas equipas que elaboraram os Programas. Deste modo pôde assegurar-se a otimização da articulação entre os instrumentos de política educativa, os Programas disciplinares, e recursos didáticos para os alunos onde se concretizam os temas propostos e a profundidade do seu tratamento, com vista ao alcance das metas de aprendizagem enunciadas.

Como, no entanto, as perspetivas de ensino, de aprendizagem e de avaliação são diversas com diferentes repercussões nos resultados da aprendizagem, tal

como tem vindo a ser largamente documentado em trabalhos de investigação conduzidos em muitos países, foi necessário conceber Guias didáticos para professores onde se explicitaram princípios e orientações metodológicas para a organização do trabalho com os alunos. A interpretação destes Guias pelos professores não é isenta de incertezas, dado a deficiente preparação teórica e as práticas de ensino vigentes, mas eles constituem o suporte para cursos de formação contínua de professores que vierem a ser organizados. Também na formação inicial os futuros professores encontrarão aqui orientações que importará analisar.

### Considerações finais

O novo Plano Curricular encontra-se em fase inicial de implementação, com muitas carências nas condições de partida. Compreende-se que a decisão do Ministério da Educação da RDTL de implementar o 10.º ano no presente ano letivo (2012) constituiu um incentivo para todos os intervenientes no sistema educativo, professores, escolas e Órgãos de gestão intermédia se consciencializarem sobre a necessidade da mudança. Embora a medida não seja isenta de riscos dadas as carências na formação de professores, na organização das escolas para a gestão do novo Currículo, na falta de infraestruturas adequadas às alterações curriculares preconizadas, o confronto de professores e alunos com outras perspetivas de ensino pode ser muito positiva, desde que os professores se sintam apoiados para executar as mudanças preconizadas. Os programas de formação contínua de professores em desenvolvimento e alguns em curso na RDTL são promissores quanto a esse efeito. Mas, e além disso, é necessário que a reforma do ciclo de estudos anterior, agora iniciada, produza os seus efeitos, isto é, que prepare os jovens para iniciarem o Ensino Secundário segundo o novo Plano Curricular. Conceber Programas e recursos didáticos ajustáveis a uma nação com tantas carências é uma tarefa difícil que requer muito trabalho com entidades diversas e professores timorenses. É preciso definir as metas de aprendizagem a alcançar nos temas disciplinares específicos, quais as competências que os alunos deverão ser capazes de evidenciar no final do ciclo de estudos, e conceber metodologias e percursos de aprendizagem contextualizados do ponto de vista social, económico e cultural, sem no entanto esquecer a época e o momento histórico que se atravessa. É este o trabalho da cooperação: contribuir para a definição dos instrumentos, em parceria com os seus utilizadores, e ajudar a definir percursos de crescimento e desenvolvimento autónomos. Serão os timorenses, responsáveis educativos e professores, a implementar no terreno o plano definido.

Estamos conscientes que nenhuma reforma / reestruturação é transferível de um País para outro onde as condições e referenciais são muito diferentes. É preciso um longo e continuado trabalho de pesquisa mas é também necessário ter uma enorme ambição para projetar um Currículo alcançável através de um plano rigoroso, criteriosamente acompanhado e avaliado. Só assim poderemos contribuir para a realização do Plano Estratégico de Desenvolvimento para Timor-Leste (2011-2030), onde se releva a maximização da educação, a par da saúde, do combate à pobreza e da qualidade de vida como indispensáveis para o desenvolvimento da jovem Nação.

### Referências bibliográficas

- Goodson, Ivor F. (2001). *O Currículo em Mudança – Estudos na construção social do currículo* (tradução de Jorge Ávila de Lima). Porto: Porto Editora. (ISBN: 972-0-34809-7).
- Ramos, Ana Margarida & Teles, Filipe (2012). *Memória das Políticas Educativas em Timor-Leste: A consolidação de um Sistema (2007-2012)*. Aveiro: Universidade de Aveiro (ISBN: 978-989-20-2986-3).
- Roldão, Maria do Céu (2003). *Diferenciação Curricular Revisitada – Conceito, discurso e práxis*. Porto: Porto Editora. (ISBN: 972-0-34817-8).

### Relatórios

- RDTL & UN (2009). *The Millenium Development Goals, Timor-Leste National Report*. Díli: Government of The Democratic Republic of Timor-Leste and The United Nations System.
- SEFOPE & DNE (2010). *Timor-Leste Labour Force Survey 2010*. Díli: Secretaria de Estado da Formação Profissional e do Emprego & Direcção Nacional de Estatística.
- UNDP (2011). *Timor-Leste Human Development Report 2011 – Managing Natural Resources for Human Development, developing the non-oil economy to achieve the MDGs*. Díli: United Nations Development Program.
- UNESCO (2010). *Education for All Global Monitoring Report – General Overview East Asia and the Pacific*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

## Legislação

- Decreto-Lei N.º 47/2011 de 19 de Outubro – *Aprova o plano curricular do Ensino Secundário Geral e o respectivo regime de implementação*. Jornal da República N.º 38 – Série I. Díli: Governo da República Democrática de Timor-Leste.
- Decreto-Lei nº 2/2008, de 16 de Janeiro – *Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação*. Jornal da República N.º 1 – Série I. Díli: Governo da República Democrática de Timor-Leste.
- Governo da República Democrática de Timor-Leste (2007). *Programa do IV Governo Constitucional 2007-2012, aprovado pelo Parlamento Nacional a 15 de Setembro de 2007*. Díli: Governo da RDTL.
- Governo da República Democrática de Timor-Leste (2011). *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste (2011-2030). Versão apresentada ao Parlamento Nacional*. Díli: Governo da RDTL.
- Lei nº 14/2008, de 29 de Outubro – *Lei de Bases da Educação*. Jornal da República N.º 40 – Série I. Díli: Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste.
- ME-RDTL (2010). *Plano Estratégico Nacional de Educação (2010-2015)*. Díli: Ministério da Educação da República Democrática de Timor-Leste. Versão digital não publicada. Díli: Ministério da Educação da RDTL.
- Resolução do Governo nº 3/2007, de 21 de Março – *Aprova a Política Nacional de Educação 2006-2010*. Jornal da República N.º 6 – Série I. Díli: Governo da República Democrática de Timor-Leste.

# O Projeto ForLingu@Moz: ensino e investigação do Português em Moçambique

ANTÓNIO MORENO

Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro

O projeto ForLingu@Moz (Formação em Rede para o Desenvolvimento da Língua Portuguesa em Moçambique), daqui em diante designado como ForLíngua, foi criado e desenvolvido no âmbito do projeto Pensas@Moz (Plataforma de Ensino Assistido de Moçambique), daqui em diante designado como Pensas.

Este último projeto de cooperação conta já com oito anos de existência, tendo sido criado na Universidade de Aveiro, com o apoio do anterior IPAD (atualmente Instituto Camões - Instituto da Cooperação e da Língua) e em colaboração com o Ministério da Educação de Moçambique.

O principal objetivo do Pensas é o de contribuir para «uma melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem em Moçambique»<sup>1</sup>. Como meio fundamental para alcançar este objetivo, foi criada uma rede de núcleos, designados como centros Pensas, em escolas ou institutos de formação de professores nas diversas províncias de Moçambique, exceto, tendo em conta a vocação descentralizadora do projeto, na província de Maputo. A implantação do Pensas no território moçambicano e a sua relação com instituições locais pode ver-se no seguinte quadro:

<b>Centros Pensas</b>	
<b>Cidade</b>	<b>Instituição</b>
Chokwé	Escola Secundária do Chokwé
Inhambane	Escola Secundária Emília Daússe
Beira	Colégio Académico da Beira

<sup>1</sup> Tal como pode ler-se no texto de apresentação do projeto no sítio do Pensas@Moz, consultado em março de 2012 (<http://www.pensas.ac.mz/>).

<b>Centros <i>Pensas</i></b>	
<b>Cidade</b>	<b>Instituição</b>
Nampula	Escola Lusófona
Tete	Escola Secundária Heróis Moçambicanos - Moatize
Nacala	Escola Luís de Camões
Chimoio	Escola Samora Moisés Machel
Lichinga	Instituto de Formação de Professores de Lichinga
Quelimane	Instituto de Formação de Professores de Quelimane
Pemba	Instituto de Formação de Professores de Pemba – Alberto Chipande

Através de uma Plataforma de Ensino Assistido, suportada por uma rede de computadores que liga os diferentes centros e permite o acesso à Internet, o *Pensas*, para além das suas atividades regulares (organização de conferências e ações de formação, edição de uma revista e de manuais impressos ou digitais), promove ainda diversas iniciativas, nomeadamente, bienais de Matemática e de Português, competições regionais de Matemática e de Português e encontros de investigadores da CPLP.

Inserido no projeto *Pensas*, o projeto *ForLíngua* introduz uma componente de formação pós-graduada em língua portuguesa e em literaturas de expressão portuguesa, promovendo em Moçambique cursos de especialização de média e longa duração e de mestrado.

Dois cursos de especialização com a duração de um ano foram já lecionados, um em Nampula e outra na Beira, em 2010 e 2011. Um terceiro curso de especialização abriu em 2011 em Inhambane e, no mesmo ano, foi também iniciado um curso de mestrado na Beira. Precisamente porque se trata de formação de pós-graduação, os estudantes que frequentaram ou frequentam os curso são licenciados e exercem atividade docente no ensino secundário ou superior. A realização dos cursos conta também com a colaboração de instituições moçambicanas. Por exemplo, a realização do mestrado na Beira tem como parceiro local a Universidade Zambeze (UniZambeze).

As duas áreas essenciais de ensino e investigação, promovidas no âmbito do *ForLíngua*, são a língua portuguesa e as literaturas de expressão portuguesa. A estas duas, junta-se uma terceira área de formação em informática que, apesar de instrumental, é, no entanto, essencial para garantir o sucesso dos cursos, já que estes são lecionados em regime de *blearning*.

O ensino do português em Moçambique coloca, a um projeto como o *ForLíngua*, duas questões prévias que não devem ser encaradas como dificuldades, mas antes como parte fundamental de uma reflexão essencial à estruturação do projeto e à definição dos seus objetivos: por um lado, a relação com uma nova

e distinta realidade política, económica e social e, por outro lado, a relação com uma sociedade multilingue.

Em relação à primeira questão, a da relação com um nova realidade que necessariamente condiciona o processo de ensino e aprendizagem, o ForLíngua, inserindo-se e recuperando uma experiência e um conhecimento anteriores (possíveis graças ao projeto *Pensas*), não é uma *criatio ex nihilo* desconhecadora do contexto no qual se insere. Para além disso, a colaboração com instituições locais, sendo uma necessidade logística, foi também entendida, não como um ornamento, mas antes como uma condição que contribui para garantir o sucesso do projeto e que pode propiciar colaborações futuras.

Em relação à segunda questão, a do ensino e aprendizagem da língua portuguesa numa sociedade multilingue, são diversas as especificidades que inevitavelmente terão de ser consideradas. Tais especificidades não condicionam apenas a componente estrita de ensino-aprendizagem (correspondente às várias unidades curriculares que compõem o curso), mas terão principalmente de ser tidas em conta na investigação que deverá ser desenvolvida autonomamente pelos formandos, já que os cursos ministrados são de pós-graduação.

Talvez uma das questões mais importantes neste âmbito seja a da relação entre o português e as línguas bantu faladas em Moçambique.

A língua portuguesa tem sido encarada pelas autoridades moçambicanas como língua oficial, como língua veicular e como língua de unidade nacional. Esta política linguística, sistemática e consequente, tem dado resultados. Efetivamente, se compararmos o censo de 1980 com o censo de 1997, constata-se um aumento do número de falantes do português em Moçambique (Firmino 2008:1-4):

	Censo de 1980	Censo de 1997
Falantes do português língua materna (L1)	1,2%	6%
Falantes bilingues (L1 bantu; L2 português)	23,2%	33%
Não falantes de português (falantes de uma língua bantu)	75,6%	61%
Falantes totais do português (como L1 ou L2) <sup>32</sup>	24,4%	39%

Como pode verificar-se pela leitura da tabela apresentada, os falantes de português como L1 aumentaram 4,8%, entre 1980 e 1997, e os falantes de português L2 aumentaram 9,8% no mesmo período. O número total de falantes do português subiu 14,6% e, consequentemente, o número de falantes de apenas

<sup>2</sup> São usadas as designações L1 e L2 no sentido genérico de, respetivamente, língua materna e língua estrangeira, pois estas são as expressões frequentes na literatura. No entanto, em alguns casos, o português pode ser não uma segunda, mas uma terceira língua.



uma língua bantu, ou seja, não falantes do português L1 ou L2, desceu, obviamente, no mesmo valor. Não há dados que permitam concluir se o aumento de número de falantes do português constitui um risco potencial para as línguas bantu. De qualquer modo, é uma hipótese a considerar, sobretudo se as línguas bantu forem sentidas pelas elites culturais e políticas moçambicanas e, o que seria ainda mais grave, pela população em geral, como socialmente desprestigiadas. No entanto, em sentido contrário, tem-se verificado nas últimas décadas um renovado interesse pelo estudo, divulgação e preservação das línguas bantu de Moçambique, nomeadamente graças aos trabalhos da equipa NELIMO (Centro de Estudos de Línguas Moçambicanas) da Universidade Eduardo Mondlane.

De acordo com os dados do censo de 1997, o falante de português é, tipicamente, urbano, homem e jovem. Com efeito, o português é falado por 72% da população urbana, mas apenas por 25% da população rural (3% não sabe/não responde). Por sua vez, entre os falantes de português como L1, 56% dos falantes são de sexo masculino contra 44% do sexo feminino. Os dados indicam ainda que, entre os falantes de português como L1, a maior percentagem se situa na faixa dos 10 aos 20 anos.

Maputo é, como seria expectável, a cidade onde se concentra um maior número de falantes de português: 87% dos inquiridos declarou saber falar português. Para 25% (destes 87%) o português é L1 e para 36% é a língua mais falada.

O aumento do número de falantes de português está associado a determinadas mudanças sociológicas. Por um lado, o português é cada vez menos a língua de uma elite social, ligada ao estado e à administração, e cada vez mais a língua de variados grupos sociais. Por outro lado, de uma língua pública, associada precisamente às atividades do estado e da administração, o português está também a invadir os domínios da vida privada, nomeadamente ao nível do convívio social e familiar.

No entanto, apesar do seu estatuto político particular, o português é, em Moçambique, uma língua entre muitas outras. Não é, porém, possível estabelecer de modo indiscutível quantas são essas outras. Efetivamente, as fontes divergem quanto ao número de línguas bantu faladas em Moçambique.

O primeiro relatório NELIMO (1989) lista 20 línguas. Em contrapartida, o *Ethnologue*, na sua edição de 1996, refere 32 e, na edição de 2009, refere 41. Estas discrepâncias no número de línguas são compreensíveis dadas as tradicionais dificuldades em estabelecer limites linguísticos claros entre línguas e variações dialetais.

De qualquer modo, o censo de 1997 identifica claramente as 5 línguas bantu mais faladas em Moçambique<sup>3</sup> (Firmino 2008:1-2):

Línguas bantu L1	Falantes
Macua/Emakhuwa	26%
Tsonga/Xichangana	11%
Lomwe/Elomwe	8%
Sena/Cisena	7%
Chuabo/Echuwabo	6%
<b>Total</b>	<b>58%</b>

(Outras línguas bantu: 33%; português L1 6%; outras línguas: 3%)

Apesar dos seus modestos 6% de falantes nativos, o português tem duas características sociológicas fundamentais. Em primeiro lugar, ao contrário das línguas bantu, o português não tem um carácter regional, não estando a sua utilização circunscrita a um território específico e limitado. Com efeito, o português é a única língua transversal, ou seja, a única falada em todo o território moçambicano. Em segundo lugar, o português pode também funcionar, pelo menos a nível oficial, como uma língua interétnica, uma língua capaz de assegurar a comunicação entre comunidades, principalmente quando não existe intercompreensão entre as respetivas línguas.

As relações entre o português e as línguas bantu não devem, de modo nenhum, ser entendidas como antagónicas. Se é verdade que a moçambicanidade está, entre outros aspetos, associada à recuperação das línguas autóctones, como vulgarmente se entende, também não é menos verdade que a moçambicanidade está necessariamente associada à construção de um português *de* Moçambique (e não de um português *em* Moçambique), que será inevitavelmente diferente das outras variantes do português, incluindo evidentemente o português europeu.

Nesta construção de um português de Moçambique, a influência das línguas bantu será, sem dúvida, um elemento essencial, ainda que por vezes seja difícil determinar com precisão o seu impacto. A influência das línguas bantu tem sido produtivamente estudada e deu já origem a uma considerável bibliografia<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Para referir as línguas bantu faladas em Moçambique são empregues ao longo deste texto a designação vulgar seguida da designação proposta nos relatórios NELIMO.

<sup>4</sup> Cf., por exemplo, a bibliografia organizado por Perpétua Gonçalves e Francisco Vicente, disponível no sítio da Cátedra «Português Língua Segunda e Estrangeira» da Universidade Eduardo Mondlane ([www.catedraportugues.uem.mz/](http://www.catedraportugues.uem.mz/)).

Alguns dos textos desta bibliografia serão mencionados para exemplificar, nas áreas linguísticas da fonética, do léxico e da sintaxe, a influência das línguas bantu na construção do português de Moçambique.

Convém, no entanto, sublinhar dois aspetos prévios. Primeiro, nem todos os desvios<sup>5</sup> motivados pelas línguas bantu irão participar numa futura norma do português de Moçambique. Segundo, em alguns casos a origem do desvio pode ser polémica: ou influência das línguas bantu ou outros fatores ainda não claramente determinados.

Na área da fonética, um dos exemplos mais frequentemente mencionados é, talvez, o do macua (emakhuwa), língua falada numa vasta região do norte de Moçambique. Com efeito, esta língua não contém no seu sistema consonântico as oclusivas orais vozeadas [b], [d] e [g]. Por esta razão, estes sons consonânticos do português em falantes nativos do macua (emakhuwa) são por vezes substituídos pelos sons correspondentes não vozeados, respetivamente, [p], [t] e [k]. Deste modo, palavras como, por exemplo, “bolo” e “digo” são articuladas como “polo” e “tigo” (Sitoe & Ngunga (2000:179); Gonçalves (2010:42)).

No tsonga (xichangana<sup>6</sup>), língua falada em Gaza, no sul de Moçambique, o sistema consonântico não contém a vibrante simples [r]. Assim sendo, pode verificar-se a substituição desta consoante pela vibrante múltipla [R]. Palavras como “areia” e “herói” poderão ser então pronunciadas como, respetivamente, “arreia” e “herrói”. Alguns fenómenos de hipercorreção podem explicar que, nalguns casos, em falantes nativos do tsonga (xichangana), palavras como “caro” sejam, por sua vez, articuladas como “carro” (Gonçalves 2010:42).

Como um terceiro caso, ainda ao nível da fonética, pode referir-se o fenómeno de desvelarização da lateral apicoalveolar. No português europeu, principalmente quando em posição final de sílaba, a articulação da lateral apicoalveolar ([l]) adquire uma articulação secundária velar. Tal articulação secundária pode não se verificar no português falado em Moçambique por influência das línguas bantu. Neste caso é introduzida uma vogal de apoio, dita epentética, que, para além de acrescentar uma sílaba à palavra, obriga a lateral a ocupar a posição inicial de sílaba e, conseqüentemente, a perder a velarização. Uma palavra como “maldade”, com [l] desvelarizado, seria então pronunciada como “mal(e)dade”, e, em vez de 3 sílabas, a palavra passaria a conter quatro (mal-da-de/ma-l(e)-da-de) (Mutsuque 2010).

Em rigor, no estudo deste fenómeno, apenas se pode falar de desvelarização na medida em que o português europeu é usado como padrão e, assim sendo, a velarização de [l] em posição final de sílaba seria então norma. Note-se, no entanto,

<sup>5</sup> O termo «desvio» deve entender-se na relação com um padrão estabelecido a partir do português europeu.

<sup>6</sup> Em rigor, o termo tsonga designa três línguas, sendo uma delas o xichangana. Cf. Sitoe & Ngunga (2000:177).

que no português do Brasil, a velarização não se verifica, sendo substituída por uma semivocalização: passagem da lateral [l] a uma semivogal [w], como, por exemplo, em Brasil [braziw].

A desvelarização de [l] em final de sílaba por introdução de uma vogal epentética poderia talvez ser entendida como parte de um fenómeno mais geral: a reconstrução do padrão silábico Consoante+Vogal (Gonçalves 2010:41). À semelhança do que se verifica no português do Brasil, haveria a tendência para anular grupos consonânticos. Assim, palavras como “querido” seria articulada como [keridu] ou [kiridu] e não como [kridu].

Na área do léxico, o fenómeno mais visível é, sem dúvida, o dos empréstimos lexicais. Palavras das línguas bantu são recuperadas e introduzidas, com maiores ou menores alterações, na comunicação quotidiana em português. Podem citar-se, a partir de Firmino (2008:16), alguns exemplos entre outros.

Um termo como “navelar”, com a significação de ‘desejar ou ansiar por alguma coisa’, foi importado do ronga (xironga) e do tsonga (xichangana): a partir de “ku-navela”, o acréscimo do sufixo “ar” permitiu formar um verbo. Talvez o exemplo mais interessante, por ser de um realismo desconcertante mas certo, seja o da palavra “dumba-nengue”, importada igualmente do ronga (xironga) e do tsonga (xichangana). Na sua origem bantu, este termo significa ‘confiar nas pernas’ (de “ku-dumba”, ‘confiar’) e “nengue” (‘pé/perna’), mas é empregue para designar os mercados informais de rua que, por serem mais ou menos ilegais, obrigam os vendedores a retiradas apressadas quando aparece a polícia.

E, por último, pode referir-se a palavra “khanimambo”, também por empréstimo do ronga (xironga) e do tsonga (xichangana). Por ser uma palavra sobejamente conhecida, é dispensável indicar o seu significado.

Porém, as transferências lexicais podem também estabelecer-se em sentido inverso, ou seja, não das línguas bantu para o português, mas do português para as línguas bantu. Podem citar-se duas palavras do português que, entre outras, foram integradas no tsonga (xichangana): a palavra “pão” deu origem a “pawà” e “armazém” originou “rùmàzeyá”. Ambas as palavras conservam no tsonga (xichangana) os significados que têm no português (Gonçalves & Siteo (1999) *apud* Brito (2006-07)).

Passando agora para a área da morfossintaxe, podem explicitar-se brevemente, a partir da literatura existente, alguns casos ilustrativos de interferências das línguas bantu no português. Os casos que serão apresentados são fundamentalmente no domínio da morfossintaxe, mas, por vezes, envolvem também considerações no âmbito da semântica.

Um desses casos é o da passiva dativa, construção admitida pela maior parte das línguas bantu: o complemento indireto (dativo) de uma frase ativa pode

desempenhar a função de sujeito (nominativo) de uma frase passiva. A influência desta possibilidade sintática das línguas bantu reflete-se em frases passivas como *Nós fomos ditos que hoje não há aulas*, que seria a transformação da ativa *Disseram-nos que hoje não há aulas*: o complemento indireto “nos” da ativa foi transformado no sujeito “nós” da passiva correspondente (Firmino 2008:17). No português europeu a passiva seria apenas *Foi-nos dito que hoje não há aulas*, sendo preservada a função de complemento indireto de “nos” na passagem da forma ativa para a passiva. A passiva dativa não é uma possibilidade sintática exclusiva das línguas bantu, podendo ocorrer em outras línguas, nomeadamente indo-europeias, como, por exemplo, o inglês: a uma frase ativa como *They gave me a watch* poderiam corresponder duas frases passivas: a) *A watch was given to me* e b) *I was given a watch*. Na frase a), o pronome “me” mantém a função de complemento verbal, mas em b) desempenha a função de sujeito, tendo sido substituído pelo pronome (nominativo) correspondente “I”.

Para ilustrar um segundo caso de influência das línguas bantu a nível morfossintático será interessante referir a questão da regência verbal. Com efeito, a regência verbal será talvez um dos temas mais reconhecíveis e mais estudados. Modificações na relação entre verbos e complementos verbais podem constatar-se não só no português falado em Moçambique, mas também em muitos textos literários de autores moçambicanos.

Uma dessas modificações transforma um verbo de regência indireta num verbo de regência direta. Com efeito, alguns verbos que no português europeu regem um complemento por intermédio de uma preposição (um SP) podem, no português falado em Moçambique, reger um complemento sem preposição (um SN). Esta diferença é visível em frases como *Até há filhos que batem os pais* e *O detetive desconfiou um indivíduo*. Em português europeu os verbos “bater” e “desconfiar”, nestes contextos, acompanham, respetivamente, as preposições “em” e “de”. Segundo Gonçalves (2010:47), este fenómeno pode ter como causa o facto de, nas línguas bantu, verbos como os exemplificados, que integram uma classe semântica de verbos agentivos que regem um objeto afetado pela ação verbal, selecionarem tipicamente um complemento direto e não um complemento preposicionado.

Um terceiro caso ilustrativo pode ser exemplificado em frases onde ocorre um pronome reflexivo que não tem, no entanto, um valor reflexivo estrito: *Parecia trocar-se dele* e *A senhora desconfiou-se este senhor*. Efetivamente, em ambas as frases, o pronome “se” não indica uma identificação referencial entre o sujeito e o complemento como é típico em frases como *O João lavou-se* (“O João lavou o João”). De acordo com Gonçalves (2010:51), as línguas bantu dispõem de “um reflexivo que permite interpretar o SN sujeito (...) como beneficiário da ação

descrita pelo verbo”. A função do reflexivo seria então a de enfatizar o papel do sujeito, marcando-o como afetado pela ação designada pelo verbo (e não propriamente como um agente).

Tal como anteriormente se referiu, em certos casos é problemático determinar se as especificidades do português falado em Moçambique resultam de uma influência das línguas bantu e/ou de outros fatores. A ausência do artigo no sintagma nominal em frases como *Casa do meu irmão está abandonada* e *Recebi telefonema* permite ilustrar um desses casos. No português europeu, nas frases exemplificadas, os nominais “casa” e “telefonema” seriam acompanhados do respetivo artigo. Note-se, porém, que em português europeu a não ocorrência do artigo também se pode verificar em alguns contextos. Compare-se *Ele comeu um/o pão* com *Ele comeu pão*.

A não ocorrência de artigo em português europeu tem, porém, valores semânticos particulares, sendo por isso mais adequado, nestes casos, referir que se trata da ocorrência de determinante zero e não simplesmente de ausência de artigo (Correia 2002:183-224). Seria uma hipótese produtiva tentar determinar se a ausência de artigo também no português de Moçambique não é simplesmente um caso estrito de ausência de artigo, mas antes de presença do determinante zero. Tal hipótese implicaria um estudo sistemático e comparativo entre frases em que fosse possível confrontar a presença e a ausência de artigo, tentando assim determinar as variações semânticas envolvidas. Gonçalves (2010: 53) refere que um dos contextos em que se verifica a omissão de artigo se relaciona com “operações de quantificação universal, em que uma dada propriedade é atribuída a todos os elementos de um conjunto”. Tal contexto está presente em frases como *Religiões nunca serviram para aproximar os homens* e *Ele defende que deuses existem dentro do cérebro*. Estas frases, aceitáveis em alguns contextos em português europeu, poderiam ser produtivamente estudadas no confronto com outras equivalentes onde os nominais “religiões” e “deuses” ou outros do mesmo tipo ocorressem antecidos dos respetivos artigos.

A não ocorrência do artigo no português falado em Moçambique, como nos exemplos dados, poderia verificar-se por influência das línguas bantu, já que estas não possuem artigos. No entanto, Brito (2006-7) coloca também a hipótese de tal não ocorrência do artigo ser a manifestação mais geral de uma tendência presente em várias línguas do mundo.

## Em jeito de conclusão

Na edição *online* do Canal de Moçambique, de 7 de outubro de 2008, é publicada uma notícia, intitulada “Língua Portuguesa em risco?”, onde se pode ler o seguinte:

*Uma mistura de português e dialectos locais parece estar a gerar um novo idioma em alguns Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e alguns estudiosos temem que, se nada for feito, o português desapareça entre novas expressões. Esta preocupação surgiu em Bragança onde está a decorrer o Colóquio Anual da Lusofonia.*

*“É um processo linguístico que vamos ter que acompanhar e lutar para que a língua portuguesa vença, senão aparecerá uma nova língua”, disse à Agência Lusa a moçambicana Edma Sata, estudiosa do vocabulário, que se encontra a participar no evento. [...]*

*“O português está muito assassinado em Moçambique, por exemplo, dizem descamisados para tirar a camisa, descabelar para cortar o cabelo, conflitar para entrar em conflito ou eu vou ali comprar umas jenessis, uma jeans”, exemplificou.*

É muito pouco provável que os supostos “dialetos locais”, referidos na notícia, constituam uma ameaça que conduza à extinção da língua portuguesa nos países africanos que têm o português como língua oficial. No entanto, é inegável que as línguas bantu (e não se trata de dialetos) irão contribuir, entre outros fatores, para definir a identidade das diversas variantes do português em África e o português de Moçambique será, sem dúvida, uma dessas variantes. Tal variação é a consequência natural da vitalidade e da diversidade do português como língua plurinacional.

Curiosamente, o terceiro parágrafo da notícia acima citada, é bastante revelador quanto ao caráter inevitável da variação nas línguas. O que surpreende neste parágrafo não é tanto o seu pendor talvez demasiado purista, como no resto da notícia, mas a irónica contradição que encerra. O verbo “assassinar”, dada a sua significação lexical, dificilmente admite uma passiva com o auxiliar “estar” (em substituição de “ser”) e muito menos admite uma quantificação com o adverbial “muito”: não se pode estar “muito assassinado” da mesma forma que não se pode estar “muito morto”. No mínimo, em relação ao português europeu padrão, uma construção como “o português está muito assassinado” é um interessante e criativo desvio: “assassinar” é usado subjetivamente como forma superlativa de “maltratar”, copiando a sintaxe deste último verbo.

Como é sabido, à investigação linguística não compete ajuizar sobre o bom ou mau uso das línguas, mas estudá-las, tentando entender a sua dinâmica. Como projeto de formação no âmbito da língua portuguesa em Moçambique, promovendo o ensino pós-graduado e a investigação que lhe está inerente, o ForLingu@

Moz pretende ser também um contributo, ainda que modesto, para a afirmação do português como língua internacional e para um melhor conhecimento das particularidades e da individualidade do português de Moçambique.

## Referências bibliográficas

- Brito, A. M. (2006-07). *Guião VI – A situação linguística em Moçambique. Linguística Africana*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Mestrado de Estudos Africanos. (Disponível em março de 2012 no sítio do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto: [www.africanos.eu/ceaup/uploads/PAG19\\_06.pdf](http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/PAG19_06.pdf)).
- Correia, C. N. (2002). *Estudos de Determinação: a operação de quantificação e qualificação em Sintagmas Nominais*. Lisboa: Fundação Calouste
- Firmino, G. (2008). «A situação do português no contexto multilingue de Moçambique». in *SIMELP I*, Universidade de S. Paulo. (Disponível em março de 2012 no sítio do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo: [www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf)).
- Grimes, B. F. (ed.) (1996). *Ethnologue: Languages of the World, Thirteenth edition*. Dallas: SIL International.
- Gonçalves, P. (2010). *A génese do Português de Moçambique*. Lisboa: INCM.
- Gonçalves, P. & Siteo, B. (1999). «Mudança linguística em situação de contacto de línguas: O caso do changana e do português». *Travessias*, 1, pp. 73-86.
- Lewis, M. P. (ed.) (2009). *Ethnologue: Languages of the World, Sixteenth edition*. Dallas: SIL International. Versão online: [www.ethnologue.com](http://www.ethnologue.com).
- Mutsuque, Jane A. Z. (2010). *Inserção das Vogais [i] e [e] e Palavras do Português Terminadas pela Consoante Líquida Lateral /l/ – Estudo de Caso dos Falantes de Cisena e Cindau Residentes na Cidade da Beira*. Beira: Universidade Pedagógica. Tese de licenciatura.
- Nelimo (1989). *I Relatório sobre a standardização da ortografia das línguas moçambicanas*. Maputo: INDE/NELIMO.
- Siteo, B. & Ngunga, A. (ed.) (2000). *Relatório do II Seminário Sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: NELIMO.





# Projeto ForLínGOA

## Formação em Língua Portuguesa - Goa

---

MARIA EUGÉNIA PEREIRA

Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro

ROSA MARIA FANECA

Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores.  
Universidade de Aveiro

*Ninguém educa ninguém,  
ninguém se educa a si mesmo,  
os homens educam-se entre si,  
mediatizados pelo mundo*  
(Freire, 1996)

### Introdução

O Projeto ForLínGOA 1/2011 – Formação em Língua Portuguesa – Goa 1/2011, foi realizado no âmbito de uma colaboração entre a Universidade de Aveiro – Departamento de Línguas e Culturas – e a Universidade de Goa – Departamento de Português. É uma das estratégias mais importantes na prossecução dos objetivos partilhados pelas várias entidades portuguesas estabelecidas em Goa e pelas instituições educativas indianas do mesmo Estado, tendo por objetivo global a qualificação de agentes educativos no Estado de Goa assim como em outros estados indianos, de modo a potenciar o sistema de ensino e formação em Língua Portuguesa e aprofundar os conhecimentos científicos, pedagógicos e culturais.

## I. Descrição do Projeto ForLínGOA 1/2011

### 1. O legado linguístico português em Goa

Por ter ficado independente há cerca de 50 anos, o português foi sendo, progressivamente, substituído pelo inglês, que se tornou língua oficial a partir de 1962. Contudo, já antes da integração de Goa na União Indiana, e apesar de a língua mais falada na região ser o concaním, o inglês era ensinado em muitas escolas. Desde então, a Língua Portuguesa tem vindo a cair em desuso, só continuando a ser falada pelos mais velhos. Segundo o *Boletim OPLOP* 30, de 1 de agosto de 2011, «O concaním é falado por 61 por cento dos goeses e é a língua oficial do estado desde 1987. O marathi, segundo idioma mais difundido, alcança 27 por cento da população» (OPLOP – Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa, 1 de agosto de 2011, <http://www.oplop.uff.br/boletim/266/ainda-um-legado-portugues-em-go>).

Sebastião Mourão Correia, no seu texto de 1959, esclarece que o português foi, por um longo tempo, a língua franca do Oriente, pois era falada por hindus, maometanos, judeus, malaios, indígenas e europeus de outras nacionalidades, mas que, *a posteriori*, foi perdendo esse papel e que «a conquista da Índia pelos Ingleses, [acabando estes] por se expandir por todo o Oriente, a [Língua Portuguesa] teve de ceder à Inglesa o lugar de primazia» (Correia, 1959: 14). Em 1913, o português já havia perdido esse lugar de supremacia no Oriente e já se encontrava circunscrito.

A Língua Portuguesa nunca se chegou a difundir entre a população, permanecendo como língua da administração e de uma pequena elite letrada e, ao contrário do que aconteceu noutras colónias portuguesas, em Goa, também nunca se desenvolveu um crioulo português.

Sebastião Mourão Correia já nessa época reflete sobre o futuro da Língua Portuguesa em Goa e esclarece o seguinte:

*[...] podem os naturais [de Goa] ser considerados sob estes dois aspectos: o elemento culto e as massas populares incultas.*

*O elemento culto, tratando-se de cristãos, usa o português como Língua oficial e erudita e no convívio com os portugueses da Metrópole, mas adopta o Concaním como Língua diária na conversação com os seus criados e familiares; tratando-se de hindus, usa o Português como Língua oficial e erudita nas relações com os assuntos portugueses, o Marata como Língua erudita e literária nas relações com os assuntos da Índia e o Concaním como Língua corrente.*

*Uns e outros – cristãos e hindus – na sua grande maioria dominam o Inglês, e nessa Língua se exprimem com notável facilidade e correção.*

*As grandes massas ignaras, porém, as que vivem ainda como que ainda adstritas às terras, continuam secularmente encerradas no exclusivismo da Língua natural (Correia, 1959: 15).*

Ora, em 1959, o português estava, claramente, em perigo, pois a língua natural – o concanim<sup>1</sup> –, que dominava nos lares e nas ruas, acabava por mudar o português: os naturais do território pensavam em concanim e, conseqüentemente, adaptavam mentalmente as suas ideias para o português, transformando a construção frásica em português. Sebastião Mourão Correia considerava que esse era um fenómeno natural na camada mais nova e que a correção da Língua Portuguesa só existia nas gerações mais velhas, porque ainda se encontravam «impregnad[as] de cultura lusíada» (Correia, 1959: 18). Considerava-se que só entre 5 a 10% da população goesa sabia falar português com fluidez.

O autor previra, então, a perda de terreno, no território goês, do português, mas, e apesar de pouco tempo faltar para a ocupação do território pela União Indiana – dezembro de 1961 –, não conseguira ver quão pior seria a situação do português no futuro:

*Mas com o desaparecimento destas gerações [mais velhas] tenho fundados motivos para crer que o uso do Português correcto, na fala e na escrita, há-de sofrer certamente uma considerável diminuição.*

*E a continuar deste modo, entre o desenvolvimento do Concanim, ardentemente desejado pelos naturais, e a forte corrente da infiltração do Inglês usado diariamente pelos estudantes das High Schools e pelos emigrantes goeses que num contínuo vai-vem buscam o seu modo de vida nas terras da União, do Paquistão e da África Oriental Inglesa, o português, dentro de algumas décadas, há-de ficar, na Índia, reduzido ao desempenho da função de Língua oficial, hirta e fria, sem a alma e o calor comunicativo que o falar do Povo empresta aos idiomas vivos, ou terá de descer à categoria dum bárbaro Dialectico, muito deformado na sintaxe e na fonética e adulterado pela mistura de grande número de vocábulos estranhos (Correia, 1959: 18).*

A realidade atual é outra: duas gerações depois, a língua oficial é o concanim<sup>2</sup>, o segundo idioma mais falado é o marathi, o inglês e o hindi tornaram-se as línguas de comunicação nas relações comerciais e nas repartições públicas. O uso do

<sup>1</sup> A língua concanim permitiu que pelo menos as raízes hindus da comunidade cristã sobrevivessem. Ela era usada para ensinar aos novos cristãos a doutrina de Cristo, mas, ao mesmo tempo, o seu uso ajudou à preservação de conhecimentos e tradições indianos.

<sup>2</sup> Foi declarada língua oficial de Goa em 1987. Adelino Braz Rodrigues da Costa esclarece que «O movimento em defesa do concanim surgiu na sequência do resultado do referendo de 1967 e foi apoiado pela Igreja Católica, tendo sido imediatamente associado à questão da não integração no Estado de Maharashtra, à defesa da autonomia e à constituição de um Estado de Goa. Tornou-se, por isso, um movimento político e não uma atitude cultural.» Comunicação apresentada na Academia de Marinha, em 23 de novembro de 2010, sob o título «Goa contemporânea e a herança cultural portuguesa (1961-2010)». (cf. 2010: XXXIV-13). Adelino Braz Rodrigues da Costa acrescenta ainda que «A criação do Estado de Goa foi uma vitória política para os goeses que, em certa medida, viram reconhecida a sua personalidade distinta em relação às poderosas e influentes regiões vizinhas. Essa personalidade distinta que Nehru reconhecera resultava do facto de Goa ter uma identidade e um historial que se consolidaram desde o século XVI, ao contrário da

português, por sua vez, entrou em declínio, supondo-se que só 3 a 4% da população fala fluentemente essa língua. Ela ainda é falada por uma elite, sobretudo católica, e a língua-mãe, o concanim, incorpora inúmeras palavras de origem portuguesa – contudo, estas tendem a ser substituídas pelas correspondentes em inglês.

O português é ensinado nas escolas públicas ou privadas, como terceira língua curricular, opcional, e na Universidade; hoje, estima-se que são 1300 os alunos que escolhem este idioma. Segundo, Delfim Correia da Silva, responsável pelo Centro de Língua Portuguesa em Goa, no ensino oficial, como língua opcional, o português é frequentado por «cerca de 700 alunos»; alguns cursos do Ensino Superior também têm a Língua Portuguesa no seu plano curricular, sendo que «entre 50 a 60 alunos têm o português como disciplina no seu plano de estudos»; por fim, desde 1988, a Universidade de Goa oferece um mestrado em Estudos Portugueses, «grau de ensino fundamental para exercer funções docentes em Goa e no resto do sub continente indiano» (in Observatório de Língua Portuguesa, <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/noticias/-nao-e-bem-verdade-que-ninguem-fale-portugues-em-go>).

Segundo o Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa, numa página intitulada «Ainda um legado português em Goa», datada de 1 de agosto de 2011:

*Portugal não soube como se fazer presente em Goa após a anexação forçada realizada pela Índia. Nas décadas seguintes à descolonização, Portugal deixou de apoiar o ensino de português nas escolas goesas. Isso gerou uma tendência que somente começa a ser revertida agora. Segundo apurou o Público – em uma série de reportagens sobre Goa publicadas entre 25 e 30 de julho –, o português vem sendo novamente impulsionado nas escolas, com o suporte da Fundação Oriente, e na Universidade de Goa. Existem ainda muitos cursos livres de promoção da Língua Portuguesa, tais como o Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões, em Panjim, a capital, o centro de Língua e Cultura Portuguesa do Colégio Chowgule, em Margão, ou a Associação Amizade Indo-Portuguesa. Vem crescendo o número de estudantes que buscam o português por razões profissionais, motivados por possibilidades ligadas a Brasil, Portugal ou Angola. (Boletim OPLOP 30, 1 de agosto de 2011, <http://www.oplop.uff.br/boletim/266/ainda-um-legado-portugues-em-go>).*

Com efeito, nos dias de hoje, o interesse pelo português tem vindo a crescer, falar português é, para uma parte da população, encarado como um sinal de prestígio, de *status* social e, por isso, a procura é maior, mas a razão principal prende-se, certamente, com a necessidade de, comercialmente, os goeses se relacionarem com países de Língua Portuguesa, como o Brasil, Angola e Moçambique. Mihir Nayak afirma isso mesmo:

---

generalidade dos estados da União Indiana, que haviam sido arquitectados pelos ingleses a partir do século XIX ou mesmo nas vésperas da independência» (ibid. XXXIV-14).

*Esta atitude em relação à Língua Portuguesa mudou drasticamente ao longo dos últimos anos com cursos universitários e particulares de Língua Portuguesa a surgir como cogumelos por toda a Goa. Apesar do pobre estado económico de Portugal, a juventude de Goa hoje espera que o aprendizado do português venha aumentar suas perspectivas de carreira, notadamente com as economias emergentes lusófonas do Brasil, de Angola e de Moçambique. O Brasil, um dos países do BRIC e uma das economias de mais rápido crescimento no mundo, já está de repente à procura de funcionários de talento que falam português e inglês – uma lacuna que Goa está feliz para preencher. (2 de novembro de 2012, <http://ventosdalusofonia.wordpress.com/2012/11/19/a-redescoberta-da-historia-indo-portuguesa-de-go/>)*

## 2. A presença da língua e da cultura portuguesas em Goa na atualidade

Esforços de colaboração têm vindo a ser estabelecidos entre a Universidade de Goa e algumas entidades portuguesas, designadamente os protocolos assinados e apoios já concedidos pela Universidade de Aveiro, pela Universidade do Porto, pela Fundação Oriente, pela Fundação Calouste Gulbenkian, e, principalmente, pelo Instituto Camões (atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua), que, no âmbito do Acordo de Intercâmbio Cultural Indo-Português, tem, desde o início da criação da Universidade de Goa, garantido a presença regular de dois leitores de Língua e Cultura Portuguesas (reduzido a um, a partir de 2001-2002) na Faculdade de Línguas e Literatura.

Hoje, várias são as instituições a oferecerem cursos livres de Língua e Cultura Portuguesas à comunidade local em Goa. Contudo, é natural que o investimento feito seja prioritariamente canalizado para o ensino público e oficial, que confere as habilitações académicas reconhecidas pelo Estado indiano.

- O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, através do seu Centro de Língua Portuguesa em Panjim:
  - Criado em 2000, o centro visa promover o ensino do português através do seu leitorado e de cursos de pós-graduação e de outros cursos que oferece nas suas instalações.
  - Para além da Universidade de Goa, colabora com várias outras universidades indianas: Universidade de Deli, a Jawaharlal Nehru University, a Jamia Millia Islamia, a Jadavpur University.
  - Organiza atividades com outras instituições indianas. (cf. <http://www.portugal-india.com/pt/content/lingua-e-cultura>)
- A Fundação Cidade de Lisboa – através da sua Delegação da Fundação em Goa.

- Desde 1992, procura estreitar os laços o Estado de Goa e Portugal e desenvolver as relações histórico-culturais existente entre o Oriente o Ocidente.
- Contribui para a propagação da língua e da cultura portuguesas, desenvolvendo projetos em parceria com a Indo-Portuguese Friendship Society.
- Realiza cursos de língua e cultura portuguesas em Panjim, Margão, Calangute e Mapusa.
- Dá apoio continuado a das atividades culturais. (cf.:[http://www.fundacao-cidadedelisboa.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52&Itemid=107](http://www.fundacao-cidadedelisboa.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=107))
- A Fundação Oriente – através da sua Delegação da Fundação em Panjim:
  - Desde 1995, em colaboração com instituições indianas, nomeadamente o Indian Council for Cultural Relations (ICCR) e o Archaeological Survey of India (ASI), entidades governamentais, académicas e religiosas, a Delegação desenvolve atividades culturais e artísticas.
  - Dedicar-se ao apoio do ensino do português nas escolas secundárias de Goa e Damão.
  - Dá também apoio à conservação do património arquitetónico, à investigação histórica e artística, através da concessão de bolsas de estudo a investigadores portuguesas e/ou indianos, à animação cultural, através da realização de concertos e exposições de artistas indianos e/ou portugueses, etc. (cf. <http://www.foriente.pt/60/india.htm>)

## 2.1. O ensino do português em Goa

Embora, atualmente, o idioma português já tenha praticamente perdido o seu papel nas interações quotidianas, a procura nos Ensinos Básico, Secundário e Universitário tem crescido em Goa. Isto deve-se ao facto do governo indiano estar a apostar no comércio com os países de Língua Portuguesa, um mercado em expansão, como o Brasil, Angola e Moçambique. O universitário goês que pretende perspetivar o seu futuro de trabalho na Europa ou nesses países de África, opta pela aquisição do português, já que domina perfeitamente o inglês.

A Língua Portuguesa é ensinada em mais de três dezenas de instituições do Ensino Secundário e Superior, e a Universidade de Goa é a única em todo o subcontinente indiano a oferecer o Mestrado em Estudos Portugueses, com o apoio de um leitor do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

A Universidade de Goa é uma das mais jovens instituições de Ensino Superior na Índia, tendo sido apenas criada em 1985. Inicialmente integrada no núcleo de centros de estudos superiores da Universidade de Bombaim (Centre for Post Graduate Instruction & Research- CPIR of University of Bombay), é, hoje, a única

universidade autónoma em todo o Estado de Goa, onde se regista um dos mais altos rendimentos *per capita* e o segundo mais alto em termos de literacia (total: 82.32%; Homens: 88.88%, Mulheres: 75.51%, segundo dados do *Census* 2001). A Universidade de Goa visa a excelência por via de uma crescente afirmação e visibilidade nacional e internacional e procura, pois, estabelecer protocolos e parcerias com instituições nacionais e internacionais.

Não tendo havido, durante cerca de duas décadas, relações diplomáticas entre a Índia e Portugal, levando à exclusão do português do sistema de ensino goês, existe hoje, em Goa, uma geração que não teve qualquer contacto escolar e educativo com a mesma, a não ser, em alguns casos, em contexto familiar.

O trabalho de formação de professores, iniciado em 2006 na Universidade de Goa, com o apoio do Instituto Camões, começa a apresentar resultados concretos, já que se foram formando docentes que estão hoje disseminados por várias escolas goesas. Contudo, torna-se necessário abrir um complemento de formação na área do PLE a outros agentes educativos, já integrados nos quadros das escolas.

Goa regista um processo de forte crescimento económico e demográfico, que começa já a ter impacto no sistema educativo. A falta de professores qualificados e devidamente habilitados pelas autoridades indianas para a docência do português justifica que se aposte neste projeto, pois só assim se conseguirá continuar a responder ao crescimento da procura da aprendizagem de português na Índia, em instituições e organismos do ensino oficial.

## 2.2. A condição de professor de português em Goa

Os quadros de docentes nas Escolas Secundárias de Goa e nas universidades da Índia são constituídos por professores de PLE (Português Língua Estrangeira) cuja formação pedagógico-didática se encontra desatualizada, sendo que alguns destes últimos não possuem as habilitações académicas exigidas pelas autoridades indianas para o exercício das funções de docência. A falta de professores qualificados goeses impede, pois, que o ensino de Língua Portuguesa se estenda a toda a rede do Ensino Básico e Secundário do Estado de Goa.

Desde 2006, a Universidade de Goa tem vindo a formar professores que são gradualmente integrados no sistema de Ensino Secundário, Superior público e privado.

Em 2011, apenas existiam 20 professores de português nos Níveis Básico e Secundário, não pertencendo, a grande maioria, aos quadros das escolas, pelo facto de não possuírem as habilitações académicas necessárias, sendo estes, para o efeito, apoiados financeiramente pela delegação da Fundação Oriente em Goa e pedagógica e cientificamente pelo Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões em Panjim.



O número de alunos a estudar português nas escolas públicas tem vindo a aumentar nos últimos anos, situando-se, neste momento, um pouco acima dos 700. O Colégio St. Xavier de Mapuça é, presentemente, o único em todo o Estado de Goa a oferecer o B.A. (Bachelor of Arts) em português (1.º, 2.º e 3.º anos, equivalente ao atual plano de estudos da licenciatura em Portugal). O Departamento de Português, por seu lado, garante a formação a nível superior M.A. (*Master of Arts*) – habilitação académica mínima exigida para um professor poder ensinar nos *Colleges* e nas Faculdades. Dos 7 finalistas do curso de M.A., em Literatura de Cultura Portuguesa da Universidade de Goa, em 2009/2010, um leciona, desde o início do ano académico de 2010-2011, na Universidade de Deli, outro no Colégio St. Xavier de Mapuça, tendo sido contratado para garantir os cursos de português ao nível do B.A., e dois em regime de *part-time* em escolas secundárias goesas.

Mediante o protocolo de cooperação, celebrado em 2007, entre a Universidade de Goa e o Instituto Camões, o Centro de Língua Portuguesa/IC (CLP), em Panjim, desenvolve as suas atividades culturais e de apoio e promoção da Língua Portuguesa, em estreita colaboração com o Departamento de Português. Neste sentido, para além dos cursos livres de português, oferecidos ao público em geral, em regime pós-laboral, o CLP presta apoio científico, didático e pedagógico aos alunos e professores de português, disponibilizando o seu acervo bibliográfico e multimédia, e organizando regularmente oficinas de trabalho sobre questões e aspetos relacionados com o processo de ensino/aprendizagem do Português Língua Estrangeira e Português Língua Segunda. O CLP funciona, ainda, como centro de avaliação dos exames CAPLE (Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira) e das provas de português, necessários para a aquisição da nacionalidade portuguesa.

O Departamento de Português na Universidade de Goa é o único a oferecer o M.A. em Português em todo o subcontinente indiano e é um dos raros exemplos de departamentos autónomos em toda a Ásia. Depois de alguns anos marcados por problemas de funcionamento, o Departamento reabriu no ano letivo de 2006/2007 e, desde então, tem oferecido, com regularidade, cursos livres de português (nível básico, intermédio e avançado), essencialmente a alunos externos, e o programa de M.A. em Literatura e Cultura Portuguesas. Se, por um lado, o número de alunos nos cursos livres não tem aumentado substancialmente (cerca de 50 por ano), por outro lado, o número de inscritos no M.A. tem registado uma certa consistência, (15 em 2009/2010 e 12 em 2010/2011), devendo salientar-se, ainda, a tendência de os alunos serem cada vez mais jovens e alguns deles já serem professores em escolas e colégios locais.

O sistema de créditos aplicado aos vários cursos de M.A. dos 24 departamentos da Universidade de Goa, no ano académico de 2010/2011, tem potenciado a

interdisciplinaridade e uma mais estreita ligação nos planos de estudos interdepartamentais. Algumas disciplinas do programa de estudos do Departamento de Português fazem parte, desde o 1º semestre de 2010/2011, das opções curriculares dos alunos dos restantes departamentos.

### 3. Organizadores do projeto ForLínGOA 1

O Projeto ForLínGOA 1 – que visava a qualificação em Língua e Cultura Portuguesas de agentes educativos goeses – foi realizado no âmbito de uma parceria entre o Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e o Departamento de Português da Universidade de Goa, e com o apoio do antigo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua).

Na Universidade de Aveiro, estiveram na elaboração do projeto ForLínGOA 1/2011, o Prof. Doutor Carlos Morais, Diretor do Departamento de Línguas e a Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Eugénia Pereira, Coordenadora do Gabinete ForLínguas, sediado no Departamento de Línguas e Culturas, e, na Universidade de Goa, o Leitor do extinto Instituto Camões, o Dr. Delfim Silva. Trabalharam, ainda, na realização do projeto, o Prof. Doutor Fernando Martinho e a Dr.<sup>a</sup> Filomena Amorim, ambos colaboradores do Gabinete ForLínguas. A parte da formação foi da responsabilidade da Doutora Rosa Maria Faneca.

Pudemos também contar com o apoio do Prof. Doutor Carlos Sangreman, responsável pela Cooperação na Universidade de Aveiro, e do Sr. Cônsul em Goa, Dr. António José Marques Sabido Costa.

### 4. Justificação do projeto ForLínGOA

Assume-se como prioritário que este projeto ajude a colmatar a falta de professores qualificados para lecionarem português em Goa/Índia, valorizando a formação académica obtida no sistema de ensino oficial indiano e, em particular, na Universidade de Goa, a única na Índia a conferir nesta área o mais alto grau de habilitação ao exercício de atividade docente.

Além disso, os atuais docentes de Língua Portuguesa têm já idade avançada e, conseqüentemente, uma formação desatualizada. Acresce ainda o facto de os materiais didáticos usados e criados localmente serem em número insuficiente, conterem falhas e não serem apelativos. Assim, ao participar na qualificação e formação dos profissionais envolvidos no ensino de PLE, o Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro pretende capacitar os mesmos para a produção de materiais didáticos adequados à prática letiva.

A quase totalidade dos alunos que concluem o M.A. na Universidade de Goa, assim como grande parte dos mais jovens professores que lecionam atualmente em escolas e colégios quer em Goa quer em toda a Índia, nunca tiveram a possibilidade de conhecer diretamente a realidade cultural e civilizacional portuguesa. Há que relembrar que o Departamento de Português, na Universidade de Goa é o único a oferecer o M.A. em Português em todo o subcontinente indiano e é um dos raros exemplos de departamentos autónomos em toda a Ásia.

O ForLínGOA 1 — Formação em Língua Portuguesa para estudantes de Mestrado da Universidade de Goa e professores do Ensino Secundário e Universitário de Goa — visa melhorar a competência científica dos professores de português, através de um programa de complemento de formação em Portugal e, mais especificamente, na Universidade de Aveiro.

Este projeto tem por objetivo global a qualificação de agentes educativos no Estado de Goa, em particular, e na República da Índia, em geral, de modo a potenciar o sistema de ensino e formação da Língua Portuguesa (LP), aprofundando os seus conhecimentos científicos, pedagógicos e culturais em Língua Portuguesa.

#### 4.1. Público-alvo

O público-alvo do projeto é o seguinte:

- a) 20 docentes que lecionam português no Ensino Secundário e pré-universitário, já integrados ou com possibilidades de integração nos quadros das escolas - Loyola Secondary School, Chogule College Margao, St. Xavier College, Mapuça, Pilar Secondary School, entre outras;
- b) 10 alunos finalistas do M.A. da Universidade de Goa, em Literatura e Cultura Portuguesas.
- c) 5 docentes em universidades indianas - docentes do grupo mencionado, 60% têm um vínculo institucional com algum grau de estabilidade (contrato por ano civil automaticamente renovável) e 40 % não têm vínculo (contrato anual por ano letivo, cuja renovação depende da direção do estabelecimento de ensino).

#### 4.2 Objetivo

O objetivo consiste especificamente no aprofundamento dos conhecimentos em Língua e Cultura Portuguesas de 10 formandos, de forma a permitir aos mesmos obterem melhor qualificação para o desempenho das suas funções de docentes de português nas instituições educativas indianas.

#### 4.3 Metas a médio e longo prazo

As metas a médio e longo prazo estipuladas são:

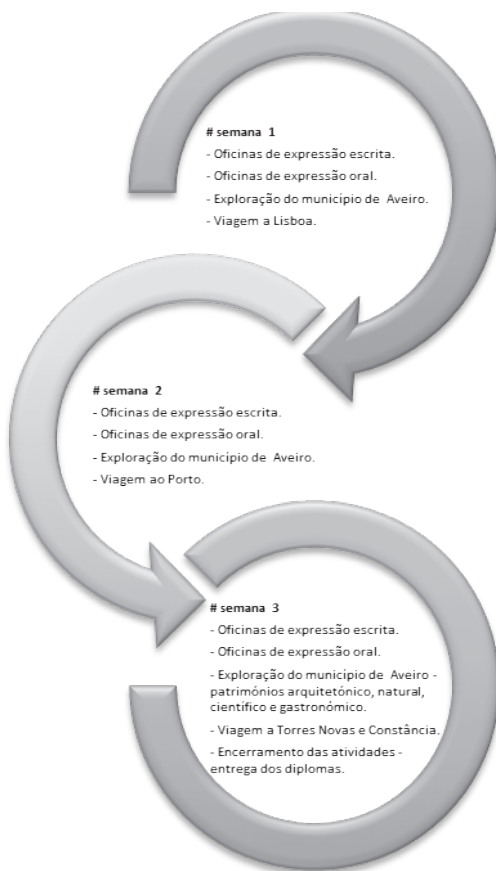
a) melhorar a competência científica dos professores de português, através de um programa de complemento de formação em Língua e Cultura Portuguesas, realizado em Portugal e, mais especificamente, na Universidade de Aveiro;

b) promover o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa como fator de desenvolvimento do combate à pobreza, através da educação;

c) satisfazer as necessidades especiais de formação dos países menos avançados.

#### 4.4 Plano de Formação

Os resultados alcançados basearam-se na concretização dos objetivos delineados para as aulas em regime presencial, num total de 60 horas – subdividido em 30 horas de oficina de expressão escrita e 30 horas de Oficina de expressão oral – e para as atividades culturais, somando um total de 40 horas, determinadas para o curso, que propiciavam a aquisição de conhecimentos culturais, civilizacionais e linguísticos.



Esquema do Plano de Formação

## 5. Resultados alcançados

Realizada a formação, os seguintes resultados foram atingidos:

1. melhoria da situação contratual de alguns formandos - atualmente docentes de português em Goa;
2. rejuvenescimento dos quadros de professores no sistema de ensino e de formação em Língua Portuguesa em Goa;
3. enriquecimento do catálogo da biblioteca da Universidade de Goa com obras em português, que fomentem os Estudos Lusófonos em geral;
4. aumento dos conhecimentos linguísticos e culturais dos formandos que se deslocaram a Portugal;
5. reforço, por parte da Universidade de Aveiro, da organização de uma assistência científica e pedagógica permanente, por via do ensino presencial ou a distância aos estudantes de M.A. (Mestrado) e professores de Língua Portuguesa dos Ensinos Básico, Secundário e Universitário na sua atividade em Goa, tendo como parceiros o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, a Fundação Oriente e a Universidade de Goa.

A primeira edição do ForLínGOA revelou, em termos de formação obtida e de impacto alcançado, resultados claramente positivos: os estudantes de MA continuaram ou finalizaram o seu percurso académico com sucesso, tendo optado um deles por seguir um curso que visa a carreira diplomática e escolher o português como uma das línguas de comunicação. Os docentes, por sua vez, viram a sua situação contratual solidificar-se.

Com uma nova edição do ForLínGOA, pretende-se confirmar e consolidar esses resultados, aumentando o número de formandos para 12 e alargando as candidaturas à República Indiana no seu todo, para que docentes de outras instituições superiores indianas também possam beneficiar desta formação.

## II. Ensino/aprendizagem no projeto ForLínGOA

As sociedades do século XXI caracterizam-se pela configuração de uma realidade sociocultural diversa para a qual muito têm contribuído a globalização, sendo a língua um pré-requisito para a comunicação na comunidade e sociedade em geral, pelo que, no mundo atual, a educação linguística e a educação intercultural têm-se tornado cada vez mais prementes.

Para o projeto ForLínGOA foi importante que a aprendizagem da Língua Portuguesa (LP), inscrita num processo de comunicação a potenciar o sistema de ensino e formação da LP, aprofundando os seus conhecimentos científicos, pedagógicos e culturais em LP, foi encarada como um fenómeno afetivo, social,

psicológico e cultural, não redutível à sua dimensão linguística e didática, uma vez que as suas características não linguísticas também foram fatores integrados no processo de ensino/aprendizagem.

O ensino, no quadro do projeto ForLínGOA, em contexto universitário português, integra e valoriza a LP enquanto lugar de encontro intercultural e espaço de formação linguística e identitária. Esse ensino/aprendizagem representou uma das formas de preservar e promover a divulgação da língua e da cultura portuguesas entre goeses, quer no domínio linguístico, quer no domínio paralinguístico, desenvolvendo competências linguísticas e de comunicação. Foi mais do que ensinar as estruturas gramaticais da LP, foi transmitir uma cultura e mentalidade de um povo, por forma a superar um confronto linguístico entre as línguas e um confronto entre as culturas dos formandos.

### 1. Contextualização teórica

Considera-se a educação em LP como um processo de aprendizagem da comunicação «dans le sens d'ouverture et d'accès à l'altérité linguistique, culturelle, identitaire» (Bernaus et al, 2007), numa construção dialógica assente na diversidade dos sujeitos e na sua valorização individual, social, linguístico e cultural.

Nesta ótica, os espaços de formação apresentaram-se como espaços, que foi necessário reconstruir incessantemente, para que os sujeitos «melhorassem» pela intervenção na qualidade das interações em que participaram (Bolívar, 2007).

Nesse sentido houve uma colaboração com a formadora para o desenvolvimento de atividades culturais e de apoio e promoção da LP para os formandos que não tinham tido a possibilidade de conhecer diretamente a realidade cultural e civilizacional portuguesa.

Partimos do pressuposto que a LP deste público (entre o Português Língua Materna (PLM) e o Português Língua Não Materna (PLNM)) abrangia uma constelação de noções (Dabène, 1994) decorrentes do falar, de um conjunto de potencialidades linguístico-comunicativas do indivíduo, de um conjunto das representações e atitudes de um grupo face à língua enquanto elemento constitutivo da identidade, o da língua descrita, de um conjunto de instrumentos heurísticos de que o aprendente dispõe.

A pertinência da distinção entre os conceitos de PLM e PLNM adveio da constatação de que a LP desempenhava diferentes funções e adquiriu diferentes estatutos, consoante uma grande diversidade de situações e fatores. A importância da distinção destes conceitos foi acompanhada por uma dificuldade de definição dos termos em questão, o que resultou, precisamente, do facto de a LP acompanhar as histórias de vida dos sujeitos. A LP adquirida/aprendida pelos sujeitos ganhou

maior ou menor peso consoante o maior ou menor número de funções que lhes foram atribuídas.

Esta formação tinha de considerar por um lado a língua e por outro a cultura porque a «A língua é uma parte da cultura, mas se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente. A sua função é expressar a cultura para permitir a comunicação social» (Matoso Câmara, JR., 1964: 21)

De forma a elaborar as nossas sessões de formação não podíamos ignorar o «background» cultural dos nossos formandos e tivemos de adaptar a nossa formação ao público (Dervin, 2010). Considerámos os sujeitos em formação indivíduos pluriculturais (Byram et al, 2009; Cavalli et al, 2009; Dervin, 2010), que integraram nas suas identidades pertenças múltiplas, como nos lembra Amin Maalouf (2009) quando nos diz que «A humanidade é feita apenas de casos particulares, a vida é geradora de diferenças, e, se existe «reprodução», os resultados nunca são idênticos. Cada pessoa, sem excepção alguma, é dotada de uma identidade compósita; bastaria colocar a si mesma algumas questões para revelar fracturas esquecidas, ramificações insuspeitadas, e para se descobrir complexa, única, insubstituível» (p. 29).

## 2. Público

O público da formação ForLínGOA foi constituído por dez sujeitos, docentes que lecionavam português no Ensino Secundário e pré-universitário, já integrados ou com possibilidades de integração nos quadros das escolas goesas e alunos finalistas do Mestrado da Universidade de Goa, em Literatura e Cultura Portuguesas.

No quotidiano, a LP difere em “utilidade” para cada um dos formandos. No conjunto, pode dizer-se que estes formandos possuem um repertório langagier próprio e heterogéneo. O nível do domínio de português dos formandos goeses variava, obviamente, de caso para caso, dependendo do tempo de escolarização em português e do facto de praticarem ou não a LP, situando-se entre os níveis B1 (Nível intermédio) e o C1 (Nível de Proficiência operativa eficaz) do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (2001). Na sua maioria, estes formandos possuíam uma relação positiva com a língua e cultura portuguesas, sentindo honra em falar português, não revelando qualquer tipo de barreira em usá-la, mesmo se, em alguns casos, tinham consciência das suas limitações.

## 3. Objetivos do ensino/aprendizagem da LP

Os objetivos do projeto ForLínGOA pretendiam qualificar agentes educativos de Goa (Índia), aprofundando os seus conhecimentos científicos, pedagógicos e culturais em LP.

Este ensino/aprendizagem pretendia valorizar a partilha de um contexto sociocultural que permitisse a estes formandos a interação e a comunicação como também uma certa valorização da identidade cultural portuguesa.

Partimos do pressuposto de que ensinar uma língua é mais do que ensinar as estruturas gramaticais dessa língua, é transmitir uma cultura, traços da mentalidade de um povo, o que este pensa, crê, e como se comporta em termos sociais e culturais (Ortiz Alvarez, 1998). Desta maneira, a LP é considerada como um património linguístico estimável, onde se manifesta a visão do mundo, os costumes e tradições, populares ou eruditos, que evoluem no tempo e no espaço, a partir do contacto com outras culturas e línguas; constituem, por conseguinte, uma das mais relevantes potencialidades criadoras duma língua.

Pelo projeto apresentado salientamos o papel inquestionavelmente relevante das aulas em contexto português no desenvolvimento das competências de compreensão e comunicação em LP e sublinhamos que a mesma, assumiu-se igualmente como instrumento de integração e de gestão intercultural corroborando que «aquilo que lhe dá uma dimensão qualitativa para além de um mero estatuto de repositório de variantes, pertence, mais do que ao domínio linguístico, ao domínio da história, da cultura e, em última instância, da política», e «na medida em que a perceção destas realidades for variando com o decorrer dos tempos e das gerações, será certamente de esperar, concomitantemente, que a extensão da noção de Língua Portuguesa varie também» (*Boletim de Filologia*, 29, 1984: 592. In *História da Língua Portuguesa*).

#### 4. Finalidades

A competência linguística dos goeses é uma competência pessoal e intransmissível porque depende da biografia linguística de cada um e das capacidades individuais; é dinâmica, porque está exposta a novos contactos e passível de atualização e de reconfiguração de acordo com eles; heterogénea e compósita, porque resultante da interação de diferentes componentes, eles também complexos, devido ao contacto das duas línguas; e desequilibrada, já que as diferentes dimensões que a compõem podem estar em diferentes estádios de desenvolvimento e ser «trabalhadas» preferencialmente em algumas situações. Esclarecendo, o sujeito tem diferentes motivações de aprendizagem em relação à LP, pode dominar de forma diversa as línguas que aprendeu ou pode ter desenvolvido capacidades de interação específicas numa ou noutra língua, por exemplo, dependendo de um conjunto de fatores intrínsecos ou extrínsecos.

O formando goês é uma pessoa que acumulou uma diversidade de experiências, revelando maior interesse na aprendizagem a partir das suas situações de vida do que na aprendizagem de conteúdos e que necessita de condições facilitadoras de



uma auto formação do seu processo formativo, através de uma participação ativa na procura de conhecimento junto dos portugueses, naturalmente diferentes de si.

Dessa forma, a programação tinha de ser suficientemente aberta para permitir a sua adaptabilidade à diversidade do grupo, em vez de serem estes a ter de adaptar-se à programação. Deste modo, esta programação era suficientemente flexível para tornar possível uma pluralidade de combinações de competências e de componentes de formação, bem como uma diferenciação dos ritmos e dos processos individuais de aprendizagem.

Tivemos o cuidado de adaptar a formação às características cognitivas do formando e às suas necessidades, de forma a levá-lo a responsabilizar-se pela condução do seu próprio desenvolvimento em língua e cultura portuguesas. Tratou-se de um conjunto de competências que se construiu em torno da dimensão cultural da vida dos portugueses na sociedade portuguesa e da vida dos goeses na sociedade goesa, da dimensão linguística (inequivocamente transversal) e da dimensão comunicacional.

Assim, a dificuldade consistiu em ajustar-se ao formando com o seu capital de adquiridos, as suas necessidades, motivações e expectativas próprias.

No sentido de desenvolver e aprimorar a programação e a gestão dessa programação necessitámos, primeiramente, conhecer os próprios atributos e deficiências para potencializar os pontos positivos e minimizar os negativos.

Partindo desses pressupostos a formação não foi entendida como um espaço dedicado única e exclusivamente à transmissão e aquisição de saberes. A programação constitui-se como mais um instrumento de trabalho e orientação que pretendeu ajudar a concretizar os objetivos prioritários de intervenção constantes no projeto ForLínGOA, tendo em conta as especificidades subjacentes ao projeto. As atividades inseridas no ForLínGOA enquadraram-se nas vertentes, cultura, língua, comunicação e relações com a comunidade portuguesa, pelo que as mesmas tiveram em conta essa realidade.

Assim a programação elaborada pretendia que o formando pudesse:

- interagir em Língua Portuguesa, com clareza e correção, evidenciando espírito crítico, responsabilidade e autonomia;
- compreender textos em Língua Portuguesa, reconhecendo os seus significados implícitos, as suas tipologias e respetiva funcionalidade;
- evidenciar reflexão sobre o funcionamento da Língua Portuguesa, apreciando-a enquanto objeto estético e meio privilegiado de expressão de outras culturas;
- compreender as ideias principais de textos em LP e expressar-se oralmente e por escrito sobre diferentes temáticas;
- evidenciar conhecimento sobre várias linguagens, em diferentes suportes, que lhe permitissem perceber as diferenças socioculturais e sociolinguísticas,

visando uma tomada de consciência da sua própria identidade e da do “Outro”;

- evidenciar competências interculturais que lhe proporcionassem uma maior abertura e aceitação de novas experiências linguísticas e culturais;
- ter um entendimento amplo de cultura, reconhecendo neste conceito, desde áreas designadas clássicas e eruditas até novas linguagens e expressões integradoras de formas da cultura popular.

Posicionar-se prospectivamente em contextos macrossociais de incerteza e ambiguidade é ter consciência de si e do mundo, assumindo distanciamento e capacidade de questionar diferenças sociais. Esse posicionamento obrigou a formadora a:

- identificar e ultrapassar dificuldades face a situações concretas de estereotipização e de preconceito social;
- reconhecer e explorar juízos críticos díspares;
- contribuir para a construção de boas práticas de mediação intercultural;
- relacionar-se com a diversidade cultural;
- identificar a necessidade de reflexão crítica face a pontos de vista diferenciados;
- identificar e compreender a interação dos vários âmbitos problemáticos do dia-a-dia.

Com a programação elaborada pretendia-se estimular nos formandos o desenvolvimento de competências, consciencializá-los para a importância de compreender uma sociedade diferente, fomentar o convívio entre eles e a comunidade educativa, promover o gosto pela cultura portuguesa, identificar diferentes valores culturais e aperfeiçoar a Língua Portuguesa.

Com uma natureza formativa e de carácter pluridimensional, as atividades do ForLínGOA estabeleceram uma estreita relação entre a formadora e os formandos, promovendo a adoção de uma postura mais esclarecedora perante a sociedade portuguesa, contribuindo para um conhecimento da língua e cultura portuguesas.

Procurámos desenvolver nos formandos as competências necessárias para que soubessem agir linguisticamente com consciência, participando na sociedade portuguesa e expondo claramente as suas ideias. Procurámos desenvolver capacidades no formando para comunicar com os outros, mas também para adquirir abertura, curiosidade e gosto pela aprendizagem da língua e cultura portuguesas.

As atividades linguísticas de escrita e de oralidade mobilizam competências, especificamente a competência comunicativa. O formando mobilizou diversos tipos de conhecimentos e de habilidades referentes às diversas competências, os quais ultrapassaram largamente os conhecimentos e saberes (lexicais, gramaticais,

semânticos, fonológicos, ortográficos, ortoépicos), incluídos na competência linguística.

De notar que procuramos garantir que nesta formação houvesse sempre uma perspetiva plural, com uma visão plural.

## 5. Planificação das aulas

De modo geral, baseámos as aulas em dois princípios: primeiro a «descoberta progressiva do outro» pois, sendo o desconhecido a grande fonte de preconceitos, o conhecimento real e profundo da diversidade humana combate diretamente este «desconhecido». Depois, a participação neste projeto surgiu como veículo preferencial na descoberta de pontos comuns entre os dois povos e as duas culturas. Este curso de aperfeiçoamento debruçou-se essencialmente sobre o domínio do aprender a conhecer e, em menor escala, do aprender a fazer. Estas aprendizagens, direcionadas para a aquisição de instrumentos de compreensão, raciocínio e execução, não podem ser consideradas completas sem os outros domínios da aprendizagem, muito mais complicados de explorar, devido ao seu carácter subjetivo. Esta aprendizagem «aprender a conhecer» referiu-se à aquisição dos «instrumentos do conhecimento». Debruçou-se sobre o raciocínio lógico, compreensão, dedução, memória, ou seja, sobre os processos cognitivos por excelência. Contudo, teve a preocupação de despertar no sujeito, não só estes processos em si, como o desejo de desenvolvê-los, a vontade de aprender, de querer saber mais e melhor acerca da LP.

Indissociável do aprender a conhecer, que lhe confere as bases teóricas, o aprender a fazer referiu-se essencialmente à formação linguística. Consistiu essencialmente em aplicar, na prática, os seus conhecimentos teóricos e desenvolver a comunicação. Foi essencial que cada indivíduo soubesse comunicar em LP. Não apenas reter e transmitir informação mas também interpretar e selecionar as torrentes de informação, analisar diferentes perspetivas, e refazer as suas próprias opiniões mediante novos factos e informações.

O grupo entrosou-se muito bem. Ajudaram-se uns aos outros, opinaram nas tarefas uns dos outros e gostaram de realizar as atividades propostas. A maior parte dos alunos apresentou um falar simples, com a difícil articulação de algumas palavras e sintaxe muito incorreta devido aos problemas de interferência com a língua inglesa. Bastante participativos, todos realizaram as tarefas rotineiras, com mais ou menos dificuldades, muito devido ao processo de adaptação ao meio, aos outros e, pouco a pouco, foram-se acostumando a seguir regras preestabelecidas. A maioria foi bastante ativa e enérgica. Interagiram muito bem com o grupo e com toda a comunidade educativa.

Recriámos algumas formas «tradicionais» de ensino e aprendizagem e tornámo-las adequadas às peculiaridades do grupo de adultos em formação. Considerámos

as características dos sujeitos em formação e dos contextos em que a prática profissional teve lugar, com as possibilidades e dificuldades que lhes são próprias.

## 6. Competências desenvolvidas

### **Leitura**

Em situações comunicativas do quotidiano:

- compreender a maior parte dos textos próprios das situações comunicativas do quotidiano;
- compreender diferentes tipos de textos de imprensa;
- compreender qualquer tipo de texto que não exija o conhecimento de uma linguagem específica.

Em situações comunicativas do domínio do trabalho:

- compreender cartas de área profissional;
- compreender um relatório;
- compreender instruções e descrições de produtos da sua área profissional.

Em situações comunicativas do domínio do estudo:

- compreender textos relativos a matérias de cursos de formação não-académicos;
- compreender livros e artigos não muito complexos, quanto à língua e ao conteúdo, embora ainda não possuam um ritmo que lhes permita acompanhar um curso académico.

### **Expressão escrita**

Em situações comunicativas do quotidiano:

- escrever alguns textos necessários a situações comunicativas do quotidiano.

Em situações comunicativas do domínio do trabalho:

- produzir um conjunto de documentos que poderão necessitar de verificação, caso seja necessário haver uma grande precisão e um registo cuidadoso;
- produzir textos de uma área de trabalho conhecida que descrevem que deem informações pormenorizadas, por exemplo, sobre um produto ou serviço;
- registar mensagens e transmiti-las, podendo haver dificuldades se forem muito extensas ou complexas;

Em situações comunicativas do domínio do estudo:

- tomar notas;
- tomar notas a partir de fontes escritas;
- produzir textos.

## Competência linguística

Os formandos tinham de mostrar que eram capazes de reagir adequadamente a itens que testavam:

- o uso de artigos, preposições, verbos, conjunções, pronomes, construções com é que –em frases interrogativas e como processo de focalização –, o uso de modos verbais, formas nominais e tempos linguísticos – em frases simples, em estruturas de complementação verbal, adjetival e nominal, e em frases subordinadas, construções de subordinação e de coordenação, regências verbais, nominais e adjetivais;
- vocabulário relativo às situações do domínio das relações transacionais, idiomatismos comuns para caracterização de pessoas, acontecimentos/situações, quantificando ou comparando.

## Competência oral

Em situações comunicativas do quotidiano, os formandos tinham de ser capazes de:

- compreender conversas de rotina sobre um conjunto variado de temas menos previsíveis;
- compreender informações e avisos feitos em lugares públicos;
- compreender a maior parte dos textos de um programa de televisão com apoio visual e os pontos principais de programas radiofónicos, cujas temáticas sejam de interesse geral ou conhecidas;
- compreender as informações/explicações do guia, numa visita guiada, sem limites, sem muitas limitações.

Em situações comunicativas do domínio do estudo:

- compreender o sentido geral de uma conversa/conferência/aula/seminário, desde que se trate de uma temática conhecida.

Em situações comunicativas do domínio do trabalho:

- compreender conversas sobre a sua área profissional e compreender informações ou instruções de rotina;
- participar numa reunião compreendendo o essencial do que é dito, caso se trate da sua área específica.

## Expressão oral

Em situações comunicativas do quotidiano:

- interagir na maior parte das situações suscetíveis de ocorrerem em áreas de serviço relativas ao alojamento, restauração e comércio, fazendo pedidos, por exemplo de reembolsos ou de troca de produtos, solicitando informações/

esclarecimentos, expressando agrado/desagrado pelo serviço, fazendo reclamações;

- interagir em outros espaços de comunicação do domínio transacional, como os de saúde, explicando, por exemplo, os sintomas relativos a um problema de saúde, pedindo informação sobre serviços de saúde fornecidos e procedimentos envolvidos;
- interagir em situações de comunicação das relações gregárias (por exemplo, expressando opiniões, argumentação), se bem que ainda com algumas dificuldades;
- pedir informação complementar, por exemplo numa visita guiada, à informação que é dada em guias turísticos;
- orientar visitas, descrevendo lugares e respondendo a perguntas sobre os espaços a serem visitados.

Em situações de comunicação relativas ao trabalho:

- pedir e dar informação pormenorizada sobre áreas temáticas conhecidas e de participar, ainda que com limitações, em debates;
- registar mensagens e de as transmitir, embora possa haver dificuldades no caso de serem muito complexas.

Em situações de comunicação relativas ao estudo:

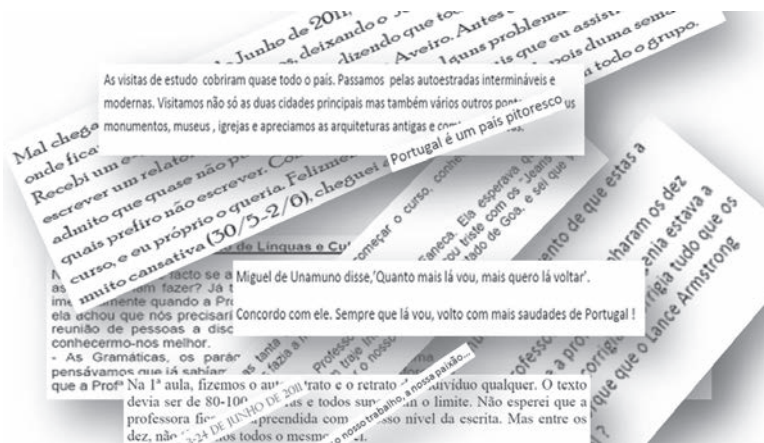
- fazer perguntas numa conferência/aula/ sobre um tema conhecido ou previsível, embora possa haver ainda alguma dificuldade, dependendo da complexidade do texto exposto;
- fazer uma apresentação simples e curta sobre um tema conhecido.

## Conclusão

Este projeto permitiu o aumento dos conhecimentos linguísticos e culturais dos formandos que se deslocaram a Portugal e o reforço, por parte da Universidade de Aveiro, da organização de uma assistência científica e pedagógica permanentes, por via do ensino presencial aos estudantes de mestrado e professores de LP dos Ensinos Básico, Secundário e Universitário na sua atividade em Goa.

A prática pedagógica considerou a LP como objeto de valor cognitivo, económico, político, social e cultural, como objeto (trans)curricular e como fator de construção do sujeito, do grupo e das comunidades. Neste sentido, a abordagem didática teve em conta toda a complexidade das situações de ensino/aprendizagem, na medida em que ela não se focalizou, apenas, no objeto de aprendizagem mas interrogou, ao longo de todo o processo, as razões e as possibilidades dessa aprendizagem (Alarcão et al., 2009).

Neste enquadramento, foi igualmente abordada a temática da diversidade da LP e de como esta se poderá tornar um espaço de consciencialização da alteridade e de práticas de intercompreensão. Procurou-se, assim, fomentar a reflexão e o diálogo conjuntos em torno das línguas que ensinamos enquanto espaços de existência e de intercomunicação.



Testemunhos de alunos

## Referências bibliográficas

- Alarcão, I., Andrade, A.I., Araújo e Sá, M.H. & Melo-Pfeifer, S. (2009a). «De la Didactique de la Langue à la Didactique des Langues: observation d'un parcours épistémologique». *Les Cahiers de L'ACEDLE*, 6 (1), 3-36.
- Alarcão, I., Andrade, A.I., Araújo e Sá, M.H. & Melo-Pfeifer, S., S. & Santos, L. (2009b). «Intercompréhension et plurilinguisme: (re)configurateurs épistémologiques d'une didactique des langues?»». *Études de Linguistique Appliquée*, 153, 11-24.
- Ançã, M. H. (Coord.) (2010). *Educação em Português e Migrações*. Lisboa: Lidel Editores.
- Bernaus, M., Andeade, A. I., Kervran M., Murkowska, A. & Trujillo, F. (2007). *Language Educator Awareness, Booklet of Activities for Teacher Education*. Graz: ECML.
- Byram et al (2009). *L'Autobiographie de Rencontres Interculturelles. Contexte, concepts et théories*. Strasbourg: Division des politiques linguistiques / Conseil de L'Europe, em <http://www.galapro.eu/sessions/working/document/view/iid/1330/gid/100>
- Boletim de Filologia (1984). 29: 592 In *História da Língua Portuguesa*.
- Boletim OPLOP 30 (1 de agosto de 2011). «Ainda um legado português em Goa», em OPLOP – Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em <http://>

- [www.oplop.uff.br/boletim/266/ainda-um-legado-portugues-em-goia](http://www.oplop.uff.br/boletim/266/ainda-um-legado-portugues-em-goia) (consultado a 20 de setembro de 2012).
- Bolívar, A. (2007). «Um olhar actual sobre a mudança educativa: onde situar os esforços de melhoria?» In C. Leite & A. Lopes (org.), *Escola, Currículo e Formação de Identidades*. Porto: Edições Asa, 13-50.
- Conselho da Europa (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, Ensino, Avaliação* (trad.). Porto: Edições ASA, em [http://www.asa.pt/downloads/Quadro\\_Europeu\\_001\\_072.pdf](http://www.asa.pt/downloads/Quadro_Europeu_001_072.pdf) (consultado em setembro 2012).
- Correia, Sebastião Morão (1959). «A actual situação do português no Oriente». *Actes du IX<sup>e</sup> Congrès International de Linguistique Romane*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 13-18.
- Costa, Adelino Braz Rodrigues da (2010). «Goa contemporânea e a herança cultural portuguesa (1961-2010)», em <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/actividade/areacultural/academiademarinha/Conferencias/Documents/23NOV10.pdf> (consultado a 10 de setembro de 2012), XXXIV-1 a XXXIV-75.
- Dabène, L. (1994). *Repères sociolinguistiques pour l'enseignement des langues*. Les situations plurilingues. Paris: Hachette.
- Dervin, F. (2010). «Assessing Intercultural Competence in Language Learning and Teaching: a critical review of current efforts». Em <http://users.utu.fi/freder/Assessing%20intercultural%20competence%20in%20Language%20Learning%20and%20Teaching.pdf> (consultado em setembro de 2012).
- Embaixada Portuguesa em Nova Deli, em <http://www.portugal-india.com/pt/content/lingua-e-cultura> (consultado a 12 de setembro de 2012).
- Fundação Cidade de Lisboa, em [http://www.fundacaocidadedelisboa.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52&Itemid=107](http://www.fundacaocidadedelisboa.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=107) (consultado a 12 de Setembro de 2012).
- Fundação Oriente, em <http://www.foriente.pt/60/india.htm> (consultado a 12 de setembro de 2012).
- Gadotti, M. (2003). «Boniteza de um sonho. Ensinar-e-aprender com sentido», *Revista Lusófona de Educação*, 2, 13-42.
- Galisson, R.; Coste, D. (1976). *Dictionnaire de didactique des langues*. Paris, Hachette, 612.
- História da Língua Portuguesa* – em linha. In <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/brevesum/index.html> (Consultado em setembro de 2012).
- Maalouf, A. (2009). *Identidades Assassinas*. Difel.
- Matoso Câmara. JR. (1964). *Princípios de Linguística Geral*. RJ: Ed. Académica.
- Ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho da Europa. (2009). *Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural – “Viver Juntos em Igual Dignidade”*. Tradução em Português. [www.coe.int/dialogue](http://www.coe.int/dialogue) (consultado em setembro de 2012).



- Nayak, Mihir (2 de novembro de 2012). «A redescoberta da história indo-portuguesa de Goa», em <http://ventosdalufofonia.wordpress.com/2012/11/19/a-redescoberta-da-historia-indo-portuguesa-de-goa/> (consultado a 10 de setembro de 2012).
- Ortiz Alvarez, M. L. (1998). «Expressões Idiomáticas: Ensinar como palavras, ensinar como cultura». In: F. Pinto, P & Júdice, N. (Org.) *Para acabar de vez com Tordesilhas*. (pp. 101-117). Lisboa, Edições.
- Silva, Delfim Correia (22 de dezembro de 2011). «'Não é bem verdade' que 'ninguém' fale português em Goa», em Observatório de Língua Portuguesa, em <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/noticias/-nao-e-bem-verdade-que-ninguem-fale-portugues-em-goa> (consultado a 13 de setembro de 2012).



# Apresentação de livro



# Mário Soares

## Um político assume-se

---

LUÍS MACHADO DE ABREU

Departamento de Línguas e Culturas · Universidade de Aveiro

1. Muito poucas apresentações de um livro serão tão redundantes como esta me parece ser. Redundante, sim. Pois não é seu autor, porventura o mais mundialmente conhecido dos políticos portugueses vivos!? Redundante ainda pela matéria que é, nem mais nem menos, a vida política portuguesa das últimas seis ou sete décadas, em grande parte vivida e participada por muitos dos que aqui nos encontramos. Redundante também, pela dupla polaridade do título, onde o autor e a personagem da narrativa se confundem. Mário Soares, além de autor, é ele mesmo o político que se assume, desde a primeira até à última página, como actor da vida nacional sempre, da política europeia com frequência, e da cena política mundial algumas vezes. Tudo isso condiz com a classificação de «ensaio autobiográfico» atribuída ao escrito.

Estaremos então em presença de um exercício de narcisismo mais ou menos desinteressante e supérfluo!? Nem pensar. Aqui, o elemento biográfico não passa afinal de território existencial onde se ensaiam algumas das questões políticas e ideológicas hoje mais decisivas, tanto no plano nacional como no internacional. Através do itinerário de uma personalidade de eleição somos convidados a interpretar e a reviver as transformações maiores da história do povo português, desde a I República até hoje. E assim é, porque perante o nosso olhar curioso de leitores se encontra uma obra que é magistral lição de entrega total à paixão política. Paixão afirmada com coragem e frontalmente contrária à onda de descrédito da política e dos políticos. A obra apresenta-nos, passo a passo, um invulgar caso de estudo que deve ser lido como contraponto e aplicação prática de *Elogio da Política*, outro livro publicado pelo mesmo autor em 2009. Embora *Elogio da Política* declare liminarmente que «não é obra de ciência

política», certo é que se inscreve em registo claramente teórico. E não é por acaso que o primeiro capítulo de *Um político assume-se* se intitula exactamente «A importância da política», sendo a política logo identificada, para desfazer equívocos e interpretações malévolas, como «missão pública, extremamente honrosa e desinteressada, para quem a exerce com [...] espírito [de] servir os outros e a sua Pátria...»(23)<sup>1</sup>

Sublinhada em teoria a dignidade e nobreza da actividade política, temos o direito de esperar que estas mais de cinco centenas de páginas nos mostrem, no concreto da história vivida, como essa dignidade e nobreza foram e são demonstradas pela prática de intervenção na oposição ao regime de Salazar e Caetano, na militância partidária dentro do socialismo democrático, na acção governativa em democracia, na presidência da República e na colaboração com inúmeras instituições europeias e mundiais. E a leitura não nos deixa decepcionados. Àqueles de nós a quem o rodar dos anos fez mergulhar no rio da história deste País, muitas páginas avivam a memória, aprofundam interpretações, completam com pormenores desconhecidos o mosaico dos acontecimentos e robustecem sempre o amor pela liberdade e por Portugal democrático.

2. Há certamente diferentes maneiras de entender o rito social de apresentação de um livro. Uma delas, de que faço questão de me distanciar completamente, consiste em esboçar o resumo da obra. Neste caso, em vez da síntese que pode sempre alimentar a preguiça ou o comodismo fácil de quem se dispensa de ler, passarei antes a sublinhar aqueles pontos que, através da minha leitura, mais interesse, enriquecimento e fascínio despertaram em mim. E esses pontos são: um testemunho exaltante de paixão política; o triunfo da coerência de alguém que sabe o que quer; um livro que respira saúde.

**2.1. Testemunho exaltante de paixão política.** O que no fluir sereno destas páginas se narra é a travessia recheada de desafios e imprevistos de alguém que nasceu para a política, que a abraçou como projecto de vida e por ela travou, sem desfalecimento, as duras batalhas da liberdade, da democracia e dos direitos humanos.

Pode o leitor procurar a descrição de acontecimentos, instituições e figuras. E não sairá frustrada a sua expectativa, porque são abundantes e saborosos os episódios com que deparamos. Em muitos casos, o conhecimento difuso que deles tínhamos torna-se real e preciso. Outras vezes, uma nota de humor dá colorido a pequenos segredos de bastidores. Para estimular o apetite, lembro

<sup>1</sup> Todos os números entre parênteses remetem para as páginas de Mário Soares, *Um político assume-se Ensaio Autobiográfico Político e Ideológico*. 3.ª edição. Lisboa, Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2012.

aqui algumas dessas peripécias. Ficamos a saber que foi uma portuguesíssima «cunha» ao então Ministro da Educação, Professor Leite Pinto, que autorizou finalmente o jovem Mário Soares a exercer a profissão de professor num colégio privado (19). E com o leitor vai partilhando o que foi a participação atribulada na candidatura do general Norton de Matos (50-52); a influência determinante e determinada de Alain Oulman na escrita e publicação de *Portugal Amorado* (144-146); a preparação em Paris de um doutoramento em História da I República (166); o episódio do «cavalo branco» ocorrido no Palácio das Necessidades, em Agosto de 1974 (220); a reacção de espanto e desconforto perante o insólito das palavras de Kadafi dirigidas a Mário Soares: «o Senhor é árabe!» (235); os nacos de crónica de bastidores a propósito de Gorbatchev em Moscovo (390), Vaclav Havel em Praga (391), e, em Novembro de 1995, o assassinato de Yitzhak Rabin no próprio dia em que tinha acabado de almoçar com ele em Jerusalém (422); e muitas, muitas curiosas peripécias mais.

Mas o que realmente encanta por dentro da informação esclarecida que nos vai sendo transmitida é a voz da testemunha sempre atenta e interventiva ao longo de quase setenta anos de política portuguesa: trinta e oito desde a Revolução dos Cravos, e anteriormente mais de trinta como opositor ao salazarismo e ao marcelismo. Observador participante que escreve com alma sobre aquilo que viveu. E mais do que observador interessado, sentinela sempre pronta a denunciar os perigos que corre a Pátria. Quando se julgaria que o actor na ribalta da política portuguesa durante décadas, se iria remeter finalmente ao sossego de uma vida de reformado, ei-lo que aos oitenta anos ainda se assume candidato a terceiro mandato presidencial. Tinha dito “Basta!” à política partidária e institucional no Jantar de Amigos reunidos na FIL, no dia 7 de Dezembro de 2004. Então, entre muitas outras coisas que disse, desabafou: «Portugal vai mal! Tivemos uma revolução de sucesso, internacionalmente reconhecida como tal. Vivemos em paz e democracia. Houve incontestável progresso material. Mas estamos de novo – embora noutra patamar de desenvolvimento – pessimistas quanto ao futuro, bloqueados, sem horizonte e sem esperança.» (469-470) E menos de um ano depois, a situação política tinha-se agravado em Portugal e na União Europeia. Não podia nessas condições fugir às dificuldades e desafios que o País teria de enfrentar.

Habitado a ganhar e a perder, soube aceitar a derrota eleitoral de Janeiro de 2006 com naturalidade, mas mantendo-se na frente de luta pela defesa dos valores em que sempre acreditou. Passados alguns meses do que chamou *o nojo*, após a derrota, tempo de silêncio mas não de inércia reflexiva, retomou pela palavra a função política de sentinela dos valores democráticos e de resistente. Senhor de lucidez profética avalia a evolução actual da política portuguesa, europeia e

internacional. E do seu posto de sentinela proclama: «Os europeus responsáveis têm de abrir os olhos e reagir contra a situação a que chegaram. Os mercados continuam à solta e não têm regras éticas. [...] Se não houver uma reacção que regule a situação dos mercados e os obrigue a respeitar os Estados nacionais, vamos assistir a um recuo civilizacional sem precedentes.» (485-486) E logo a seguir vem o brado do resistente infatigável: «Há que resistir, obviamente, ao que seria uma catástrofe irreparável [...] Por mim fá-lo-ei, pela palavra e pela escrita, as únicas armas de que disponho...» (487).

Até aqui o testemunho vibrante de paixão política. Testemunho reforçado pela prática indefectível de coerência.

**2.2. Coerência de alguém que sabe o que quer.** O livro mostra-nos um homem que, desde muito cedo, revela com segurança e persistência saber exactamente o que quer e para onde vai. É um caso feliz em que o instinto da liberdade se pôs ao comando da paixão política. Paixão esclarecida pela perspicácia e sagacidade quanto ao tempo oportuno para fazer o que tinha de ser feito. E afirma-o com clareza e frontalidade nos momentos onde tudo é novo e envolto em incertezas. Vejamos o que diz a respeito da tomada de posse como Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório: «Eu não conhecia o Ministério nem os diplomatas. Mas não tinha dúvidas quanto à política que queria realizar [...] tratava-se, para mim, de promover uma política externa diametralmente diferente do passado, mas indo mais longe: porque pensava que sem resolver o problema colonial não haveria democracia pluralista possível nem desenvolvimento económico. Era, portanto, a minha prioridade das prioridades. Isto é: tinha uma visão coerente não só para uma nova política externa como para o sistema político que, quanto a mim, deveria substituir o mais depressa possível [...] a política retrógrada do salazarismo» (194-195).

A mesma linha de clareza quanto aos objectivos a alcançar é reivindicada para o rumo a seguir pelo PS nos duríssimos combates políticos que o aguardavam a partir de 1974: «quando cheguei a Portugal, tinha uma visão clara – e coerente – da linha a seguir pelo PS de que nunca me afastei. [...] Facilmente se constata que, desde o início, o PS tinha uma linha política – que acabou por – vencer – a que sempre fui fiel, não obstante alguns pequenos desvios táticos que as diferentes conjunturas impuseram.» (202-203).

Ainda sobre a coerência e desassombro com que o autor afirma e confirma, em todas as oportunidades, a sua indefectível identidade política e ideológica, lembro um episódio ocorrido na apresentação da candidatura ao segundo mandato presidencial em que teve o apoio do PSD. No discurso de apresentação no Hotel Altis, fez questão de repetir «que era, como sempre, ‘republicano, socialista

e laico'. Um das senhoras muito bem, que estavam na sala, interpelaram-me: 'Mas para que é que o Senhor foi dizer que era republicano, socialista e laico? Não era preciso dizer isso...' Respondi: 'Porque sou, e para que não haja equívocos...'' (382-383).

A coerência e fidelidade aos ideais e valores em que acredita não se confunde, no entanto, com radicalismo nem com intransigência. Pratica uma cultura de abertura ao outro, de diálogo e de promoção da tolerância e da liberdade. Exemplo disto mesmo foi a oposição liminar aos sectores revanchistas que queriam excluir o PC do sistema partidário nacional. (282) E o mesmo se deve dizer do agnóstico que, depois de 1974 e ao invés do que aconteceu na I República, soube evitar uma funesta guerra religiosa e, mais recentemente, aceitou a presidência da Comissão para a Liberdade Religiosa (483) e a participação no diálogo inter-religioso para a paz. (461)

**2.3. Livro que respira saúde.** Foi escrito por quem está de bem com a vida. Não há azedume nem ressentimento. Só espírito crítico e distanciamento. Veja-se o sorriso de pessoa feliz recorrente nas fotografias encartadas na obra, e de que o quadro impressivo de Júlio Pomar, na galeria de Presidentes da República em Belém, constitui síntese magnífica.

Não faltaram decerto nesta aventura humana tempos de incerteza, de dificuldade e sacrifício. Mas os momentos sombrios e mesmo aqueles em que a coragem do político pôs a vida em risco ocupam lugar de pouco destaque, como se fossem despididos acidentes de percurso. Os incómodos e privações da prisão, da situação de deportado e de exílio são vistas, afinal, como oportunidades de aprendizagem e enriquecimento pessoal. É bem sintomático o agradecimento a Marcelo Caetano feito nestes termos: «Por muitos anos que viva, nunca poderei agradecer suficientemente a Marcelo Caetano ter-me expulsado de Portugal.' Na verdade, quando regresssei era outro: mais informado, experiente, culto e maduro...» A mesma atitude sadia e construtiva vem ao de cima na lição que tirou da já referida derrota nas presidenciais de 2006. Consciente dos tempos de crise, tanto no plano nacional como no europeu, que estavam para vir, e não o tendo ocultado, pensou mesmo que «os portugueses talvez tenham chegado à conclusão de que foi, para mim, uma benção ter perdido as eleições.» E com visível satisfação, acrescenta: «Por isso me tratam hoje com tanto afeto.» (482).

Seria de estranhar que em vida tão preenchida, agitada e competitiva não tivessem surgido fortes tensões e rivalidades ou não fossem cometidos erros de avaliação. Existiram, é claro, e como tais foram assumidos. Um deles, erro grave, foi ter constituído o I Governo Constitucional, em Julho de 1976: «um Governo minoritário sem exigir à Assembleia da República a votação de uma



moção de confiança, para lhe dar uma maior legitimidade e consistência. Ou então não ter proposto ao PPD ou ao CDS – ou aos dois – qualquer forma de coligação. Foi um erro devido á minha falta de experiência política e administrativa que, passado um ano, facilmente reconheci.» (293). Saber reconhecer o erros, descomplexadamente e sem artimanhas, usando a autocrítica, é mais uma virtude democrática deste livro. De igual modo, retoma-se uma lição salutar de coexistência na democracia pluralista onde é normal que haja adversários mas não inimigos, e onde as eleições «não devem ser um ajuste de contas...» (364).

Outra lição cheia de sabedoria contida neste itinerário político é que assim como não existem vitórias antecipadas nem conquistas asseguradas para sempre, também as perdas e derrotas sofridas no jogo político nunca devem ser encaradas como irreversíveis. Pois, como este resistente gosta de repetir, «só é vencido quem desiste de lutar» (354).

É por estas e muitas mais manifestações de lucidez, espírito positivo, serenidade e «força tranquila», robusta resiliência, que a escrita de Mário Soares vende saúde. Atrevo-me mesmo a lembrar que, em tempos de Portugal cabisbaixo, a leitura deste livro merece ser recomendada como eficaz antidepressivo.

3. O autor de *Um político assume-se* classificou o seu trabalho, em subtítulo, como «Ensaio autobiográfico, político e ideológico». Sendo isso, é também muito em particular uma obra de história e para a história de Portugal no século XX e primórdios do século XXI. Ao invés da historiografia académica, encontrámo-nos aqui em presença de um historiador que é ele próprio fazedor da história que escreve.

Os fazedores de história também ensinam. Ensinam pela palavra oral e escrita, e sobretudo pela prática, pelo exemplo, pelo testemunho, e incitam-nos a que nela participemos também. É esse o sentido pedagógico de *Um político assume-se*. A política é uma actividade nobre de serviço público. E deve cada um de nós assumi-la como prática crítica e responsável de cidadania participativa. É por isso que este *livro-testemunho* pode e deve ser lido também como *livro-testamento* de um cidadão emérito cuja aventura de vida não parou nem pára de nos surpreender.

